



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**Identidade e Gestão da Visibilidade em Jovens
Gays, Lésbicas e Bissexuais**

Rute Isabel Brazão Correia

Orientação: Prof. Doutora Madalena Melo

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: *Clínica e da Saúde*

Dissertação

Évora, 2014



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Psicologia
Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação

**Identidade e Gestão da Visibilidade em Jovens Gays, Lésbicas e
Bisexuais**

Rute Isabel Brazão Correia

Orientador:
Prof. Doutora Madalena Melo

Abril|2014

*Pela resistência de quem continua a
sonhar, pela coragem de “transformar o
sonho em vida” por me ensinarem a “alegria
de viver e de lutar”, dedico este trabalho
aos meus pais.*

“Ninguém é igual a ninguém, todo o ser humano é um estranho ímpar”

Carlos Drummond de Andrade

“Que ninguém tenha vergonha de ser feliz (...).”

Álvaro Cunhal

Agradecimentos

Muitas são as pessoas que mais ou menos diretamente tornaram possível a finalização desta etapa da minha vida. Não podendo aqui enumerar todas essas pessoas de forma individualizada, muito obrigada a todas ... por tudo.

Neste percurso há um outro conjunto de pessoas a quem é impossível não agradecer diretamente, pela importância que tiveram na concretização deste trabalho. A professora Madalena Melo, minha orientadora, faz parte dessas pessoas. A ela quero agradecer pelo incentivo dado mostrando-me a importância de saber mais sobre temas que são cada vez mais importantes para a sociedade. Agradeço-lhe também pelos desafios constantes ao longo deste último ano que muito me ajudaram a crescer. Este trabalho também é seu, Obrigada!

À minha família, por serem extraordinários, um exemplo raro de carinho e de confiança que me faz acreditar, mesmo nos momentos mais difíceis, que vou ser capaz. Pelo amor, pela confiança e pela presença permanente nos momentos significativos da minha vida, Obrigada.

Um agradecimento muito especial aos meus tios José e Teresa por me ajudarem tanto, por nunca se esquecerem de mim e por estarem tão perto mesmo quando a distância é grande.

E ainda na família...um agradecimento com todo o meu amor aos meus pais a quem dedico este trabalho, por terem dedicado a sua vida aos meus sonhos e a fazer de mim uma mulher com M grande. Por abdicarem de tantas coisas para que a mim nunca me faltasse nada, por mostrarem como a única forma de fazer os filhos crescer é nunca lhes cortando asas para que um dia voem mais alto. Obrigada pelo apoio, pela força, pela paciência...valeu a pena!

Ao Daniel, por ser o melhor namorado que alguém pode desejar, um companheiro dedicado e atencioso, pela confiança que deposita sempre em mim e nas minhas competências, por me apoiar quando continuar este percurso parecia uma tarefa difícil e pela paciência infinita mesmo nos piores momentos. Foste fantástico, Obrigada!

Não poderia nunca esquecer, a D. Elisa e o Sr. Rui que têm sido no último ano a família mais próxima. Acolheram-me e mimaram-me como uma filha. Obrigada por toda a ajuda, pelo suporte, pelo carinho.

Cristina Santos e Ana Luísa Charneca, obrigada por me terem recebido nas vossas casas, por me arrumarem com muitos “não sei como se faz” e pelos sábios conselhos de quem já ultrapassou este desafio.

Um agradecimento muito especial à Marta Almeida por me ter ajudado nos meus “problemas estatísticos”. Foste espetacular! Obrigada.

Quase a terminar... Adelina Branco, Diana Gutierrez, Ana Cláudia Mirrado, obrigada por me acolherem sempre com carinho nas minhas jornadas a Évora, pelas longas conversas, pelos cafés e sobretudo por darem sentido àquela música do Sérgio Godinho que diz *“Faz tão bem uma amizade assim, faz tão bem saber com quem contar.”* Espero encontrar-vos muitas vezes por essa vida fora.

E agora sim para terminar, um obrigado a todos/as que participaram neste estudo.

Identidade e Gestão da Visibilidade em Jovens Gays, Lésbicas e Bissexuais

Resumo

Este estudo tem como principal objetivo compreender de que forma Lésbicas, gays e bissexuais (LGB) fazem a gestão da visibilidade da sua orientação sexual bem como qual a relação desta gestão com as identidades LGB. Neste sentido, recorremos a uma amostra de 376 pessoas LGB de todo país para avaliar esta questão.

Para proceder a essa avaliação, foram utilizados dois instrumentos: Escala de Gestão da Visibilidade da Orientação Sexual (Lasser, Ryser & Price, 2010) e a Escala de Identidades Lésbica, Gay e Bissexual (Oliveira, Lopes, Costa & Nogueira, 2012).

Os principais resultados encontrados sugerem que existe relação entre a identidade e a gestão da visibilidade. Ainda neste estudo os resultados indicam que fatores como o sexo, orientação sexual, estar num relacionamento amoroso, posicionamento político/ideológico, religiosidade e nível de visibilidade se encontram relacionados com a construção de uma identidade homossexual e bissexual bem como com a gestão da visibilidade da orientação sexual.

Palavras-chave: Orientação sexual, identidades LGB, gestão da visibilidade, discriminação, *coming out*.

Identity and Visibility Management in Gay, Lesbian and Bisexual Youth

Abstract

This study's main objective is to understand how lesbian, gay and bisexual (LGB) manage the visibility of their sexual orientation as well as which is the relationship of this management with LGB identities. In this sense, we use a sample of 376 LGB people from all over the country to evaluate this issue.

To carry out this evaluation, two instruments were used: Lesbian, Gay and Bisexual Visibility Management Scale (Lasser, Ryser & Price, 2010), and Lesbian Gay and Bisexual Identity Scale (Oliveira, Lopes, Costa, & Nogueira, 2012).

The main results found suggest that there is a relationship between identity and visibility management. Also in this study the results indicate that factors such as gender, sexual orientation, being in a love relationship, political/ideological positioning, religiosity and level of visibility are related to the construction of a homosexual and bisexual identity and visibility management of sexual orientation.

Keywords: sexual orientation, LGB identities, management visibility, discrimination, coming out.

Índice

Índice Geral	I
Índice de Tabelas	II
Introdução	1
I Enquadramento Teórico	5
Capítulo 1 - Identidade e Orientação Sexual	5
1.1 Algumas questões prévias	6
1.2 Orientação Sexual	9
1.3 Identidade LGB	13
Capítulo 2 - <i>Ser sexualmente “diferente”</i> : entre a discriminação e o preconceito	23
2.1 <i>Homossexualidade</i> : as concepções que mudaram a história	23
2.2 Discriminação: A lei do heterossexismo na selva do preconceito	25
2.3 Defesa dos direitos LGB: Movimentos e Afirmação	28
Capítulo 3 – Visibilidade	35
3.1 “ <i>A crise do armário: Coming out or Stay in?</i> ”	35
3.2 Gestão da Visibilidade da Orientação Sexual	38
II. Estudo Empírico	47
Capítulo 1. Objetivos e Questões de Investigação	47
Capítulo 2. Plano metodológico	49
2.1. Participantes	49
2.2. Instrumentos	50
2.2.1. Questionário de caracterização pessoal	50
2.2.2. LGBIS	51
2.2.3. EGV	53
2.3. Procedimentos	54
2.3.1 Procedimentos de Recolha de Dados	54
2.3.2 Procedimentos de Análise de Dados	55
Capítulo 3. Apresentação e Análise dos Resultados	57
3.1. Análise Psicométrica da EGV	57
3.1.1. Análise Fatorial Exploratória EGV e Consistência Interna	57
3.2. Estatística Descritiva	59
3.2.1. EGV	59
3.2.2. LGBIS	59
3.3. Análise Inferencial dos Resultados	60
3.3.1. EGV	60
3.3.2. LGBIS	64
3.3.3. Correlações: Análise das relações entre as escalas EGV e LGBIS	69
Discussão Global dos Resultados	73
Conclusões Gerais	81
Referências	85
Anexo 1. Questionário sobre Género e Orientação Sexual	93

Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição dos/as participantes de acordo com sexo e orientação sexual	49
Tabela 2: Estrutura Fatorial da Escala de Gestão da Visibilidade	58
Tabela 3: Médias e Desvios Padrão dos diferentes fatores da EGV em função do sexo (<i>Sample t-test</i>)	60
Tabela 4: Médias e Desvios Padrão dos fatores da EGV em função da existência de uma relação amorosa (ANOVA <i>oneway</i>)	61
Tabela 5: Médias e Desvios Padrão dos Fatores da EGV em função da Posição Religiosa (ANOVA <i>oneway</i>)	61
Tabela 6: Médias e Desvios Padrão dos Fatores da EGV em função da orientação sexual (ANOVA <i>oneway</i>)	62
Tabela 7: Médias e Desvios Padrão dos Fatores da EGV em função do nível de visibilidade da orientação sexual (ANOVA <i>oneway</i>)	63
Tabela 8: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função do Sexo (<i>Sample t-test</i>)	64
Tabela 9: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função da existência de uma relação amorosa (ANOVA <i>oneway</i>)	65
Tabela 10: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função das posições políticas (ANOVA <i>oneway</i>)	66
Tabela 11: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função da orientação sexual (ANOVA <i>oneway</i>)	67
Tabela 12: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função do nível de visibilidade da orientação sexual (ANOVA <i>oneway</i>)	69
Tabela 13: Correlações de <i>Pearson</i> (r) entre os Fatores da EGV e as Subescalas da LGBIS	71

Introdução

Atualmente assistimos a um maior enfoque das implicações sociais na homossexualidade, mas isso é resultado - como refere Carneiro (2009) - *de um longo e tortuoso caminho que se percorreu desde o tempo em que a sexologia, psiquiátrica e psicológica patologizou a homossexualidade*. No início, nomeada como entidade nosológica, numa sociedade dominada pela homofobia, dos quais os domínios científicos e seus autores não se separam, os/as homossexuais foram empurrados para tratamentos pouco simpáticos como forma de os/as “curar” de uma “doença” que nunca existiu senão nas cabeças dos/das outros/as “normais”. Mais tarde, com o advento da socialização e das conquistas das lutas dos movimentos sociais e políticos, foi possível olhar a homossexualidade como um modo de vida como expressão cultural e subjetiva. Hoje, muitas coisas mudaram e na Europa vamos caminhando no sentido da igualdade (Nogueira & Oliveira, 2010). Na Alemanha já se pode registar uma criança sem se definir o sexo, na Holanda a adoção por casais homossexuais é permitida, em Portugal já se discute a coadoção por casais do mesmo sexo e em 2010 aprovou-se o casamento homossexual. No entanto, a efetividade jurídica e transformação social têm caminhado muito lentamente num percurso com muitos quilómetros ainda por percorrer.

Os violentos ataques a homossexuais na Rússia, as declarações indecorosas do bastonário da Ordem dos Advogados Portugueses no final de 2013, a revogação da coadoção em 2014 e as opiniões desfavoráveis de muitas pessoas acerca da adoção por casais homossexuais são exemplos de como ainda há muito a fazer. Desta forma e de acordo com Carneiro (2009), pensar sobre homossexualidade é pensar nas inúmeras ambiguidades do tempo moderno, que tem como cenário o contraste entre a visibilidade que corajosamente lésbicas e gays têm sabido hastear na afirmação coletiva das suas identidades e as injustas formas de discriminação que ainda minam de forma mais ou menos silenciosa, mas sempre profundamente violenta, a vida dos sexualmente “diferentes”.

Embora seja crescente a ascensão dos movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT) em Portugal e no mundo, não é verdade, ao contrário do que muitos/as imaginam, que as pessoas LGBT já tenham adquirido tudo o que necessitam; não é verdade que estejam na moda, não é verdade que não tenham medo das repercussões de se assumirem publicamente e muito menos é verdade que não tenham do que queixar-se (Carneiro, 2009).

Infelizmente, a sociedade livre e democrática em que vivemos não é uma sociedade livre de preconceitos, mas sim uma sociedade onde “democraticamente” se exclui o que é diferente com base em argumentos aparentemente bem-intencionados mas claramente envenenados por uma cultura heterossexista e discriminatória.

A igualdade e a tolerância são palavras que, relativizadas, são o sonho de todos/as, mas quando generalizadas aos diferentes aspetos da nossa vida, se transformam no pesadelo de alguns/mas. Temos de reconhecer que ainda nos deixamos levar pela “regra” reguladora do *feminino* e do *masculino*, ainda nos esforçamos para não pensar no “casal” como sendo a união de um homem e de uma mulher. E mesmo quando, perante este esforço, tomamos em conta a possibilidade de ser composto por duas mulheres ou dois homens, procuramos nesses iguais a diferença reguladora tentando identificar qual deles é a “mulher e o homem do casal”. Também as expressões de carinho, comuns entre heterossexuais, continuam a ser incómodas se manifestadas entre pessoas do mesmo sexo, fazendo de um gesto de amor um ato perverso e ofensivo, silenciando muitos casais apaixonados.

Quanto à intervenção junto de pessoas LGBT, é fundamental que os/as próprios/as psicólogos/as reconheçam a homofobia e o heterossexismo internalizados que inevitavelmente caracterizam o seu percurso pessoal (Carneiro 2009).

Este é um trabalho em torno de todas estas questões; uma reflexão sobre vivências de uma sexualidade à margem da norma, uma investigação que, nas palavras de Shakespeare, retrata o dilema de “*Ser ou não ser, eis a questão*”, que se traduz tantas vezes numa gestão de onde, como e a quem revelar a sua orientação sexual. Gestão de uma visibilidade que acarreta consigo tantas repercussões. Gestão que se impõe apenas a uma minoria silenciada, a dos/as homossexuais e bissexuais.

Gostaria de ressaltar que, neste trabalho, a especificidade da vivência transsexual não será focada, não por ser de menor importância, mas porque o instrumento que foi utilizado para esta investigação não está, na versão original, preparado para pessoas transsexuais. No entanto, é fundamental que tenhamos em conta que as experiências dos/as sexualmente diferentes são tão diversas e ricas quanto os/as seus protagonistas.

Desta forma, no capítulo que se segue, irei apresentar uma breve apresentação dos principais conceitos referentes à questão da orientação sexual. Serão também exploradas as perspetivas em torno da etiologia da homossexualidade, apresentando alguns dos modelos de referência para compreensão da mesma. Serão

também abordados alguns dos mais importantes modelos de construção de identidades LGB.

O segundo capítulo será dedicado aos contextos de discriminação e preconceitos e às permanentes lutas em torno da defesa dos direitos LGB. Uma vez que só há necessidade de gerir a forma como se expõe a orientação sexual, porque existem identidades sexuais que ainda não são aceites, é fundamental repensar os contextos em que estas identidades, estas experiências e esta gestão tomam lugar.

No capítulo 3, procuramos explorar os desafios colocados às pessoas LGB, nomeadamente em relação ao processo de *coming out*, momento determinante na construção da identidade sexual e onde as questões da gestão da visibilidade assumem particular importância. Neste capítulo, serão abordadas as perspetivas mais sociológicas sobre gestão de impressões e as investigações que levaram à criação do constructo de gestão da visibilidade.

Além desta primeira parte, que diz respeito ao enquadramento teórico, será apresentada uma segunda parte para apresentação do estudo empírico propriamente dito. Nesta segunda parte deste estudo, nos capítulos 1 e 2, descreve-se a investigação realizada, apresentando as questões e objetivos da mesma, bem como a metodologia e procedimentos utilizados. No capítulo 3, serão apresentados e analisados os resultados obtidos que são posteriormente alvo de reflexão e discussão no capítulo 4.

No final deste trabalho, apresentamos as conclusões gerais, nas quais referimos as limitações do presente estudo, apresentamos propostas para estudos futuros, bem como implicações para a intervenção.

Parte I: Enquadramento Teórico

1. Identidade e Orientação Sexual

Este primeiro capítulo é uma introdução ao tema abordado neste estudo, partindo-se, por isso, da compreensão dos constructos teóricos, para depois olhar a construção da identidade e orientação sexual. A compreensão da forma como lésbicas, gays e bissexuais (LGB) gerem a exposição da sua orientação sexual, articula-se com a forma como interna, relacional e socialmente vão descobrindo e alicerçando a sua identidade. A sexualidade é parte integrante dessa identidade que se vai solidificando (ou não) à medida que nos vamos descobrindo no meio social, que pode ser facilitador de desenvolvimento mas é, muitas vezes, e sobretudo para quem se assume de alguma forma como “diferente”, castrador e perverso.

A aceitação é fundamental na descoberta de quem somos. Aceitarmo-nos e sermos aceites pela família, amigos/as, pela própria sociedade, dá-nos a segurança e o espaço para sermos quem somos com todas as nossas idiossincrasias. Infelizmente, no caso das pessoas LGB, a aceitação é precisamente o obstáculo primordial na construção de identidades que não se integram numa norma, que nem deveria existir. Assim, esse processo fica comprometido e cabe aos “diferentes” adaptarem-se à “lei da selva”, onde quem vence é o mais forte (ou melhor, o da maioria, neste caso, o heterossexual) ou desenvolver as melhores estratégias de *coping* para garantir que o seu futuro não fica hipotecado pela ignorância, discriminação e exclusão alheia.

O domínio científico não tem sido inocente e muito menos imune aos preconceitos enraizados na nossa cultura. A homossexualidade e as muitas “classificações” que lhe foram atribuídas, sobretudo na psicologia e psiquiatria dos anos 60-80, são disso exemplo. Como refere Carneiro (2009) “*Onde se afirmava rigor científico apenas existia discriminação*”. Embora nos últimos anos se façam notar algumas mudanças, nas definições, nos entendimentos, nos olhares e no agir, essas ficam ainda aquém das necessidades, pois por detrás de uma maior tolerância, continuam bem presentes as amarras perversas e violentas de uma ditadura heterossexista que ainda assombra. Assim, vamos neste capítulo percorrer este caminho tumultuoso da conceptualização da homossexualidade bem como compreender como desse tumulto nascem e crescem as múltiplas identidades LGB.

1.1. Algumas Questões Prévias

O contributo da psicologia para as questões da homossexualidade foi, em alguns momentos, dúbio e perigoso, mantendo uma atitude discriminatória e opressiva em relação a pessoas LGB. Até à década de 1970, a investigação procurava uma explicação para a homossexualidade, assumindo que esta seria claramente uma patologia. Os estudos eram realizados comparando pessoas LGB a heterossexuais, ignorando as diferentes experiências vividas pelos elementos de cada grupo (Fish, 2009; Oliveira, 2010).

Em 1950, a primeira edição do DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) integra a homossexualidade na categoria de distúrbios da personalidade sociopática e menciona-a como associada a uma profunda ansiedade subjetivamente experienciada na ausência de outra(s) patologias. A homossexualidade remete, nesta classificação, para um mal-estar patológico experienciado pela não-conformidade com as normas do meio sociocultural em que a pessoa se situa. A revisão desta primeira edição do DSM, em 1968, vai incluir a homossexualidade na categoria de “outras perturbações mentais não-psicóticas”, ao lado de classificações como fetichismo, pedofilia, travestismo, exibicionismo, *voyeurismo*, sadismo e masoquismo. Dão-se as contestações do então movimento liberacionista *gay* e lésbico a múltiplos alvos institucionais e formais (Carneiro, 2009).

A persistente contestação social, organizada por movimentos *gays* e lésbicos com o apoio do movimento feminista e de vários profissionais de saúde mental, levou a que a questão da homossexualidade passasse a ser discutida de forma mais séria nos organismos políticos, tendo em conta os sentimentos e vivências de quem experiencia a homossexualidade. Resultando destes protestos e discussões no campo político, científico e institucional, dá-se a remoção em 1973 da homossexualidade da lista dos transtornos mentais, pela Associação Americana de Psiquiatria (Carneiro 2009; Nogueira & Oliveira, 2010).

Do ponto de vista científico, esta mudança permitiu que ao longo dos últimos anos, a homossexualidade passasse a ser encarada como uma variante natural da expressão da atração erótica e dos relacionamentos (Nogueira & Oliveira, 2010). A orientação sexual tornou-se desde então um aspeto importante do estudo psicológico da sexualidade humana, centrando-se cada vez mais na identidade homossexual e bissexual e cada vez menos na sua etiologia (Fish, 2009).

Por **orientação sexual** entende-se o envolvimento durável emocional, amoroso e/ou atração sexual por homens, mulheres ou por ambos os sexos. Globalmente, a orientação sexual é categorizada em três dimensões: heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade (APA, 2008). Atualmente, nas sociedades ocidentais, a maioria dos homens e das mulheres sentem-se sexual e afetivamente atraídos/as ou por homens ou por mulheres, sendo que o sexo é um fator determinante nas preferências eróticas das pessoas. O termo **sexo** é, na maioria das vezes, utilizado para referir o sexo biológico do indivíduo, ditado por fatores genéticos, anatômicos e físicos, que distinguem o homem da mulher. No domínio científico, assumem-se três características físicas para distinguir a sexualidade do homem e da mulher, são elas: diferenças nos cromossomas (XX nas mulheres e XY nos homens), nas gónadas ou glândulas sexuais primárias (ovários nas mulheres e testículos nos homens) e na aparência externa dos genitais (vagina e clitóris nas mulheres e pênis e escroto nos homens) (Diamond, 2000; Vlassof & Moreno, 2002; Dragowski Scharrón-del Rio & Sandigorsky, 2011).

Segundo a APA (2008), **heterossexualidade** é a atração sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas de sexo diferente. **Homossexualidade** é a atração sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, a **bissexualidade** consiste na atração sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas de ambos os sexos.

Embora se considerem estas diferentes formas de atração e relacionamento amoroso e/ou sexual, a sociedade contemporânea é uma sociedade ainda profundamente mergulhada na cultura do heterossexismo, onde as representações sociais do “masculino” e do “feminino” travam uma relação indissociável com estereótipos de género que interferem negativamente com as sexualidades não-normativas (Carneiro, 2009; Hetzel, 2011). Isto acontece porque existe uma série de regras culturais, ideológicas e comportamentais que são aprendidas social e culturalmente, minando-nos de expectativas de como os indivíduos de sexo diferente devem “ser”, a isso chamamos **género** (Vlassof & Moreno, 2002; Dragowski Scharrón-del Rio & Sandigorsky, 2011).

O género mais não é que um conjunto de convenções sociais, que estão presentes desde cedo em todos os aspetos da nossa vida e da nossa identidade (Lev, 2010).

Identidade de género diz respeito ao sentido subjetivo do *self* em indivíduos como sendo “masculino” e “feminino” e está relacionado com os **papéis de género**, ou

seja, com todas as convenções sociais sobes “como um rapaz e uma rapariga se devem comportar” (Zucker, Mitchell, Bradley, Takchuck, Cantor & Allin 2006; Duran, Renfro, Waller, & Trafimow, 2007; Oliveira, 2010; Dragowski Scharrón-del Rio & Sandigorsky, 2011; Perry & Pauletti, 2011).

Na maior parte das vezes, somos incapazes de reconhecer a profundidade destas questões, por estarem fortemente enraizadas na nossa cultura, mas se pensarmos sobre uma série de aspetos e comportamentos que temos, depressa compreendemos que o género está eminentemente impresso em todos eles. Por exemplo, os brinquedos considerados apropriados para rapaz e rapariga (os meninos brincam com carrinhos e ferramentas e as meninas brincam com bonecas, bebés e utensílios domésticos) têm por base os diferentes papéis que o homem e a mulher desempenham na família. Os pais, assim que sabem o sexo da criança, tendem a começar a fazer arranjos nesse sentido (comprar roupa específica de acordo com o sexo da criança, brinquedos, itens para o berçário,...) comprometendo a criança que ainda nem nasceu a uma determinada identidade de género. Após o nascimento, rapazes e raparigas despertam respostas específicas por parte dos pais, os rapazes são vistos como mais fortes enquanto as raparigas são mais delicadas. (Dragowski Scharrón-del Rio & Sandigorsky,2011). Poucos exemplos que deixam claro que falar de género é falar do que somos, como o somos e de onde nos tornamos no que nos ensinam a ser. Género é o princípio organizador que modela as nossas interações com o meio e a forma como construímos a nossa identidade, mas é também o constructo pelo qual se estabelece a “norma” e se exclui a “diferença” (Blackburn, 2010; Lev, 2010).

Assim, essa função organizadora traduz-se numa série de estereótipos que são progressivamente incorporados no percurso identitário de cada pessoa. **Estereótipos de género** são as crenças das pessoas sobre como os sexos diferem (estereótipos descritivos) ou devem diferir (estereótipos prescritivos). O estereótipo sobre uma pessoa afeta numerosos aspetos da função psicológica, incluindo atenção e memória, perceção e comportamento social, reações relativamente ao seu comportamento ou ao dos outros, bem como interesses, valores e competências (Perry & Pauletti, 2011).

No caso das pessoas LGB, este princípio modelador das mulheres e dos homens, dos seus comportamentos e sexualidades, conduz a uma desvalorização de si enquanto sexualmente “diferentes” que se prende muitas vezes com o sentido de que se é “menos homem” ou “menos mulher” sendo *gay* ou *lésbica*.

Como refere Isay (1993 *cit in* Carneiro, 2009) lésbicas e *gays* exibem frequentemente uma batalha psicológica contra as consequências de terem sido forçados, no seu desenvolvimento, a abandonarem (ou pelo menos camuflarem) a expressão da sua afetividade, pelo facto dessa expressão contrariar as expectativas normativas de género. Assim, torna-se praticamente impossível que as relações de intimidade não-heterossexuais se construam de modo gratificante e integrado pois as referências sociais e culturais que sobre elas se jogam ora são inexistentes ora são ostracizantes (Carneiro, 2009).

A injúria que se lança sobre os sexualmente “diferentes” pelo silenciamento, pela violência, dá origem quer à homofobia, quer à homofobia internalizada. (Carneiro, 2009). A **Homofobia internalizada** é a forma como *gays* e lésbicas vão percebendo como são negativamente avaliados nos múltiplos contextos da sua existência. Homofobia é o termo usado para descrever o conjunto de atitudes negativas, intolerância ou medo irracional face à homossexualidade (Oliveira, 2010; Tharinger, 2008). A homofobia internalizada nasce de uma homofobia generalizada que cresce no seio da sociedade em que vivemos e contamina, como um vírus, as ideias e sentimentos em torno da diferença sexual. Por sua vez, o conceito de **homofobia** relaciona-se com o heterossexismo, sendo ambas atitudes que têm enormes repercussões na vida das pessoas LGB, mas também naquelas que são percecionados como tal, ou nas que questionam a sua sexualidade. **Heterossexismo** refere-se à assunção de que toda a gente é heterossexual ou que a heterossexualidade é inerentemente superior à homossexualidade (Francoeur, 1991 *cit in* Lasser; Tharinger & Cloth, 2006).

São também estes os fatores que exercem um forte peso sobre o processo de *coming out*, de exposição da orientação sexual e de construção da sua identidade (Tharinger, 2008).

1.2. Orientação Sexual

Na sequência do que referimos anteriormente, a orientação sexual tem sido amplamente investigada ao longo dos anos. A vasta gama de teorias propostas é diversificada e conflituante em alguns casos. O enfoque dos estudos tem sido alvo de alterações, tendo havido uma progressiva transição da etiologia da orientação sexual para o processo de descoberta e construção das identidades lésbica, *gay* e bissexual (Lasser, Tharinger & Cloth, 2006).

Descrita frequentemente como um traço dicotômico (heterossexual/homossexual) (Diamond, 2003), a orientação sexual parece estruturar-se de uma forma bem mais fluída e elaborada do que isso, como aliás já em 1948 Alfred Kinsey tinha referido com a proposta de que a sexualidade se expressaria ao longo de um *continuum* (Lasser, Tharinger & Cloth, 2006). Atualmente, a orientação sexual é entendida enquanto constelação multidimensional de variáveis que coloca desafios a uma definição única e precisa (Ritter & Terndrup, 2002). Assim, podemos dizer que a investigação sobre orientação sexual tende a polarizar-se entre essencialismo e construcionismo (Wilton, 2004). As teorias essencialistas predominaram essencialmente até aos anos 80, reconhecendo e defendendo a existência de estruturas psicológicas ou biológicas que organizam os desejos e afetos das pessoas e dirigem os seus comportamentos e práticas sexuais heterossexuais, homossexuais ou bissexuais (Clarke, Ellis, Peel & Riggs, 2010; Schneider, 2001). Nesta linha teórica, a orientação sexual seria determinada de forma biológica ou adquirida em etapas muito precoces do desenvolvimento, através da socialização precoce ou da interação com o meio (Lipkin, 2004; Oliveira, 2010). Embora partam de princípios biológicos, as teorias essencialistas não rejeitam a influência de fatores psicológicos na determinação da orientação sexual (Ritter & Terndrup, 2002).

As teorias essencialistas são dominantes na investigação acerca da orientação sexual, mas isso não invalida que sejam criticadas. Estas teorias servem-se da heterossexualidade como referência, fazendo desta a norma a que se comparam e pela qual se regula qualquer outro tipo de experiência sexual. A homossexualidade é entendida como uma anomalia desenvolvimental e é na tentativa de explicar essa anomalia que se desenvolve a investigação (Clarke *et al.*, 2010). Desta forma, os enviesamentos na análise das atrações homoeróticas são inevitáveis, caindo-se em leituras redutoras sobre a relação e interação entre género e orientação sexual, pois o desejo em relação a um homem é entendido como algo feminino e o desejo em relação a uma mulher é encarado como sendo um aspeto masculino (Clarke *et al.*, 2010).

A universalidade dos modelos de sexualidade propostos pelos estudos essencialistas é outro aspeto que tem sido alvo de crítica. Nestes modelos, a cultura ocidental é tomada como referência, sendo ignorados outros contextos históricos ou culturais. A bissexualidade é muitas vezes ignorada ou considerada como variante da homossexualidade (Clarke *et al.*, 2010).

A década de 1980 traz consigo um conjunto de teorias construcionistas que analisam a forma como as questões étnicas, sociais, culturais e políticas influenciam a concetualização da orientação sexual. O construcionismo social centra-se na compreensão da construção da identidade, através das múltiplas interações sociais, considerando possíveis alterações de acordo com culturas, tempos e espaços específicos (Bohan & Russel, 1999). Em oposição ao determinismo essencialista, o construcionismo social defende que o sujeito é ativo na construção da sua sexualidade (Clarke *et al.*, 2010). As perspetivas integracionistas equacionam a importância de ambos os fatores propostos pelos modelos teóricos anteriores, sugerindo que possivelmente a sexualidade tem influências biológicas, psicológicas e sociais (Clarke *et al.*, 2010; Wilton, 2004).

Neste trabalho optamos por expor apenas alguns dos modelos mais relevantes no domínio científico. Relativamente ao modelo psicobiológico, é importante referir que este está relacionado com três linhas diferentes de investigação. A primeira linha diz respeito á teoria de exposição pré-natal a hormonas coloca a hipótese de que o sistema endócrino, através das hormonas, masculiniza ou feminiza o cérebro do feto em desenvolvimento, o que irá influenciar a orientação sexual do indivíduo (Hershberger, 2001). Embora assente em bases biológicas esta teoria reconhece que a orientação sexual não é independente do meio (Ritter & Terndrup, 2002).

Uma segunda linha de investigação sugere que a orientação sexual pode ser compreendida a partir da análise molecular das sinapses entre os neurónios. Esta perspetiva analisa as diferenças neuroanatómicas entre homossexuais e heterossexuais e a interação entre padrões hormonais e organização anatómica, partindo do princípio que o cérebro de homens *gay* se assemelha ao cérebro de mulheres heterossexuais, enquanto o cérebro de mulheres lésbicas se assemelha ao cérebro de homens heterossexuais (Hershberger, 2001; Weill, 2009).

A terceira e última linha de investigação considera a influência genética na determinação da orientação sexual (Clarke *et al.*, 2010). A partir do estudo de gémeos monozigóticos e dizigóticos, bem como de irmãos/ãs biológicos/as e adotados/as, é estudada a hereditariedade, partindo-se do princípio que quanto mais parentadas forem as pessoas mais similares serão as suas orientações sexuais (Ritter & Terndrup, 2002).

O modelo psicanalítico será uma outra alternativa aos modelos de compreensão da orientação sexual. Sigmund Freud desenvolveu alguns trabalhos acerca da bissexualidade inata e da escolha do objeto sexual (Coleman, 1990;

Oliveira, 2010). Nesses trabalhos, o autor propõe que as pessoas nascem bissexuais embora aprendam a controlar os seus impulsos bissexuais inatos através da restrição dos seus desejos eróticos pelas pessoas do mesmo sexo, dirigindo-os a pessoas do sexo oposto (Ritter & Terndrup, 2002). Para S. Freud, a heterossexualidade é a resolução normal do processo de desenvolvimento psicosssexual, sendo a homossexualidade uma resolução ineficaz do complexo de Édipo. A resolução saudável do complexo de Édipo leva ao estabelecimento de uma identidade de género culturalmente adequada e, por consequência, à escolha de um objeto heterossexual. (Bohan & Russel, 1999). Várias críticas têm sido apresentadas a este modelo, nomeadamente o facto de não apresentar a etiologia da heterossexualidade, ou seja, um modelo de desenvolvimento da heterossexualidade que pudesse ser comparado com o modelo de desenvolvimento da homossexualidade proposto (Ritter & Terndrup, 2002). As concepções psicanalíticas do funcionamento da mente consideram, em termos de orientação sexual, a heterossexualidade como padrão, sendo por isso esta o reflexo de um desenvolvimento intrapsíquico bem-sucedido, a superação feliz do complexo de Édipo. As teorias psicanalíticas, muito embora não se mantenham presas aos princípios teóricos propostos por Freud e tenham, como acontece com outras áreas científicas, evoluído bastante em termos de investigação e conhecimento do mundo mental, continuam cétricas relativamente a orientações sexuais não heterossexuais. Partindo do princípio que a heterossexualidade e a homossexualidade são estruturalmente semelhantes em termos de defesas, impulsos, resolução de conflitos e em relação ao papel das relações de objeto no desenvolvimento do ego, segue-se uma perspectiva que ignora a realidade interna de cada sujeito. Aceitar a homossexualidade ou outras formas de sexualidade não normativas permanece um desafio na prática psicanalítica. Por outro lado, as perspectivas psicanalíticas não têm conseguido explicar o lesbianismo (Ritter & Terndrup, 2002; Filax, 2006).

Com Alfred Kinsey inauguram-se diferentes formas de perspetivar a homossexualidade. Os estudos por si conduzidos na década de 1950 preconizam um importante debate sobre a sexualidade humana, contrariando o binarismo do modelo freudiano e trazendo as questões ligadas ao *coming out* na população não heterossexual (Coleman, 1990; Filax, 2006; Oliveira, 2010). Resulta precisamente destes estudos a ideia de que a sexualidade se constitui enquanto *continuum*: uma pessoa não tem necessariamente que se definir como “exclusivamente homossexual” ou como “exclusivamente heterossexual” (pontos extremos desse *continuum*), pelo facto de as suas práticas sexuais serem relativas a uma ou outra dessas

possibilidades (Carneiro, 2009). Kinsey entendia que as pessoas poderiam posicionar-se e reposicionar-se em diferentes partes do *continuum* ao longo da vida, à medida que tinham parceiros sexuais do sexo oposto ou do mesmo sexo. (Ritter & Terndrup, 2002). Os estudos de Kinsey foram criticados por analisarem a orientação sexual apenas através dos comportamentos sexuais e por pressuporem uma relação proporcionalmente inversa entre homossexualidade e heterossexualidade. Investigações realizadas junto de pessoas bissexuais vieram mostrar que estas não se posicionam necessariamente num *continuum* proporcionalmente inverso entre homossexualidade e heterossexualidade, pois podem sentir-se tão atraídas por parceiros do sexo oposto quanto os heterossexuais e tão atraídas por parceiros do mesmo sexo como pessoas gays e lésbicas (Ritter & Terndrup, 2002).

1.3. Identidades LGB

*“(...)Sou aquela que passa e ninguém vê...
Sou a que chamam triste sem o ser...
Sou a que chora sem saber porquê...”
Florbela Espanca*

Historicamente, os esforços para compreender o desenvolvimento das orientações homossexuais e bissexuais giraram em torno dos modelos de estágios (Cass, 1990). Estes modelos receberam algum suporte empírico ao postular que indivíduos LGB seguem um conjunto ordenado de etapas, desde a primeira consciência da sua orientação sexual, até uma autoidentificação e uma homossexualidade completamente integrada. Estes modelos de estágios servem a uma importante função; fornecem uma base para o estudo das vidas e desenvolvimento LGB (Lasser, Tharinger & Cloth, 2006)

Mais recentemente, tem sido dada maior atenção à complexidade e diversidade das vivências LGB, passando o foco de atenção dos estádios fixos para as trajetórias desenvolvimentais e os fatores contextuais, incluindo gênero, orientação sexual, idade, condições de vida, atitudes dos pais e o tempo desde que se assumiram (processo de *coming out*) (Lasser, Tharinger & Cloth, 2006). Este novo enfoque tem em conta os percursos diferentes ou semelhantes feitos por homens e

mulheres LGB, as diferenças entre aqueles que se autoidentificam enquanto crianças e aqueles que se autoidentificam já adultos, e a estabilidade de orientação ao longo do tempo. Considerando que os/as bissexuais têm sido tradicionalmente classificados/as como *gays* e lésbicas, e por isso as suas experiências, únicas, têm recebido cada vez maior atenção (Lasser, Tharinger & Cloth, 2006).

As possibilidades de identificação e de construção identitária são múltiplas tal como as possibilidades de interpretar a identidade que deverá ser vista como um conjunto de processos que nos vão definindo e redefinindo na relação dialética que se estabelece com os outros, com o meio, com as situações específicas de vida e os contextos particulares em que existimos (Carneiro, 2009; Blackburn, 2010).

De acordo com Mohr e Fassinger (2006), a identidade é considerada tanto uma autoidentificação como uma identificação coletiva com valores, crenças, traços ou comportamentos e propriedades (*cit in* Oliveira, *et. al.*, 2012). Neste sentido, o desenvolvimento de uma identidade sexual é um processo de envolvimento em comportamentos sexuais, formando atitudes sobre experiências sexuais e sobre a sexualidade (Rosario, Schrimshaw & Hunter, 2010). É navegar nos desafios sociais, emocionais, físicos e de comportamento sexual à procura de si na relação com o outro. O processo de construção de identidade é exigente, mas assume um desafio maior quando essa descoberta envolve o reconhecimento de que se é “diferente”.

Quando, por alguma razão, não nos integramos nas características e valores de uma maioria mais ou menos homogénea, esse processo acarreta outras consequências. Para lésbicas, *gays* e bissexuais, a construção de uma identidade sexual representa uma escalada exigente na assustadora montanha do heterossexismo, onde muitas questões, receios e sentimentos podem fazer “perder o equilíbrio”.

Cada pessoa constrói a sua identidade sexual de forma única, num movimento dialético de compreensão e integração de experiências e significados, bem como de papéis socialmente construídos, sendo este um processo longo e exigente que pode decorrer ao longo da vida (Ritter & Terndrup, 2002). No caso de pessoas LGB, a construção da identidade é experienciada num contexto altamente heterossexista, como tal, é importante reconhecer as dificuldades associadas à intolerância social e à marginalização que fazem parte, na maior parte das vezes, do desenvolvimento da sua identidade e que podem condicionar a forma como expõem ou escondem a sua orientação sexual (Rosario, Schrimshaw & Hunter, 2010). Também género, raça, etnia, religião, cultura e estatuto socioeconómico, as

qualidades individuais como a resiliência ou as estratégias de *coping* interagem no desenvolvimento dos indivíduos LGB. Os significados associados à experiência psicológica da homossexualidade desenvolvem-se de acordo com os diferentes significados históricos e as diferentes formas de luta pela afirmação da “diferença” sexual, o que confere ao comportamento, ao desejo e aos significados atribuídos a esta experiência um carácter único e de pluralidade em que cada um/uma é único na sua experiência (Carneiro, 2009).

Desta forma, uma identidade *gay*, lésbica ou bissexual constrói-se com base nas percepções pessoais e sociais acerca da homossexualidade, o que leva a pessoa a identificar o seu comportamento como comportamento homossexual (Cass, 1990; Coleman, 1990). Existe uma identidade sexual privada, relativa à forma como a pessoa se percebe enquanto ser sexualizado e uma identidade sexual pública, referente à forma como a pessoa pretende ser considerada pelos/as outros/as (Bailey, 2009).

Existem algumas teorias que procuram explicar o processo pelo qual as pessoas LGB constroem a sua identidade. Cavanaugh (1996) defende que o estudo psicológico da identidade se tem enquadrado em dois tipos de controvérsias: a da “natureza *versus* contexto” e da “continuidade *versus* descontinuidade”. Para a primeira destas controvérsias, os resultados de maior capacidade explicativa resultam de estudos que avaliam a interação única que cada sujeito trava, no curso do seu desenvolvimento, com a realidade social. No caso da “continuidade *versus* descontinuidade”, o que tenta analisar-se é o modo como o padrão funcional (qualquer que seja a dimensão do desenvolvimento em análise – cognição, comportamento, identidade...) de uma pessoa e/ou de um grupo permanece ou se transforma (Carneiro, 2009).

Vivienne Cass (1984) foi a primeira autora a propor um modelo de construção de identidade sexual que aplicou quer a mulheres lésbicas quer a homens *gays*. Partindo do seu trabalho clínico com clientes *gays* e lésbicas, o modelo de Cass postula que a identidade é adquirida através de um processo desenvolvimental (Degges-White, Rice & Myers, 2000). A noção de que os indivíduos se desenvolvem e elaboram reformulações cognitivas, comportamentais e afetivas ao longo da vida, vai assumir centralidade no modo como esta autora descreve a construção dos significados atribuídos à homossexualidade. A maleabilidade e plasticidade da identidade homossexual remete, segundo Cass, para um sentido de “diferença” como processo prolongado no tempo, como fenómeno *long-lasting* que implica uma atenção

às relações do sujeito com o seu contexto, na descoberta de novos e reformulados significados que este sujeito vai atribuindo ao ser homossexual. Um importante aspeto deste modelo é o facto de ele partir do pressuposto que “o indivíduo não se constitui como simples veículo passivo através do qual a mudança toma lugar” (Cass, 1990). Em alternativa, a pessoa desempenha um papel ativo na aquisição significada e significativa da (sua) homossexualidade. Partindo destes pressupostos, o modelo de Cass é composto por seis estádios de desenvolvimento com que as pessoas pertencentes a minorias sexuais lidam para integrar uma identidade *gay*, lésbica ou bissexual (Bohan & Russel, 1999; Carneiro, 2009). Os estádios propostos pela autora são os seguintes: (i) a *confusão de identidade*, momento em que a pessoa questiona a sua própria orientação sexual, pela consciência de que a informação que apreenderam direta ou indiretamente em relação a homossexualidade se lhes aplica (Cass, 1984); (ii) a *comparação identitária*, que envolve sentimentos de isolamento e alienação que derivam do questionamento da possibilidade de poderem não ser heterossexuais; (iii) a *tolerância identitária*, estágio de desenvolvimento marcado por uma procura de outros *gays* e/ou outras lésbicas e pela aceitação acrescida da própria homossexualidade; (iv) a *aceitação da identidade*, período em que a pessoa faz uma revelação seletiva apenas a algumas pessoas, da sua homossexualidade; (v) o *orgulho identitário*, que envolve a imersão na subcultura *gay* e lésbica e a rejeição da norma e dos valores heterossexuais e (vi) a *síntese da identidade*, estágio culminante da construção da identidade homossexual e que se caracteriza pela integração na orientação sexual homossexual no conjunto de características que definem a pessoa (Cass, 1990; Carneiro, 2009).

Eli Coleman (1982) enfatiza os processos de estigmatização como dificuldades do desenvolvimento integrado de si mesmo(a) como lésbica ou *gay*. Segundo este modelo, as pessoas iniciam o seu processo de construção de identidade em cinco estádios, embora nem todas passem por cada um deles. Algumas pessoas, por razões variadas, poderão ficar bloqueadas num dos estádios de desenvolvimento (Ritter & Terndrup, 2002). O *Pré-Coming Out* é o primeiro estágio definido por Coleman (1982). Este é o momento em que as crianças se percebem como diferentes dos seus pares, o que poderá conduzir à alienação, isolamento e baixa autoestima. Os pensamentos e sentimentos são mantidos secretos devido a algum receio, mais ou menos consciente, de virem a ser rejeitadas e expostas ao ridículo ou até mesmo desencadear uma crise familiar. À medida que tomam consciência desses sentimentos e atrações homoeróticas, avançam para o estágio seguinte, *Coming Out*.

Neste estágio, a tomada de consciência de sentimentos, pensamentos e fantasias que indicam atração por pessoas do mesmo sexo, é a primeira tarefa desenvolvimental. Uma vez que as emoções e a identidade ainda não são claras e ainda é difícil a autoidentificação como *gay*, lésbica ou bissexual, os pensamentos e sentimentos despertados podem ser geradores de *stress* e algum conflito. A revelação da sua orientação sexual a outros/as é, ainda assim, o desafio primordial deste estágio (Coleman, 1989). O estágio seguinte, *Exploração* é como o próprio nome indica um momento de experimentação sexual e social. As reações positivas de outros/as significativos/as e uma maior segurança em relação à sua identidade encorajam as pessoas LGB a explorarem as suas identidades sexuais (Coleman, 1990; Degges-White, Rice & Myers, 2000). O quarto estágio, Primeiras Relações, é marcado pela expressão das necessidades de intimidade e a procura de relações que incluam atrações físicas e emocionais. Aprender a funcionar em relações afetivas com pessoas do mesmo sexo é, muitas vezes, o fator desencadeador para a fase final do desenvolvimento da identidade (Ritter & Terndrup, 2002). A partir do momento em que as pessoas LGB integram as suas identidades, pública e privada, numa autoimagem, entram no último estágio, *Integração*.

Troiden (1979) também se debruçou sobre as questões identitárias da orientação sexual e propôs uma abordagem sociológica, na qual defende que o *coming out* da identidade homossexual se apresenta mais ou menos como uma escolha pessoal (de revelar ou não perante as adversidades contextuais) do que um estágio de desenvolvimento específico com características bem definidas (Carneiro, 2009).

Existem algumas críticas a estes modelos; segundo a APA (2000, p. 1445), estes modelos devem sempre revelar “*uma sensibilidade à dinâmica complexa associada a fatores como os valores culturais sobre o género e sobre os papéis [sexuais], sobre as crenças procreativas e religiosas, sobre o nível cultural do indivíduo e da sua família e sobre a história pessoal e cultural de discriminação ou opressão [relacionada com a diferença sexual]*”. No entanto, isso não se reflete nas propostas dos modelos acima mencionados, pelo que é fundamental ter uma leitura cautelosa dos mesmos. Ao partirem do princípio que a construção de uma identidade *gay* ou lésbica segue estádios sequenciais numa determinada ordem, o que pode ser facilitador da compreensão teórica da construção da identidade LGB, acabam por ser pouco representativos da experiência prática desse processo (Oliveira, 2010).

As conceptualizações delineadas foram realizadas a partir de amostras que não são representativas de todos os elementos pertencentes às minorias sexuais, não sendo revelador da pluralidade da experiência homossexual (Carneiro, 2009).

Os elementos que compõem as amostras estudadas necessitam ser identificados e avaliados, o que leva os investigadores a recorrer a pessoas que frequentam a subcultura LGBT (Bohan & Russel, 1999). Logo, pessoas a viverem os primeiros momentos de desenvolvimento das suas identidades não são representadas nestes estudos, bem como as pessoas com mais de 45 anos que se mantêm inativos na subcultura LGB (Ritter & Terndrup, 2002). Uma outra crítica apontada a estes modelos é o facto de negligenciarem contextos sociais e históricos, não refletindo a importância destes nos desenvolvimentos identitários (Oliveira, *et al.*, 2012). A inexistência de uniformidade no conceito de orientação sexual é mais uma das críticas a estes modelos (Ritter & Terndrup, 2002).

Na década de 1990, surge um importante corpo teórico de reflexão crítica sobre as identidades: a Teoria *Queer*. Para a *queer*, a história do movimento *gay* e lésbico está marcada pela defesa de uma conceção binária, de oposição da “homossexualidade” à “heterossexualidade”, do “feminino” ao “masculino”. O movimento *queer* insurge-se precisamente contra esta sobreposição, lutando radicalmente contra qualquer forma de opressão, quaisquer que sejam os critérios (orientação sexual, género, raça, etnia, ...) que social e culturalmente demarcam a noção de minoria (Carneiro, 2009; Rudoe, 2010).

Algumas críticas foram feitas a este movimento, salientando que o *queer* cria desde logo uma barreira obscura às especificidades da experiência subjetiva e/ou grupal da “diferença”, das necessidades e das reivindicações sociais e políticas que os/as sexualmente diferentes têm historicamente elaborado. Um vazio no que diz respeito à compreensão da subjetividade acaba por ser criado pelas propostas *queer*, na ausência de uma perspetiva que contemple cuidadosamente a experiência psicológica que sempre se ergue em redor das identidades (Jagose *cit in* Carneiro 2009).

É possível compreender a complexidade da discussão em torno da construção de identidades LGB. A inexistência de consenso leva a que múltiplas perspetivas se imponham na construção de modelos explicativos. Apesar do esforço científico e da riqueza dos diferentes modelos, cada um deles evidencia lacunas que põem em causa uma explicação efetiva e que corresponda à realidade das pessoas lésbicas, *gays* e bissexuais.

O modelo multidimensional de identidade lésbica, *gay* e bissexual (LGB) tem em conta variáveis importantes relativamente às identidades. Esse modelo não só tem acesso a numerosas dimensões da vivência de indivíduos LGB, mas também se baseia num corpo de pesquisa que reconhece como as dificuldades LGB são causadas pela intolerância social e pela marginalização (Mohr & Fassinger, 2000 *cit* in Oliveira, *et al.*, 2012). Este foi também um dos primeiros modelos a integrar a identidade bissexual embora a tenham conceptualizado como uma categoria instável quando comparada com categorias como *gay* e lésbica (Oliveira, *et al.*, 2012).

Estas propostas refletem avanços na pesquisa sobre identidades sexuais, enfatizando que as categorias de orientação sexual não são suficientemente amplas para abranger as experiências individuais dos comportamentos, cognições, discursos e emoções em relação à sua sexualidade (Oliveira, *et al.*, 2012). Estes estudos questionam diretamente os modelos unidimensionais no estudo da identidade sexual e a sua simples correspondência com as categorias já definidas/fixadas para a orientação sexual.

Uma das vantagens do modelo multidimensional é que aborda aspetos da identidade que são capazes de enfatizar a hostilidade tanto do clima social em geral como das normas culturais que caracterizam a orientação sexual como um conceito simplesmente dicotómico (Oliveira, *et al.*, 2012). A implicação destes fatores na vida de pessoas, sexualmente é - ou pode ser – fortíssima, podendo afetar não só a construção de uma identidade integrada como o bem-estar e a saúde da pessoa.

Vários estudos (D'Augelli, Grossman, Salter, Vasey, Starks, & Sinclair, 2005; King, Semlyen, Tai, Killaspy, Osborn & Popelyuk, 2008; Russel & Toomey, 2010; Kuyper, & Fokkema, 2011) têm demonstrado evidência que o risco de suicídio (incluindo ideação, planos e comportamento) é mais elevado entre homens *gays* e bissexuais. A adolescência, que é um período de destaque na construção da identidade, parece ser precisamente o período do ciclo de vida com maior número de casos de suicídio (Russel & Toomey, 2010). Evidências recentes (Meyer, 2003; King *et al.*, 2008; Rieger & Savin- Williams, 2012; Zietsch *et al.*, 2011) mostram ainda que homossexuais e bissexuais têm muito maior risco de ter sintomas ou perturbações psiquiátricas, incluindo perturbações do humor (ex.: depressão, perturbação bipolar), perturbação de ansiedade (perturbação de ansiedade generalizada, perturbação de pânico perturbação obsessivo-compulsiva), perturbações alimentares, do comportamento, abuso de substâncias, ideação suicida e tentativas de suicídio. A investigação realizada argumenta que isso se deve às experiências prejudiciais vividas

por não heterossexuais (Zietsch *et al.*, 2011). O *stress* minoritário é habitualmente referido como uma das grandes explicações dos problemas de saúde mental de pessoas LGB (Kuyper & Fokkema, 2011).

Ser sexualmente “diferente” pressupõe, como refere Carneiro (2009) a *sistemática construção de significados referenciados por uma “normatividade” ora desprovida (porque heterossexista) de referências e modelos socializantes promotores da “diferença”, ora geradora (porque homofóbica) de preconceitos, condenações e violências, tanto reais quanto simbólicas, que sobre a “diferença” sistematicamente recaem*. A forma como lésbicas, gays e bissexuais são negativamente avaliados nos múltiplos contextos da sua existência, desperta em si uma homofobia internalizada que alimenta o desejo de não ser sexualmente “diferente”. A literatura psicológica documenta múltiplas manifestações emocionais, cognitivas e/ou comportamentais de homofobia internalizada (Miller, 2011; Linguardini, Baiocco & Nardelli, 2012). A negação da sua própria orientação sexual e o desejo de mudança desta orientação, a baixa autoestima e a desvalorização da autoimagem, o desprezo ou repulsa por indivíduos assumidamente homossexuais ou bissexuais, as tentativas de fingir que se é heterossexual ou de esconder a própria homossexualidade, a agressividade e/ou culpa em situações que direta ou indiretamente levam a pessoa a confrontar-se com a homossexualidade são alguns exemplos de homofobia internalizada (Mohr & Fassinger, 2000 *cit in* Nogueira & Oliveira, 2010; Carneiro, 2009). Todas estas questões constituem obstáculos ao desenvolvimento de uma identidade segura e saudável, o que explica as vulnerabilidades das pessoas LGB. Não são fatores biológicos que tornam os Homossexuais e bissexuais mais vulneráveis; são as condições sociais que os expõem a situações de grande *stress* e pressão psicológica (Zietsch *et al.*, 2011).

Em espaços de pertença familiar, social e institucional, onde estereótipos e reações negativas desta ordem são tão repetidamente verificados, a identidade homossexual resulta, como se compreende, num processo de desenvolvimento que suscita intensas dificuldades e marcado sofrimento. A injúria que se lança sobre os sexualmente “diferentes” pelo silenciamento, pela violência, pela inferiorização, imprime inevitavelmente a esta “diferença” um sentido precocemente aprendido de rejeição, de medo, de repulsa de si mesmo/a (Carneiro, 2009). Particularmente, o contexto de trabalho tem fulcral importância nos percursos identitários, sendo que a “descoberta” de uma orientação sexual não normativa neste contexto pode ser

altamente ameaçador, quer do ponto de vista social, quer formal (Carneiro, 2009; Collins & Callahan, 2012).

Além disso, pessoas que pertencem a outras minorias sofrem todas estas consequências de forma dupla, por exemplo negros e mulheres são duplamente discriminados quando se assumem como não heterossexuais (Miller, 2011).

Mas se isso é verdade, também é verdade que os contextos como a escola ou o trabalho e o suporte social, família e amigos desempenham um papel muito importante na forma como as experiências LGB (ou de outras minorias) são moldadas e vividas (Lasser; Tharinger & Cloth, 2006; Gallor & Fassinger, 2010; Formby, 2011; Collins & Callahan, 2012).

Especificamente a família emerge como espaço onde a “descoberta” da homossexualidade ou da bissexualidade de uma pessoa se apresenta tantas vezes como acontecimento que suscita processos muito complexos de reestruturação das relações (quando não mesmo da exclusão dessa pessoa). Por outro lado, esse processo pode ser experienciado de forma positiva quando os elementos da família aceitam a diferença e contribuem para um desenvolvimento seguro e saudável. O contexto familiar merece, logicamente, uma atenção cuidada. Estas realidades assumem especial importância quando nos reportamos aos jovens e jovens adultos, tendo em conta as acrescidas necessidades de suporte familiar que marcam este período de vida (Carneiro, 2009).

2. Ser sexualmente “diferente”: Entre a discriminação e o preconceito.

“Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.”

(Santos, 2002)

2.1. Homossexualidade: as concepções que mudaram a história

Na cultura ocidental, as atitudes face a bissexuais, lésbicas e *gays* foram determinadas por fenómenos sociais e políticos que tiveram lugar ao longo da história (Ritter & Terndrup, 2002). Se hoje problematizamos a discriminação em torno das pessoas homossexuais e bissexuais houve momentos históricos em que ser heterossexual não era a regra e o diferente era natural e aceite.

Nos primórdios do período greco-romano, era evidente a tolerância em relação à homossexualidade, aliás, o amor entre pessoas do mesmo sexo era aprovado e em alguns casos celebrado (Ritter & Terndrup, 2002). Nem lei, nem religião se opunham a esta expressão afetiva e sexual. No entanto no decorrer da história, noutros lugares e noutros tempos essa atitude de aceitação transformou-se numa intolerância doentia e fóbica (Ritter & Terndrup, 2002).

Durante a idade média, embora a igreja ocidental não tivesse apoiado a perseguição a pessoas homossexuais, divergências dentro do clero e entre este e os organismos políticos conduziram à execução de uma legislação anti-*gay* que faria aumentar a intolerância em relação à homossexualidade (Ritter & Terndrup, 2002).

Essa intolerância propagou-se pelas colónias europeias em todo mundo, onde em alguns casos as relações entre pessoas do mesmo sexo eram aceites (Messinger, 2006). As normas legais e religiosas eram severas para os homens que “ousassem” ter relações sexuais com outros homens (crime de sodomia), e o impacto do cumprimento das leis foi acentuando uma moralidade imoral onde a tolerância era estrangulada por tabus (Murray, 2000). Estas crenças perpetuam-se durante anos, contaminando culturas e mentalidades.

Desde o final do séc. XIX ao início do séc. XX existia consenso científico relativamente à natureza heterossexual dos indivíduos, o que tornava os comportamentos homossexuais *anti natura*, imorais e ilegais (Ritter & Terndrup, 2002). O termo homossexual surgiu posteriormente à punição e criminalização dos

comportamentos homossexuais. Inicialmente estes comportamentos não designavam categorias específicas de pessoas (Cass, 1990; Herek, 2009). Os significados de homossexualidade não foram sempre pejorativos, embora as conceções do termo dentro da comunidade médica tivessem sido progressivamente substituídas por noções patologizantes da homossexualidade (Carneiro, 2009). A partir do século XIX, considera-se que a homossexualidade é explicada por questões neuroanatômicas, hormonais, fisiológicas e genéticas que justificariam o “desvio”. A fermentação da ideia que a pessoa homossexual era anormal levou a que em 1952, a homossexualidade fosse incluída na primeira versão do DSM – *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* (Ritter & Terndrup, 2002). Estas proclamações científicas assentes no pilar profundamente ostracizante da patologização, inauguram a era da discriminação e opressão da diferença sexual. Atitude considerada digna porque cientificamente validada. Ao lado da criminalidade e da loucura, a “patologia sexual” lança para prisões e manicómios milhares de homossexuais que se viam empurrados para o isolamento social (Carneiro, 2009). A “patologia da homossexualidade” manteve-se por longo tempo, e as suas repercussões ainda se sentem hoje nas fantasias de quem tenta justificar com moralidade a bárbara discriminação a que os homossexuais e bissexuais ainda estão sujeitos.

A viragem para o século XX traz consigo um refinamento biológico e médico das classificações e das interpretações associadas à homossexualidade. Na ciência desenvolvem-se estudos que começam a tornar duvidosas as classificações psiquiátricas vigentes (Schneider, 2001). Embora a maioria dos estudos realizados não corroborem o diagnóstico, a maioria deles era realizado comparando homossexuais com heterossexuais ignorando a especificidade da vivência homossexual e o impacto da discriminação social nessa vivências.

Felizmente as evidências científicas levaram a que a *American Psychiatric Association* e a *American Psychological Association* viessem respetivamente em 1973 e 1975, a retirar completamente a homossexualidade dos critérios que estabeleciam para designar como patologia ou desordem mental (Schneider, 2001). Esta é a viragem que permite que se constituíssem os fundamentos científicos para o entendimento da homossexualidade enquanto variante normal da sexualidade humana, tal como hoje a entendemos (Herek, 2009; Ritter & Terndrup, 2002).

2.2. Discriminação: A lei do heterossexismo na selva do preconceito

As concepções sobre a homossexualidade mudaram a história e transformaram as culturas. Se inicialmente se viviam climas de tolerância e aceitação as questões políticas apoiadas nos meios religiosos e científicos levaram a que esse clima se fosse diluindo numa atmosfera discriminatória, despótica e reprovadora. Embora se sintam atualmente, quer no plano científico quer no plano social alguns esforços para extinguir os preconceitos e promover a igualdade e a diversidade sexual as raízes da intolerância ainda estão encravadas na cultura profundamente heterossexista das sociedades contemporâneas em geral.

Atualmente a orientação sexual é entendida enquanto constelação multidimensional de variáveis, o que coloca desafios a uma definição única e precisa mas que amplifica o entendimento da experiência de sexualidade não normativa e da construção de uma identidade *gay*, lésbica ou bissexual (Ritter & Terndrup, 2002).

Assim, é impossível compreender a homossexualidade sem considerar o peso das questões históricas e culturais (Carneiro, 2009). Fenômenos como a homofobia e o heterossexismo são indissociáveis da experiência LGB.

A noção de homofobia foi inicialmente desenvolvida por Weinberg (1972) como *“pânico de partilhar um mesmo espaço com homossexuais”* refletindo o medo e/ou evitamento irracional suscitados pela presença real e /ou imaginada, de homossexuais. É importante referir que a presença pode ser imaginada, uma vez que a *homofobia* se revela num conjunto de atitudes, valores e práticas de hostilidade dirigidas tanto a quem (de modo mais ou menos explícito) revela uma sexualidade não-normativa como a quem “indicie” esta não-normatividade sexual (Carneiro, 2009). Por exemplo, os/as adolescentes que questionam a sua orientação sexual ou são erradamente considerados/as *gays*, lésbicas ou bissexuais também podem ser afetados pelos mesmos desafios que os/as jovens homossexuais se forem alvo de estigma como os/as jovens LGB são (Lasser, Tharinger & Cloth, 2006). O surgimento do conceito de homofobia marca uma mudança na análise da situação das pessoas homossexuais, pois coloca o “problema” da homossexualidade, não nos homossexuais mas sim nas pessoas intolerantes a pessoas LGB (Herek, 2009; Perrin, 2002). Apesar do reconhecimento desta mudança, o conceito tem sido alvo de diversas críticas pela associação da hostilidade dirigida a pessoas LGBT a uma fobia (Herek, 2009). Segundo Kitzinger (1996) a associação da expressão homofobia a uma entidade clínica e a leitura individualizada da mesma leva-nos a negligenciar os

mecanismos sociais, culturais, ideológicos (e não os individuais) que motivam a negação da “diferença” sexual. Neste sentido, a violência anti-gay parece ser uma manifestação extrema de normas culturais difundidas na sociedade (Ritter & Terndrup, 2002). Este é um conceito que sendo aceite pode ser socialmente encarado como permissão para perpetuar a opressão sobre os homossexuais, já que ao remeter para fobia deixa em aberto a noção de uma repulsa a que não se pode fugir, de um medo incontável que portanto demite de responsabilidades quem a exerce (Carneiro, 2009). Para evitar este tipo indistinção vários autores têm proposto termos alternativos, embora este se tenha mantido na literatura (Carneiro, 2009).

Muito mais do que uma fobia, a homofobia é um preconceito que alimenta o medo de se ser “sexualmente diferente” (Lasser, Tharinger & Cloth, 2006; Tharinger, 2008). A homofobia é a face visível do sistema ideológico heterossexista, veiculando a dificuldade de aceitação da diferença sexual num sistema repressivo (Carneiro, 2009). Nesse sistema, a homofobia serve como uma espécie de “polícia de gênero” para garantir que os/as meninos/as não desafiam a ordem de gênero existente. No fundo, o heterossexismo representa o sistema de valores, de crenças e de costumes destinados a estigmatizar qualquer forma “não-heterossexual” de identidade (Carneiro, 2009; Lasser, Tharinger & Cloth, 2006; Lingardi, Baiocco & Nardelli, 2012).

Segundo Herek (1993 *cit in* Carneiro, 2009) a ideologia heterossexista é suportada por dois grupos. Um primeiro grupo que está mais ligado à sexualidade e à sua privatização e um segundo grupo relacionado com a distinção “masculino/feminino”. A primeira destas classes ideológicas resulta numa lógica perversa de desigualdade entre reconhecimento da “homossexualidade” e da “heterossexualidade”, uma vez que à heterossexualidade se permite uma legitimação pública que não tem equivalente na homossexualidade (Herek, 2009). O segundo tipo de ideologias que se prendem com a representação de gênero, suporta a estigmatização que leva a que a homossexualidade seja habitualmente vista como uma violação das “normas” identitárias e da relação estratégica e perversamente estabelecida entre essas “normas” e os papéis de gênero (ex. o gay é representado culturalmente como menos masculino do que o homem heterossexual, a lésbica como menos feminina que a mulher heterossexual) (Carneiro, 2009).

A masculinidade hegemônica serve como uma forma idealizada de masculinidade, pela qual rapazes e homens podem ser medidos por si e pelos outros para determinar a extensão de sua “masculinidade”. Esta representação idealizada é representada pelas formas tradicionais de trabalho que os homens e os meninos

fazem, os desportos populares que eles jogam, e até que ponto eles podem demonstrar poder sobre as mulheres e sobre outros homens (Amâncio, 1994). Elementos comuns em todas as formas de masculinidades hegemônicas incluem a força (física, de caráter, intelectual, de vontade), racionalidade e supremacia sobre aqueles que são "inferiores". Esta construção de uma masculinidade homogênea natural e espontânea trabalha para deslegitimar as formas de masculinidade que não estão de acordo com este ideal (Amâncio, 1994; Tharinger, 2008).

Tudo isto resulta numa profunda estigmatização das minorias sexuais (estigma sexual) que não se enquadram no padrão heterossexual dominante. O estigma sexual pode definir-se como um sistema de crenças socialmente partilhado que denigre, desvaloriza e/ou invalida os comportamentos, identidades ou relações não heterossexuais (Lingiardi, Baiocco & Nardelli, 2012), de modo a garantir os privilégios das pessoas heterossexuais enquanto grupo dominante (Perrin, 2002). O estigma afeta profundamente a vida dos não heterossexuais, condicionando as suas interações sociais e atingindo não só os próprios como as suas famílias (Herek, 2009; Perrin, 2002). Reforçando o que foi referido anteriormente, o estigma estende-se a todos aqueles que apresentem comportamentos não heterossexuais pois nas sociedades ocidentais, as pessoas que não se encaixam nas conceções populares de masculinidade e feminilidades são muitas vezes marginalizadas (Perrin, 2002).

A sobrevalorização da masculinidade e virilidade e o sexismo levam a que os homens *gays* sejam menos aceites que mulheres lésbicas, despertando menos sentimentos positivos e atitudes mais preconceituosas (Perrin, 2002). Se isto é verdade, também é verdade que as pessoas bissexuais são duplamente discriminadas, uma vez que tem de lidar com atitudes negativas tanto de heterossexuais como de *gays* e lésbicas. Essa dupla discriminação faz com que provavelmente experienciem discriminação com maior frequência, tenham maiores expectativas de discriminação e níveis mais elevados de homofobia internalizada e menor abertura em relação à sua identidade sexual (Kuyper & Fokkema, 2011).

Os homossexuais e bissexuais vêm assim a sua vida assolada na selva desumana onde predomina a lei do mais forte e onde o preconceito é a arma que oprime e esconde os diferentes. Embora muitos considerem as organizações de hoje mais progressistas do que no passado, a suposição de que ser homossexual já não é um problema não é verdadeira, pois a discriminação face a pessoas LGB ainda existe mesmo que possa em alguns casos ser mais subtil (Collins & Callahan, 2012).

2.3. Defesa dos direitos LGBT: Movimentos e Afirmação

Continuamos a considerar o “armário” como uma circunstância particular que se confunde, intencionalmente, com a intimidade e que, deste modo, nos impede de percebermos que em torno deste armário, existe uma estrutura social e ideológica que pretende encerrar e silenciar todo um coletivo. “Sair do armário” deixará apenas de ser um ato politicamente significativo quando não houver armário do qual sair.”

(Llamas e Vidarte, 2001)

Mediante as condições contextuais (políticas, religiosas, científicas e sociais) acima mencionadas é possível compreender a necessidade de afirmação das minorias sexuais na defesa dos seus direitos e na batalhada pela igualdade e pela tolerância face à diferença. A história dos movimentos em defesa das identidades *gay* e *lésbica* acompanha a história das grandes movimentações e lutas sociais das décadas de 60 e 70. Estudantes, negros e mulheres impulsionaram lutas que deram espaço e coragem para que *gays* e *lésbicas* se insurgirem sobre um sistema que os/as excluía e discriminava.

O movimento feminista, organizado contra o poder patriarcal, assume um papel importante no desencadear da luta de *gays* e *lésbicas*. Historicamente anterior, a luta das mulheres constitui-se como inspiradora da política das identidades *gays* e *lésbicas* (Carneiro, 2009).

A construção ocidental da defesa da homossexualidade pode ser caracterizada, segundo Jagose (1996), por dois períodos. O primeiro destes período (até à década de 60) é assinalado por acontecimentos que marcam a defesa da homossexualidade como uma variante da sexualidade humana, embora não representassem uma ação política propriamente dita. O objetivo fundamental destes movimentos era a tolerância social, através de lutas que consolidavam em torno da possibilidade de ser-se *gay* sem condenação religiosa, moral, jurídica e criminal (Carneiro, 2009). O segundo período é apelidado pelo autor de *movimento liberacionista gay e lésbico* que marca uma mudança na linguagem, mais politizada, de defesa dos direitos de cidadania que *gays* e *lésbicas* reivindicavam. É neste momento que surge a luta organizada em prol desses direitos (Carneiro, 2009).

As marcas de fragilização biológica trazidas pela SIDA assumiram um papel de destaque na batalha pela tolerância e aceitação social da homossexualidade. Com a pandemia da SIDA cresceram os processos de estigmatização social sobre os

sexualmente “diferentes” e a que Bouman (1992 *cit in* Carneiro, 2009) veio chamar “infecção ideológica”, pois as velhas rejeições e perseguições da homossexualidade atingiram nesta fase um novo fôlego e contaminaram a representação social que sobre ela se desenvolve. Desta forma, a SIDA constitui-se como uma ameaça à sua afirmação e por isso gays e lésbicas vêm-se obrigados/as a reforçar e fortalecer as suas redes, a garantir a sua visibilidade e a construir espaços reafirmados (Carneiro, 2009). As políticas até então implementadas estavam longe de responder aos interesses das pessoas LGB pelo que apenas através da socialização propiciada pelo envolvimento ativo na sociedade civil lhes foi possível fazerem-se ouvir numa voz transformativa que exigiu a construção de políticas efetivamente reconhecedoras da sua subjetividade (Carneiro, 2009).

No caso português, o 25 de Abril de 1974 inaugura o início da democracia, altura em que se vivia um clima de abertura ideológica que parecia permitir a aceitação daqueles/las que o regime ditatorial silenciara por quase meio século. Nesse período, emergiram algumas manifestações de mobilização LGBT no País, e surgiram os primeiros movimentos organizados de homossexuais (Santos, 2002). Apesar de algumas oscilações entre períodos mais ativos e outros de menor atividade os anos 80 e 90 foram especialmente importantes para o meio “*lesbigay*” português (Santos, 2002).

Iniciam-se, à semelhança do que havia acontecido por toda a Europa e nos E.U.A. uma série de iniciativas que procuravam pressionar o poder político e sensibilizar a opinião pública para a desigualdade de direitos entre heterossexuais e homossexuais. A defesa de políticas integradoras das especificidades dos vários grupos minoritários eram, e ainda são, uma exigência na garantia de uma sociedade que promove e garante o bem-estar dos/das seus/suas cidadãos/ãs (Calhoun, 1995).

Apesar da urgência de implementação de políticas de identidade estas são entendidas como uma ameaça à manutenção da coesão social e da unidade política pelo que muitas vezes se cai na manutenção política de medidas que mantêm a “calma” nas maiorias mesmo com os prejuízos que isso traz para as questões sociais e psicológicas. Esta é uma prática que tem vindo a ser tomada em muitas esferas pelos organismos de poder, e que tem criado alguns entraves ao progresso social. Como refere Calhoun (1995), “*Devemos ler a história dos movimentos sociais, dos direitos “minoritários” e da política da identidade como a história dos esforços coletivos para trazer ao “social” e ao domínio da contestação política os interesses que durante muito tempo ficaram (indesejavelmente) arreigados ao domínio do privado*”. Assim a

defesa dos direitos LGB tem-se traduzido na conversão como refere Giddens (1997 *cit in Carneiro, 2009*) da *culpa e vergonha em orgulho* assentes no desejo de poder viver uma vida plena e feliz como qualquer outro cidadão tem direito.

Atualmente, no contexto das democracias liberais o Estado é, em si mesmo, uma estrutura estrategicamente representada como “heterossexual”. Os mecanismos institucionais, constitucionais, legais e sociais que por ele são sistematicamente gerados e mantidos fazem com que lésbicas e *gays* permaneçam como um grupo silenciado e escondido atrás de uma disciplina heterossexual (Carneiro, 2009). É importante reforçar que a defesa dos direitos LGB não é uma luta do passado, porque hoje em dia milhares de pessoas continuam a ser alvo de discriminação desde as formas mais subtis às mais violentas (Collins & Callahan, 2012).

No âmbito das medidas tomadas pela União Europeia (EU), apenas em 1999 ocorre uma mudança fundamental com base no Tratado de Amesterdão. Embora Portugal seja signatário deste tratado, que ainda está em vigor, as medidas implementadas no que consta à orientação sexual foram poucas e de processo muito demorado, mais implementadas pela pressão social dos movimentos e associações LGB do que propriamente pelo tratado (Carneiro, 2009).

Esta resistência portuguesa poderá ser melhor compreendida pela história do país, muito marcada pela condenação da “diferença” sexual em que fatores como o regime ditatorial do Estado Novo, a forte influência judaico-cristã e a latinidade não são alheios permitindo a manutenção de condições ideológicas para a condenação da homossexualidade (Carneiro, 2009).

O Código Penal Português, conhecido por ser vanguardista (embora isso se traduza pouco na prática), apenas produziu alterações para descriminalizar a homossexualidade em 1982. Até então a homossexualidade era designada na categoria de “prática de vícios contra a natureza” e penalizada com medidas de segurança de entre as quais o internamento, a liberdade vigiada e a interdição do exercício da profissão (Bastos, 1997 *cit in Carneiro, 2009*).

Segundo Santos & Fintes (2001 *cit in Carneiro, 2009*) “*Em matéria de homossexualidade, o aparelho legislativo português apresenta mais omissões do que referências explícitas; estas omissões criam múltiplas situações de exclusão remetendo a diferença para o domínio da desproteção legal, ao mesmo tempo que a reconhece enquanto direito. Tal ambiguidade entre texto e efetividade jurídica tem sido a forma de atuação de um Estado que deste modo procura silenciar denúncias e apaziguar consciências*” (*cit in Carneiro, 2009*).

Lésbicas, gays e bissexuais portugueses, viram em 1996 nascer em Portugal a primeira organização não-governamental especificamente vocacionada para a defesa dos direitos homossexuais a ILGA-Portugal. A defesa dos direitos LGB é agora reforçada pela aproximação de milhares de pessoas em todo o país e pela organização de reivindicações políticas com maior peso nos organismos governamentais (Carneiro, 2009; Nogueira & Oliveira, 2010).

A ILGA-Portugal foi apenas o início do surgimento de organizações e associações de defesa dos direitos LGBT, pois nos anos que se seguem surgem a *Opus Gay*, a *Rede Lilás*, o *Clube Safo*, o *Grupo de Mulheres da Associação ILGA-Portugal*, o *Grupo Nós- Movimento Universitário para a Liberdade Sexual*, o *Coletivo Não Te Prives*, o *Grupo Oeste Gay (GOG)* a *Rede Ex-Aequo*, o *Grupo de Reflexão e Intervenção do Porto (GRIP)*, o *Coletivo Panteras Rosa* entre outros (Carneiro, 2009).

As primeiras ações desenvolvidas pelas associações LGBT foram sobretudo direcionadas para regulamentações institucionais discriminatórias: como por exemplo, as regulamentações de ingresso na carreira militar que considerava a homossexualidade critério de inaptidão para o cumprimento da carreira. Em 1999, o Instituto Português do Sangue excluía explicitamente os homossexuais do seu regulamento para doação voluntária de sangue por alegarem que estes seriam “sexualmente mais promíscuos” do que os heterossexuais. Em janeiro do mesmo ano a Classificação Nacional de Deficiências, publicada pelo Conselho Superior de Estatística em Diário da República, integra a homossexualidade e designa-a como “deficiência da função heterossexual”. (Carneiro 2009).

No final do ano 2004, devido à pressão das associações LGB e ao aumento das contestações sociais, a Assembleia da República aprova finalmente a reformulação do artigo 13º da Constituição da República Portuguesa. Este artigo estabelece que “*ninguém pode ser privilegiado prejudicado ou privado de qualquer direito ou de qualquer dever em virtude da sua ascendência, sexo, orientação sexual, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou religiosas, instrução ou situação económica ou social*” (CP, 2005). A orientação sexual, passa agora a ser referida explicitamente o que constitui uma vitória para milhares de gays, lésbicas e bissexuais que se vêm agora protegidos pela lei. Outra batalha legal foi o processo conducente à aprovação da Lei das Uniões de Facto (Lei n.º 7/2001 de 11 de Maio) enquanto possibilidade de extensão dos direitos de cidadania a pessoas não heterossexuais. A lei aprovada em 2000, veio alargar direitos sociais de cidadania a casais homossexuais vivendo em união de facto há mais de dois anos.

Embora o processo seja lento e muitas vezes frustrante o combate ao preconceito e desigualdade social tem sido furaz e persistente, pelo que depois de muito esforço o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi finalmente aprovado em 2010 (Decreto-Lei nº9/2010 de 31 de Maio).

A sociedade em que vivemos, muito habituada ao tradicionalismo do modelo patriarcal foi sempre bastante resistente à aprovação desta lei. No entanto é preciso que fique claro que não permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma negação dos direitos humanos mais básicos (Chamie & Mirkin, 2011). As questões familiares têm-se constituído como o auge das reivindicações LGB nos últimos anos, uma discussão que permanece em aberto devido ao peso ainda considerável do preconceito. A questão da homoparentalidade e da coadoção tem sido as mais polémicas. Embora a investigação tenha demonstrado que filhos/as de pais homossexuais expressam os papéis de género tradicionais e os comportamentos socialmente expectáveis, e na maioria das vezes são heterossexuais a sociedade e o poder político continuam relutantes em relação a esta questão.

As evidências (Gato & Fontaine, 2012; Lev, 2010) comprovam que lésbicas, *gays*, bissexuais, são pais normais tal como as suas crianças e como as crianças e os pais heterossexuais, não havendo por isso qualquer razão lógica nem empiricamente comprovada que sustente o impedimento da homoparentalidade.

No entanto, não faltam argumentos preconceituosos para a contestação da homoparentalidade. Exemplo disso é o argumento frequentemente utilizado de que o desenvolvimento sexual e de género das crianças pode estar posto em causa quando as figuras parentais são do mesmo sexo (Gato & Fontaine, 2012). A fraca validade destas afirmações é inquestionável mas isso não impede o nosso Governo, também ele heterossexista, apesar de todos os relatórios e pareceres científicos continuar a não aprovar coadoção e a adoção.

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) foi uma das organizações consultadas para dar parecer científico sobre a coadoção (pois a questão da adoção ainda nem se coloca no plano da discussão política). O documento elaborado é riquíssimo do ponto de vista científico, respondendo a todas as questões e argumentos colocados, mostrando como a base que sustenta essas opiniões é falaciosa e desmentida pela ciência (OPP, 2013).

Está comprovado que as competências parentais não diferem em função da orientação sexual das pessoas, as crianças educadas por lésbicas e *gays* apresentam um desenvolvimento psicossocial semelhante ao dos/das filhos/as de pais

heterossexuais (Gato, Freitas & Fontaine, 2012; OPP, 2013). O maior prejuízo para estas famílias é o contexto no qual se inserem e onde o papel negativo da estigmatização é preponderante (Gato, Freitas & Fontaine, 2012).

A maior parte das investigações centradas na saúde psicológica e bem-estar de crianças com pais do mesmo sexo indicam que são mais as semelhanças do que as diferenças entre as famílias homoparentais e as heteroparentais (Gato *cit in* Oliveira, 2013). “Embora a crença de que a orientação sexual das mães e dos pais influencia a identidade sexual dos filhos seja completamente infundada do ponto de vista científico, este receio parece ser um dos fatores subjacentes à apreensão que a adoção por casais do mesmo sexo ainda suscita em Portugal (Gato *cit in* Oliveira, 2013). Ainda existe uma hierarquia na qual heterossexuais estão acima de homossexuais, e os recentes movimentos para que haja igualdade legal não significa que *gays*, *lésbicas* e *bissexuais* disfrutem do mesmo respeito que os heterossexuais na sociedade (Rudoe, 2010).

Apesar dos esforços do movimento LGBT uma série de direitos continuam ainda por ser conquistados numa batalha que tem sido muito morosa e desgastante. É fundamental ir além da atual conjuntura político-legal que se afunda numa noção superficial de tolerância. Mesmo o respeito pelos/as sexualmente diferentes deve coexistir com as normas que ainda são bastante discriminatórias (Rudoe, 2010).

Ainda são diárias as queixas que chegam a associações como a ILGA-Portugal, de pessoas LGB que são discriminadas e agredidas. O percurso de mudança de mentalidades é longo e feito de avanços e recuos, embora isso se traduza em prejuízos incalculáveis a quem vive num tempo de espera. A coragem de quem continuam a remar contra a maré deve ser reconhecida não só no tramito legal mas no plano social. Bickford (*cit in* Carneiro, 2009) refere que “ *uma conceção psicológica da cidadania adequada ao mundo em que vivemos tem de reconhecer quer a realidade revoltante da opressão quer o exercício contínuo de coragem através do qual os cidadãos se confrontam com essa opressão*”.

Deste modo, este capítulo termina, mas as lutas e dificuldades das pessoas LGB persistem embora passem despercebidas aos olhos da maioria (heterossexual) das pessoas. Uma luta marcada pela procura da tolerância social, pois essa é a única forma de garantir a igualdade, a diversidade e a paz social (Vogt, 1997).

3. Visibilidade

3.1. “A crise do armário: *Coming out or Stay in?*”

“O closet, um espaço para armazenamento ou contenção (...) um lugar de emergência, um esconderijo. Com os seus recantos escuros arregalados, o armário é rico em lembranças de quem somos.”

(Brown,2004)

Frequentemente ouvimos expressões como “está no armário”, “está na crise do no armário”, sobretudo na fase da adolescência em que floresce a identidade cheia de coloridos e especificidades que se vão consolidando a partir deste momento.

Embora ultimamente esta expressão se tenha generalizado a verdade é que o seu significado está ligado ao anúncio público da orientação sexual. “Estar fora do armário” significa que alguém cuja orientação sexual não é heterossexual deixou de esconder a sua orientação. “Estar dentro do armário” implica ainda não ter dado o passo de assumir essa orientação sexual não normativa e tentar de alguma maneira esconder a sua identidade sexual.

No capítulo anterior foi possível compreender que existem uma série de razões que levam a que pessoas LGB tenham expor-se, nomeadamente a discriminação e as suas implicações no quotidiano destas pessoas. Por isso mesmo, o processo de desenvolvimento de identidades sexuais do mesmo sexo e o processo de *coming out* são extremamente stressantes psicologicamente (Russel & Toomey, 2010).

Particularmente na adolescência, os/as jovens podem ser identificados ou autorrotular-se como homossexuais mas ao mesmo tempo que tomam consciência disso terão de lidar com os desafios e conflitos causados pelo grupo de pares bem como com a pressão exercida em torno do género e da sexualidade (Russel & Toomey, 2010). Embora a família seja fundamental no processo de construção da identidade, a verdade é que quando se trata de uma sexualidade não normativa, as relações entre pais e filhos/as bem como com a família no geral são habitualmente descritas como um cenário stressante onde as interações negativas, a intolerância e a rejeição predominam (D’Augelli, & Patterson, 2001).

Compreender as razões que levam à gestão da visibilidade da orientação sexual implica um olhar atento sobre as implicações do processo de *coming out* ou por outras palavras a “saída do armário”.

Na década de 70, o desejo de compreender como *gays*, lésbicas e bissexuais constroem a sua identidade sexual conduziu ao desenvolvimento de um alargado número de investigações sobre as questões ligadas à construção da identidade, nomeadamente o processo de *coming out* (D'Augelli, & Patterson, 2001).

Coming out consiste na afirmação pessoal da homossexualidade, criando contactos com a comunidade LGB e dando a conhecer-se aos/às outros/as como *gay*, lésbica ou bissexual (Lipkin, 2004). Esta é uma experiência altamente libertadora mas extremamente exigente pelo contexto social que vivemos. Tornar pública a própria orientação sexual aumenta a integridade pessoal, diminui os sentimentos de isolamento, ajuda à integração e aumenta a intimidade nos relacionamentos (Lipkin, 2004).

Uma vez que se assume habitualmente que todos/as somos heterossexuais, o *coming out* pode ser um desafio de uma vida. A nossa cultura desenvolveu um conjunto de regras extremamente rígidas que atrofia o sentimento de pertença às pessoas que fazem parte das minorias. As pessoas LGB, tal como acontece com outras minorias, esforçam-se muitas vezes por se conformar às normas do grupo para se sentirem aceites (Lipkin, 2004). O processo de *coming out* arrasa completamente a noção de que apenas a heterossexualidade é natural e boa embora isso não seja suficiente para extinguir o estigma e a exclusão social face aos homossexuais e bissexuais. Esta pressão das normas sociais, profundamente heterossexistas, é de tal forma presente que muitas pessoas LGB se sentem culpadas e envergonhadas face à sua sexualidade, internalizando sentimentos homofóbicos e altamente prejudiciais para o seu bem-estar (Lipkin, 2004).

Esta ambiguidade entre o libertar-se e o conformar-se explica a complexidade deste processo, tão rico e tão singular tornando-se difícil encontrar um padrão que efetivamente reflita a realidade das experiências vividas pelas pessoas LGB.

Entre os sete e os 12 anos muitas crianças experienciam desejos e fantasias relativamente a pessoas do mesmo sexo. Ainda nesta fase de descoberta da sexualidade, muitas crianças assumem a sua orientação internamente. A revelação da orientação sexual a outras pessoas, depende de fatores pessoais mas sobretudo do contexto no qual a descoberta da sexualidade é vivida, contextos mais castradores levam a que as pessoas assumam a sua orientação sexual apenas anos mais tarde. Em alguns casos, os/as jovens forçam-se a agir em concordância com o que é expectável para o seu género e assumem comportamentos heterossexuais o que gera sentimentos de negação e confusão em relação a si (Lipkin, 2004).

Existem inúmeros modelos que tentam explicar o processo de *coming-out*. Com base nestes modelos é possível identificar alguns pontos comuns, das metas e das barreiras para “sair do armário”. A componente emocional (confusão, o sofrimento, o alívio e alegria final por chegar a uma identidade *gay* ou lésbica positiva) destacou-se como um fator de relevo na saída do armário e na afirmação de uma identidade Lésbica, Gay ou Bissexual (LGB) (D’Augelli, & Patterson, 2001).

Alguns autores, como Coleman (1982) e Cass (1984) propuseram modelos baseados em estágios que decorreriam ao longo do processo de construção da identidade sexual como vimos no ponto 1.3 deste trabalho. No entanto, e de acordo com o que foi anteriormente referido, estes modelos tem um olhar demasiado linear sobre as experiências LGB. Mesmo quando, as sequências são perfeitamente identificáveis em alguns casos não é possível generalizar a todos os casos. Estes modelos, passam a ideia de que a homossexualidade está apenas à espera da ocasião certa para emergir e que todo o processo tem um objetivo final igual a todas as pessoas independentemente de serem lésbicas, gays, homens ou mulheres bissexuais (Lipkin, 2004; Evans & Barker, 2010).

O armário é o sítio seguro onde se esconde uma orientação sexual diferente da maioria. Uma metáfora que pode simbolizar a família, os amigos ou apenas o próprio (Marcus, 2005). A saída desse armário pode demorar toda a vida sem ter propriamente um estágio final. O modelo de desenvolvimento humano propõe que os interesses sexuais não sejam fixos mas sim resultantes de um processo multidimensional contínuo e interativo. A cultura, as normas sociais, o contexto e as interações mas também a biologia, todos afetam a sexualidade de cada um ao longo do tempo. Como refere Lipkin (2004) “*people come to and go from homosexual feelings, behavior, and identity when outer circumstances and inner readiness coincide*”. Esta perspetiva reconhece que a pessoa chega à sua sexualidade através de particularidades únicas da sua experiência de vida, sendo impossível reconhecer essas particularidades numa visão demasiado homogénea da sexualidade humana (Lipkin, 2004).

3.2. Gestão da Visibilidade da Orientação Sexual

Quando a homofobia e o heterossexismo interferem na vida das pessoas, estas podem optar por não revelar a sua orientação sexual ou por se expor de uma forma seletiva, na tentativa de evitar os custos associados ao aumento da sua visibilidade (Msibi, 2011; Lasser, Ryser & Price, 2010).

A gestão da visibilidade refere-se ao processo de regulação da exposição da sua orientação sexual, ou seja, representa o grau que cada um/uma permite que a sua orientação sexual seja conhecida pelos outros (Lasser & Tharinger, 2003; Lasser, Ryser & Price, 2010).

Ao contrário de traços como a etnia ou o sexo que são geralmente visíveis e identificáveis nas interações sociais, a orientação sexual é um traço invisível exigindo que as pessoas tomem decisões sobre a sua divulgação, especialmente quando esta pode ter repercussões negativas na sua vida após a exposição (Lasser & Tharinger, 2003; Lasser, Ryser & Price, 2010). A exposição da orientação sexual é uma parte importante da experiência LGB na comunidade, família e praticamente em todas as outras configurações sociais embora possa trazer complicações ao nível do *stress*, da saúde, autoestima, relações interpessoais, bem-estar psicológico e na qualidade de vida (Lasser, Ryser & Price, 2010).

O conceito gestão da visibilidade surgiu de um estudo qualitativo sobre experiências de adolescentes lésbicas, *gays* e bissexuais e foi encontrado por ser útil para a compreensão das formas como os/as estudantes LGB experienciavam a sua orientação sexual não heterossexual na escola (Lasser e Tharinger, 2003). Embora o conceito tenha sido concebido à luz das problemáticas dos/das jovens LGB, a verdade é que a gestão da visibilidade poderá ter implicações muito mais amplas como no caso da epilepsia, das dificuldades de aprendizagem, da história de vitimização e do estatuto adotivo, sendo estes alguns exemplos de traços ou características em que as pessoas podem ter de gerir a sua visibilidade (Lasser, 2005).

Gestão da visibilidade é um conceito relacionado com a gestão de impressões. Cada pessoa tem tendência a desenvolver imagens estáveis dos outros como base nas previsões que podem ser feitas do comportamento provável destes outros (Brown, Smith III & Tedeschi, 1975). As pessoas reconhecem que essas imagens, ou impressões influenciam a forma como os outros se comportam (Leary, Allen & Terry, 2011).

As previsões que fazemos têm por base as várias informações que recebemos a cada momento através dos nossos sentidos. A cognição é responsável pela gestão dessas informações, recebendo, selecionando, memorizando, transformando e organizando as informações. É com base neste processo que construímos representações da realidade (Leyens & Yzerbyt, 2004).

Uma impressão pode ser definida como “uma representação cognitiva organizada que o percepiante tem acerca de outra pessoa” (Hamilton *et al.*, 1980 *cit in* Garrido, Garcia-Marques, Jerónimo & Ferreira, 2013). A gestão de impressões envolve as maneiras pelas quais os indivíduos regulam a sua autoapresentação em interações sociais, havendo um esforço para causar uma impressão positiva sobre os outros (Pontari & Schlenker, 2000; Leary, Allen & Terry, 2011; Garrido, *et al.*, 2013).

As pessoas gerem as impressões que causam nos outros através da aparência, linguagem corporal, expressões emocionais e outros aspetos da linguagem não-verbal, além obviamente daquilo que verbalmente dizem a seu respeito (Leary, Allen & Terry, 2011). Embora a gestão de impressões tenha sido erroneamente interpretada como um comportamento desonesto ou enganoso que é motivado apenas por autointeresse, a pesquisa indica que a gestão de impressões também é usada para comunicar informações verdadeiras e de objetivos pró-sociais (Lasser, 2005).

A gestão de impressões é algo que diz respeito a todas as pessoas pois todos gerem as impressões que causam nos outros, ao contrário da gestão da visibilidade que se refere a algo muito mais específico. A gestão da visibilidade é um fenómeno limitado àqueles que possuem traços ou características invisíveis.

Ao contrário do que acontece na teoria da gestão de impressões em que a motivação ou o propósito por detrás do comportamento é causar uma boa impressão nos outros, o objetivo da gestão da visibilidade é regular a exposição num esforço para minimizar o estigma e a marginalização. Assim a gestão da visibilidade é uma subcategoria da gestão de impressões que pertence a um determinado tipo de “atores” (Garrido *et al.*, 2013; Lasser, 2005).

De um modo geral podemos dizer que a gestão da visibilidade é um processo contínuo de capacitação e adaptação da pessoa. É uma construção tridimensional, sendo representada por uma linha contínua que vai de uma gestão da visibilidade mais restritiva (aquilo a que no caso da orientação sexual, poderíamos chamar “completamente no armário”) para uma gestão da visibilidade menos restritiva (“completamente fora do armário”) (Lasser, 2005). A visibilidade implica um movimento e uma procura para ser visto, ouvido e aceite (Acosta, 2011).

Esta gestão da visibilidade não se limita à pessoa que tem a característica ou traço invisível, mas a todos/as que forem implicados nesse processo. Por exemplo, caso estejamos a falar de uma criança os pais, professores/as, administradores/ras e outras pessoas que façam parte do mundo da criança podem contribuir para a gestão da sua visibilidade (Lasser, 2005).

A necessidade de haver uma gestão da visibilidade de determinadas características, como é o caso da orientação sexual, relaciona-se com fatores pessoais mas sobretudo com o contexto do qual a pessoa faz parte. A forma como o contexto vê essa característica invisível é determinante neste processo. Na maior parte dos casos a sociedade alimenta posições desfavoráveis a essas características e é isso que obriga a que as pessoas que as possuem tenham de gerir a forma como se expõem porque caso contrário, nem seria necessário falarmos de gestão da visibilidade.

No caso de gays, lésbicas e bissexuais sabemos que são constantemente alvo de mensagens de desrespeito, crítica e rejeição, mensagens que podem ser interiorizadas e gerar stress e mal-estar. A construção social sobre a homossexualidade e a pressão para que os/as sexualmente diferentes se adaptem a uma heteronormatividade generalizada faz com que as próprias pessoas construam uma imagem deturpada sobre si próprias (Perrin, 2002).

A homossexualidade e bissexualidade são características desvalorizadas e socialmente pelo que muitas pessoas optam por ser “invisíveis”, fechando-se no seu armário. Assim muitos ainda continuam a render-se à cultura heterossexual da maioria tentando fazer-se passar por heterossexuais. Dada a aceitação ainda evidente do heterossexismo e a condenação social de pessoas LGB, é plausível que algumas pessoas, independentemente de crenças políticas ou religiosas, classe social, comportamento em função do papel do género, personalidade e localização demográfica, sejam influenciadas pelo preconceito e estigma existente (Hetzl, 2011).

A teoria da conformidade social, também conhecida como teoria da influência social, fornece um meio de explicar a forma como a pressão social exerce influência sobre crenças pessoais, levando a que os indivíduos tomem determinadas atitudes mesmo que estas sejam conflitantes com as suas crenças (Hetzl, 2011). A Conformidade constitui uma forma sutil de pressão, incentivando à semelhança com as atitudes e comportamentos da maioria, sem que isso seja abertamente exigido. A confiança em expressar opiniões pessoais pode ser comprometida em situações em que o grupo exerce pressão ou quando são conhecidos publicamente sentimentos

conflituosos em relação às crenças individuais (Asch, 1952; Sherif, 1936 *cit in* Hetzel, 2011). O fenômeno da influência ou conformidade social reflete-se não só na aceitação do heterossexismo como na necessidade que muitos *gays*, lésbicas e bissexuais sentem de “aderir” ao grupo da maioria, os heterossexuais. Como não é possível modificar atrações sexuais e amorosas mesmo que elas sejam indesejadas pelos outros/as e/ou pelo/a próprio/a essa “adesão” à heterossexualidade é apenas a forma encontrada para camuflar a orientação sexual.

As pessoas conformam-se por medo de represálias mas sobretudo devido às incertezas que as suas convicções, neste caso que a sua orientação sexual, geram e também pela necessidade de filiação e pertença a um grupo (Levine & Russo, 1987 *cit in* Hetzel, 2011; Tharinger, 2008). Se nos imaginarmos a tentar passar 24 horas a fingir ser alguém do sexo oposto sem que ninguém possa desconfiar do contrário, ou defender num debate uma posição contrária aquela que defendemos pessoalmente, podemos imaginar a dificuldade que será para alguém *gay*, lésbica ou bissexual fazer-se passar por heterossexual. Mesmo que algum *gay*, lésbica ou bissexual consiga passar por heterossexual de forma convincente isso será um processo exigente, de muito esforço e altamente stressante (Sylva *et al.*, 2010). Este é um processo árduo pela consistência temporal que exige. Segundo Duran e colaboradores (2007) quando se espera que uma pessoa seja heterossexual basta um pequeno conjunto de comportamentos homossexuais para mudar as nossas expectativas em relação ao comportamento e orientação sexual da pessoa. Por outro lado, se inicialmente pensamos que a pessoa é homossexual, um elevado número de comportamentos heterossexuais são necessários para mudar a nossa opinião (Duran *et al.*, 2007). Basta um indicador e a identidade sexual é posta em causa, sinais como o tom de voz e a postura são tidos em conta por culturalmente se acreditar que homossexuais homens e mulheres se comportam de forma atípica ao padrão culturalmente estabelecido (Sylva *et al.*, 2010).

Uma vez que é uma característica invisível coloca como desafio a gestão da informação que a pessoa *gay*, lésbica ou bissexual transmite acerca de si mesma, bem como a habilidade para escolher onde e para quem tornar a sua orientação sexual visível (Lasser & Tharinger, 2003; Perrin, 2002; Acosta, 2011). Segundo Perrin (2002) as pessoas cujas características são invisíveis tendem a viver as interações com os outros de forma ansiosa devido à incerteza em relação à forma como vão ser julgadas. Podem utilizar várias estratégias para minimizar esta ansiedade tal como permitir que os outros se apercebam destas características à distância, de forma a

dar-lhes tempo e a permitir-lhes decidir como reagir às características estigmatizantes. Quando as características não são imediatamente evidentes, como é o caso da orientação sexual, as pessoas vivenciam o medo associado à possível descoberta das mesmas por parte dos outros (Lasser, 2005).

Desta forma, a informação que é transmitida torna-se extremamente importante e a pessoa passa a ter de gerir a quem e quando quer revelar essas características. Esta gestão da informação avaliando os custos e benefícios associados à partilha de uma característica invisível é a gestão da visibilidade (Lasser, 2005; Perrin, 2002).

Como já vimos, a gestão da visibilidade está estritamente ligada ao processo de afirmação pessoal e social (*coming out*) de *gays*, lésbicas e bissexuais. A consciência sobre as consequências deste processo torna a gestão da visibilidade algo muito penoso e exigente mas gratificante e libertador. O desejo de se sentir completo/a e viver uma vida honesta onde se está bem com o que se é contrabalança com o receio de ser rejeitado pelos amigos e pela família, as dificuldades de acesso ao emprego, a violência contra si próprio/a ou contra familiares e as restrições nas oportunidades (Perrin, 2002).

Por exemplo, alguns professores/as LGB vêm-se confortados/as com a questão da sua exposição tendo de gerir entre “sair do armário” para a comunidade escolar ou reter a sua orientação sexual no domínio privado. Alguns/mas revelam a sua orientação sexual apenas a alguns membros da escola, por exemplo, alunos/nas mais velhos/as enquanto outros/as, embora todos saibam da sua orientação sexual, nunca a assumem (Rudoe, 2010; Neary, 2012).

Em determinados ambientes acresce o medo de que a revelação da sua orientação sexual possa “mudar” a forma como os outros olham para si. É fundamental avaliar os custos e os benefícios de uma revelação sobretudo quando se desempenham determinados papéis numa comunidade, como é por exemplo o caso dos/das professores/professoras na comunidade escolar (Rudoe, 2010; Neary, 2012).

Mas se isto é verdade também é verdade que as escolas são locais privilegiados para produzir e regular identidades sexuais pelo que é fundamental que os membros da comunidade escolar sejam abertos e ativos na promoção da igualdade e da tolerância nas escolas (Rudoe, 2010).

É ainda importante distinguir gestão da visibilidade de revelação verbal ou de *coming out*. A exposição verbal é definitivamente uma parte importante da gestão da visibilidade, mas o processo pelo qual os indivíduos regulam a expressão da sua

identidade *gay*, lésbica ou bissexual engloba uma variedade de estratégias e modelos de comunicação (Lasser & Tharinger, 2003).

A gestão da visibilidade é o resultado de interações entre a pessoa e os vários contextos/ambientes em que participa (Lasser & Tharinger, 2003). Assim, o contexto assume particular importância na forma como a gestão da orientação sexual é realizada, embora a aceitação da diferença varie de contexto para contexto. Alguns contextos são facilitadores da exposição das sexualidades não normativas, porque mais tolerantes e outros funcionam como autênticos inibidores remetendo para o silêncio, pela discriminação, as identidades que fogem à norma (Lasser & Tharinger, 2003).

A importância da gestão da visibilidade tem implicações para as experiências relacionadas com o desenvolvimento da identidade. Quanto menos confortável a pessoa estiver com a sua identidade, quando menor forem as suas certezas relativamente à sua orientação sexual e quanto mais “dentro do armário” a pessoa se encontrar maior será o peso da gestão da visibilidade na sua vida (Lasser & Tharinger, 2003). Não será difícil compreender a forma como uma gestão mais ou menos restrita dessa visibilidade pode interferir na vivência das pessoas LGB, podendo ter esta gestão um impacto significativo no bem-estar e qualidade de vida das pessoas LGB (Lasser, Ryser & Price, 2010).

Em termos práticos, a gestão da visibilidade tem um número de aplicações importantes para os/as psicólogos/as. Na área da educação, para efeitos de avaliação, intervenção e acompanhamento de casos a gestão da visibilidade pode ser um excelente indicador da problemática a trabalhar com a pessoa, centrando o psicólogo na questão central da experiência da pessoa (Lasser, 2005). Para os/as psicólogos/as nas diferentes áreas, o reconhecimento das questões ligadas à gestão da visibilidade pode permitir um melhor acompanhamento e avaliação dos casos bem como permitir uma maior capacidade de *insight* e crescimento pessoal (Lasser; Ryser & Price, 2010). A terapia pode ajudar a pessoa a lidar com o estigma e com a gestão da sua visibilidade através da compreensão das possíveis relações entre gestão da visibilidade e estigma e permitindo novos caminhos de lidar e assumir tranquilamente a sua orientação sexual (Lasser, 2005). A intervenção deverá ser segundo Melo & Pereira (2011) facilitadora e promotora da aprendizagem e do desenvolvimento em todas as suas componentes, bem como da compreensão de cada pessoa do sistema, num contexto sociocultural e sócio-histórico.

As famílias assumem como vimos anteriormente um papel fundamental no desenvolvimento identitário das pessoas LGB. São poucas as pessoas LGB que cresceram em famílias que incluíam outros membros LGB assumidos. É frequente que pessoas LGB lidem com atitudes negativas por parte da sua família depois do processo de *coming out* (Laird, 1996 *cit in* Riggle, Rostosky e Danner, 2009). Quando os familiares rejeitam a orientação sexual do indivíduo tornam-se promotores de *stress* em vez de proporcionar segurança, autoestima, ajudar na construção das estratégias de *coping* que permitam lidar com a discriminação da cultura maioritária (Riggle, Rostosky e Danner, 2009). A família e o meio social alimentam a ideia que muitas pessoas LGB têm que a sua exposição pode ser pouco vantajosa. Infelizmente, esta não é uma ideia infundada, pelo que se torna sempre complicado assumir que se é diferente, quando o diferente é tão indesejado. Mesmo depois de terem revelado a sua orientação sexual não significa que vão revelá-la a todos e em qualquer lugar (Griffin, 1992 *cit in* Sylva *et al.*, 2010).

As pessoas LGB crescem a aprender que algo de errado se passou com elas e que os seus sentimentos e sexualidade não são nem dignos nem legítimos. Essa aprendizagem cultural baseia-se em anos de história em que os homossexuais foram conotados como anormais, imorais, pecadores e doentes. A todo este peso do passado que ainda assombra o tempo presente, juntam-se as angústias e medos individuais das consequências de se ser abertamente *gay*, *lésbica* ou *bissexual* (D'Augelli, 2006).

Embora, as pessoas se sintam hoje mais bem aceites do que no passado (Evans & Barker, 2010), isso não significa que sejam tratados de forma justa e digna. A discriminação ainda está presente de forma permanente na vida de milhares de *gays*, *lésbicas* e *bissexuais*. Experiências de discriminação bem como a autoidentificação com uma minoria sexual são preditores significativo de baixos níveis de crescimento pessoal e bem-estar psicológico dificultando a capacidade de viver experiência de vida positivas (Riggle, Rostosky e Danner, 2009).

Neste sentido, e como referido anteriormente fica difícil assumir publicamente uma identidade não coincidente com a da maioria cultura e como refere D'Augelli (2006), "*nem sempre é fácil compreender que a sociedade só se tornará mais tolerante se cada LGB se assumir naturalmente como tal*".

As experiências estigmatizantes e discriminatórias podem apesar de tudo, permitir a alguns indivíduos LGB oportunidades para construir algumas estratégias de *coping* que poderão aumentar o seu bem-estar. Por exemplo, apesar dos custos

associados à exposição da orientação sexual a possibilidade de viver honestamente e de forma autêntica, assumindo a sua orientação sexual é uma realização significativa no desenvolvimento pessoal de lésbicas, *gays* e bissexuais (Riggle, Rostosky e Danner, 2009).

É no limbo entre o “mostrar-se” ou o “esconder-se”, que se faz a gestão de uma visibilidade que é tantas vezes invisível. Nesta caminhada de dúvidas, em que passo a passo se vai percebendo o como, o quando, o onde e com quem se pode ser, nas palavras de um colega, inteiro. E também nessa caminhada que o psicólogo pode representar um elemento facilitador desta conquista pessoal.

Parte II. Estudo Empírico

1. Objetivos e Questões de Investigação

As transformações sociais e as crescentes movimentações de pessoas e organizações LGB têm levado a uma maior necessidade da compreensão da homossexualidade e bissexualidade, bem como ao crescimento de investigação na área. Sem nunca esquecer o coletivo, o contextual e o social, o enfoque das investigações tem sido cada vez mais nas questões da vivência particular da experiência sexual não normativa. A presente investigação alicerça-se na necessidade de conhecer melhor a forma como se descobrem e se constroem os muitos “eus” gays, lésbicas e bissexuais. De acordo com a literatura (Davies, 2003; D’Augelli, 2006; Evans & Barker, 2010), o processo de *coming out* assume especial relevância na construção da identidade LGB. Esse é um processo de reconhecimento interno, em que a pessoa se assume em pleno aceitando a sua sexualidade com tranquilidade num movimento gradual de revelação ao mundo exterior. A sociedade heterossexista e preconceituosa em que vivemos não só dificulta esta experiência como levanta algumas questões particulares, nomeadamente no que respeita à exposição da orientação sexual.

Este estudo tem três grandes objetivos: adaptar a *Lesbian, Gay and Bisexual Visibility Management Scale* (Lasser; Ryser & Price, 2010), compreender de que forma é gerida a exposição da orientação sexual por pessoas LGB e, paralelamente, compreender a relação entre identidade e gestão da visibilidade. Uma vez que a literatura (Gallor & Fassinger, 2010; Lasser, Tharinger, & Cloth, 2006; Lipkin, 2004, Marcus, 2005) reconhece a revelação da orientação sexual como um processo determinante para a identidade e bem-estar de pessoas LGB parece ser importante perceber as consequências e as dificuldades dessa exposição. A gestão da visibilidade pressupõe uma tomada de decisão que pode influenciar e/ou modificar vidas.

Este estudo pretende obter conclusões emergentes dos resultados obtidos, sem que sejam realizadas inferências ou hipóteses prévias, pelo que foram desenhadas as seguintes questões de investigação:

- 1) Existem diferenças entre sexos na gestão da visibilidade?
- 2) Existem diferenças, tendo em conta a existência de uma relação amorosa na gestão da visibilidade?

- 3) Existem diferenças entre posições políticas na forma como é gerida a visibilidade?
- 4) Existem diferenças entre posições religiosas na forma como é gerida a visibilidade?
- 5) Existem diferenças entre gays, lésbicas e bissexuais na gestão da visibilidade?
- 6) Existem diferenças entre forma como os/as participantes percecionam o seu nível de visibilidade e a forma como é gerida a visibilidade?
- 7) Relativamente à identidade sexual, existem diferenças tendo em conta o sexo?
- 8) Existem diferenças, tendo em conta a existência de uma relação amorosa, relativamente à identidade sexual?
- 9) Existem diferenças entre posições políticas no que diz respeito à identidade sexual?
- 10) Existem diferenças entre posições religiosas no que diz respeito à identidade sexual?
- 11) Existem diferenças entre gays, lésbicas e bissexuais ao nível da identidade sexual?
- 12) Existem diferenças entre forma como os/as participantes percecionam o seu nível de visibilidade e a identidade?
- 13) Existe relação entre a gestão da visibilidade e a identidade LGB?

2. Plano Metodológico

2.1. Participantes

Na presente investigação, a população foi constituída por lésbicas, gays e bissexuais (LGB) a partir dos 14 anos de qualquer região do país.

Foram utilizados dois tipos de amostragem, amostragem não probabilística de conveniência e amostragem *snowball* (Marôco, 2010) com recurso a um questionário disponibilizado *online*. A necessidade de existir uma amostragem *snowball* deveu-se ao facto da população homossexual ser uma minoria na nossa sociedade, sendo desta forma muito difícil de alcançar através de outros processos de amostragem.

Foram recolhidos 1576 questionários dos quais apenas 376 eram de pessoas LGB. Assim, a amostra final do presente estudo é constituída por um total de 376 participantes LGB (N=376), dos quais 197 (52.4%) são do sexo masculino e 179 (47.6%) são do sexo feminino. Relativamente à orientação sexual, 128 (34%) são bissexuais e destes 81 (63.3%) são do sexo feminino. Dos restantes, 144 (38.3%) são gays e 70 (18.6%) são lésbicas. 34 pessoas (9%) disseram não ter a certeza em relação à sua orientação sexual; desses 28 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A descrição da amostra relativamente à orientação sexual e sexo encontra-se na tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos/as participantes de acordo com sexo e orientação sexual.

	Gays	Lésbicas	Bissexuais	Não tenho a certeza	Total
Homens	144	-	47	6	197
Mulheres	-	70	81	28	179
Total	144	70	128	34	376

A idade dos/das participantes varia entre os 14 e os 52 anos, tendo uma média de 24.32 anos, com desvio padrão de 6.50.

A amostra é composta por pessoas de todos os distritos, embora a maioria seja do Porto (n=152, 40.4%) e de Lisboa (n=100 pessoas, 26%). Do total de participantes, 233 (62%) são estudantes, 71 (18.9%) são trabalhadores/as e 44 são estudantes trabalhadores/as (11.7). Nesta amostra 24 participantes (6,4%) são desempregados/as. Das habilitações literárias, verifica-se que 301 (80.1%) frequentaram ou frequentam o ensino superior, 64 (17%) ensino secundário e 11 (3%) o ensino básico.

Dos/as 376 participantes, 337 (89.6%) são solteiros/as, 3 casados/as (0.8%), 15 estão em união de facto (4%), 8 são divorciados/as (2.1%) e 13 (3.5%) responderam “Outro”. Com respeito a relacionamentos amorosos, 175 participantes (46.5%) dizem não estar atualmente numa relação amorosa, 142 (37.8%) dizem estar numa relação amorosa com alguém do mesmo sexo, 39 (10.4%) dizem estar numa relação amorosa com alguém de sexo diferente e 20 (5.3%) dizem não ter a certeza sobre estar numa relação amorosa. Apenas 13 participantes (3.5%) dizem ter filhos.

A maioria dos/as participantes, 255 (67.8%) dizem posicionar-se politicamente no “centro”, 106 (28.2%) à “esquerda” e 15 (4%) à direita. Sobre o posicionamento religioso, 261 (69.4%) dizem-se nada ou pouco religiosos/as, 90 (23.9%) dizem-se relativamente religiosos/as e 25 (6.6%) dizem-se religiosos/as. Sobre o nível de visibilidade da sua orientação sexual, 144 participantes (38.3%) dizem estar relativamente “fora do armário”, 131 (34.8%) dizem estar “fora do armário” e 101 (26.9%) dizem estar “dentro do armário”.

2.2. Instrumentos

2.2.1. Questionário de caracterização pessoal

Este questionário foi recolhido pela necessidade de caracterizar a amostra, identificando grupos que nos pudessem explicar algumas especificidades. Foram tidas em conta as seguintes variáveis: **Idade**; **Sexo** (masculino/feminino); **Ocupação profissional** (estudante, trabalhador/a por conta própria, trabalhador/a por conta de outrem, estudante trabalhador/a por conta própria, estudante trabalhador/a por conta de outrem, desempregado/a, reformado/a, outro); **Região do país onde vive** (foram consideradas todas as regiões do país incluindo ilhas); **Habilitações literárias/ grau de ensino frequentado** (1º, 2º, 3º ciclos do ensino básico, ensino secundário, ensino superior: licenciatura, mestrado e doutoramento pré ou em Bolonha); **Estado civil** (solteiro/a, casado/a, união de facto, divorciado/a, viúvo/a ou outro); **Estar atualmente numa relação amorosa** (se sim, com alguém do mesmo sexo ou sexo diferente); **Ter filhos**; **Posição religiosa** (escala de 1 a 10, desde nada religioso/a a muito religioso/a respetivamente); **Posição político-ideológica** (escala de 1 a 10, desde extrema esquerda a extrema direita, respetivamente) e **Orientação sexual** (heterossexual, bissexual, gay, lésbica, não tenho a certeza).

2.2.2. Lesbian, Gay, and Bisexual Identity Scale (LGBIS)

Como referido anteriormente, este estudo pretende analisar a gestão da visibilidade em relação à orientação sexual. A construção da identidade, como pilar fundamental do desenvolvimento de qualquer pessoa, é determinante na compreensão da forma como a pessoa assume os diferentes papéis na sua vida. Particularmente, no caso de *gays*, *lésbicas* e *bissexuais*, a forma como essa identidade se consolida e é descoberta tem implicações para as suas vivências quotidianas e experiências internas, pelo que nos pareceu determinante considerar as questões relacionadas à construção de identidade *gay*, *lésbica* e *bissexual*.

A investigação acerca de identidades homossexual e bissexual tem aumentado significativamente nos últimos 30 anos (Savin-Williams, 2005), tendo sido possível desenvolver um corpo teórico mais reflexivo da real experiência identitárias de pessoas LGB.

A *Lesbian, Gay and Bisexual Identity Scale* (LGBIS) foi desenvolvida na sua versão original em 2008 por Kendra e Mohr, fruto de uma revisão realizada a uma escala anterior que não previa a avaliação de identidade bissexual. A *LGBIS* foi adaptada e validada para a população portuguesa em 2012 num estudo com 808 participantes (Oliveira, *et al.*, 2012).

Este questionário foi escolhido pela sua multidimensionalidade, sendo possível avaliar sete dimensões da identidade *gay*, *lésbica* e *bissexual*. As dimensões avaliadas vão ao encontro das discussões clínicas e investigações teóricas mais recentes (Oliveira, *et al.*, 2012). A maior parte da pesquisa, no que se refere a questões identitárias de orientação sexual, tem-se vindo a focar apenas em algumas variáveis ligadas à identidade, como por exemplo, a homofobia internalizada, questões ligadas à revelação dessas identidades e à sensibilidade ao estigma. Além disso, a maior parte dos instrumentos de medida para a identidade LGB são desenvolvidos especificamente para homens ou para mulheres (Mohr & Kendra, 2008 *cit in* Oliveira, Pereira, Costa & Nogueira, 2010). A complexidade deste conceito exigiu que fosse elaborado um instrumento como este que pudesse oferecer uma melhor compreensão da exigente tarefa de se “ser” *gay*, *lésbica* ou *bissexual*, permitindo aceder às múltiplas dimensões da identidade LGB (Oliveira *et al.*, 2010; Oliveira, *et al.*, 2012).

Através deste instrumento é possível considerar uma multiplicidade de variáveis importantes na constituição de identidades, pois este é um processo complexo com implicações em diversas dimensões da vida dos indivíduos LGB

(Oliveira, *et al.*, 2012). Outra particularidade da LGBIS é o reconhecimento das dificuldades provocadas pela intolerância e marginalização social (Mohr & Fassinger, 2000 *cit in* Oliveira, *et al.*, 2012). Na escala, consideram-se as expectativas sobre a própria estigmatização e/ou as motivações e os esforços para esconder a orientação sexual (Kendra & Mohr, 2008; Mohr & Fassinger, 2000 *cit in* Oliveira, *et al.*, 2012). A hostilidade do ambiente social em geral, e as normas culturais muito marcadas pelo heterossexismo, fazem parte da construção de uma identidade que por não normativa é repudiada e reprimida. Estas razões exigem que se adote uma abordagem multidimensional, o que explica a utilização desta escala, por melhor traduzir a complexidade da identidade LGB.

Esta escala é composta no total por 28 itens, assente numa escala de *Likert* de 7 níveis de concordância (desde o 1, “Discordo Totalmente”, ao 7 “Concordo Totalmente”). O instrumento é composto por sete subescalas, mantendo a estrutura da escala original, que explica 60.26% da variância total, e que revela uma boa consistência interna. Neste estudo foram utilizadas as mesmas subescalas do estudo original. As subescalas são as seguintes:

- *Subescala da insatisfação identitária* ($\alpha = .88$): possibilita uma ilustração da forma como as pessoas vivenciam a sua identidade. Explica 11.09% da variância total da escala.
- *Subescala da incerteza identitária* ($\alpha = .91$): esta subescala permite analisar, a incerteza identitária, e explica 8.70% da variância total.
- *Subescala de sensibilidade ao estigma* ($\alpha = .76$): esta subescala considera a sensibilidade face à estigmatização, compreendendo em que medida o estigma interfere (ou não) na construção da identidade LGB. Esta subescala explica 8.29% da variância total.
- *Subescala da centralidade da identidade* ($\alpha = .79$): salienta a identidade sexual como um aspeto importante nas múltiplas identidades das pessoas LGB. Assim os itens relacionam-se fundamentalmente com a importância da orientação sexual na vida das pessoas, sendo que esta subescala explica 7.25% da variância total e apresenta uma boa consistência interna.
- *Subescala das dificuldades no processo identitário* ($\alpha = .81$): esta subescala visa descrever o desenvolvimento identitário em relação à orientação sexual. Permite explicar 8.59% da variância total.
- *Subescala da motivação para a dissimulação identitária* ($\alpha = .77$): explica 10.47% da variância total da escala e pretende traduzir a motivação para

esconder a sua orientação sexual, ou seja, que fatores podem explicar este comportamento.

- *Subescala de superioridade identitária* ($\alpha = .77$): pretende perceber se pessoas LGB se sentem superiores a heterossexuais, permitindo explicar 5,8% da variância total.

2.2.3. Escala de Gestão da Visibilidade da Orientação Sexual (EGV)

Na sequência do que foi anteriormente mencionado, o objetivo deste estudo é medir a gestão da visibilidade relativamente à orientação sexual. Para a concretização deste objetivo foi necessário encontrar um instrumento que respondesse as necessidades deste estudo. A *Lesbian, Gay, Bisexual – Visibility Management Scale* (LGBVM), foi construída e aplicada em 2010 a partir de uma amostra de 124 jovens LGB nos EUA (Lasser, Ryser & Price, 2010). Os estudos realizados com a escala original permitiram identificar três tipos de estratégias que deram origem aos três fatores (*Inhibitive behavioral*, *Active behavioral* e *Setting*) que por sua vez deram origem aos fatores que fazem parte da LGBVM, pelos quais se distribuem os 28 itens que compõem a escala. As subescalas são:

- *Fator comportamento ativo* ($\alpha = .88$): relaciona-se com os comportamentos que facilitam a divulgação da orientação sexual, e é constituída pelos itens 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24.
- *Fator comportamento inibido* ($\alpha = .92$): o comportamento inibido está relacionado com os comportamentos que limitam a divulgação/exposição da orientação sexual. Desta subescala fazem parte os itens do 1 ao 13.
- *Fator setting* ($\alpha = .75$): Diz respeito às condicionantes contextuais refletidas nos itens 25, 26, 27 e 28.

Os itens da LGBVM são constituídos por afirmações relativamente às quais o/a participante se deve posicionar numa escala de *Likert* com seis possibilidades de resposta que vão desde o 1 (“Discordo Totalmente”) ao 6 (“Concordo Totalmente”).

Segundo Lasser, Ryser & Price (2010), a escala traduz um constructo, gestão da visibilidade, que foi proposto com base em investigações anteriores e que parece refletir um aspeto muito particular da vivência LGB. A possibilidade de compreender e avaliar como *gays*, *lésbicas* e *bissexuais* gerem a exposição ao nível da sua orientação sexual não tem só interesse do ponto de vista do conhecimento sobre esta

área, dando-nos mais ferramentas para intervenção do ponto de vista social e político. A LGBVM permite que os terapeutas possam usar esta escala para o desenvolvimento dos objetivos da terapia e para a concretização do processo terapêutico. Além da aproximação da real problemática de muitos clientes LGB, a escala de gestão da visibilidade permite ao cliente aprender a gerir a sua visibilidade e estar melhor com os aspetos da sua identidade. A LGBVM pode ainda promover uma maior oportunidade de *insight*, de autoconhecimento e descoberta (Lasser, Ryser & Price, 2010).

Após o contacto com um dos autores, foi-nos disponibilizada a escala original bem como os artigos que a fundamenta e foi-nos dada autorização para prosseguir com a adaptação para Portugal. Após a realização da primeira versão da tradução, esta foi revista por dois tradutores que fizeram algumas retificações de forma a tornar a linguagem mais correta sem que se perdesse o significado pretendido na versão original. Após a tradução para a Língua portuguesa é atribuído à LGBVM o nome de *Escala da Gestão da Visibilidade da Orientação Sexual (EGV)*.

2.3. Procedimentos

2.3.1. Procedimentos de Recolha de Dados

Para a recolha de dados foi disponibilizado um questionário *online*, tendo sido tidos em conta os procedimentos éticos. O recurso a questionários *online*, devido à eficiência na recolha dos dados, permitiu que o estudo contasse com uma amostra mais alargada, inclusive a pessoas de todo o país. Do ponto de vista do cariz temático do estudo, a internet torna-se um meio adequado para tratar de temas de natureza sensível como é o caso da orientação sexual, dando aos/às participantes uma maior sensação de anonimato e facilitando a sua participação no estudo.

No caso deste estudo foi pedido aos/às participantes que respondessem ao questionário, não excluindo ninguém à partida com base na orientação sexual. Para conseguir chegar a um maior número de participantes, sobretudo àqueles que socialmente ainda não se assumiram ou que não fazem parte de associações LGB, foram disponibilizados dois questionários que seriam apresentados consoante a resposta relativa à orientação sexual. Os/as participantes heterossexuais foram encaminhados para um questionário sobre papéis de género e os/as participantes LGB para as escalas LGBIS e EGV, sendo apenas estes últimos considerados para o estudo em causa.

A publicitação e pedido de resposta ao questionário foi efetuada através da *mailing list* de algumas associações de jovens LGBT a nível nacional, de empresas nacionais (EDP, Pingo Doce, Galp Energias), de universidades de diferentes pontos do país e também através das redes sociais como o *facebook®*, *Google +®* e *twitter®*.

A versão *online* do questionário continha uma breve descrição do âmbito da investigação, bem como a informação da confidencialidade dos dados recolhidos. O questionário continha uma parte informativa, uma parte de recolha de dados demográficos, e uma terceira parte onde os/as participantes teriam de responder a 2 questionários. O questionário esteve disponível para preenchimento *online*, entre os dias 25 de Junho e 18 de Setembro de 2013. Uma versão do questionário encontra-se disponível no anexo 1.

2.3.2. Procedimentos de Análise de Dados

Os dados recolhidos foram analisados e tratados através do *software* estatístico IBM® SPSS® (versão 21). Foi efetuada análise descritiva da amostra, recorrendo à média, desvio padrão e análise de frequências.

Para assegurar as qualidades psicométricas da EGV (Lasser, Ryser & Price, 2010), foram realizados os procedimentos estatísticos necessários para garantir a validade e fidelidade da mesma. Segundo Almeida e Freire (2003), a validade de constructo é o grau de consonância entre os resultados no teste, a teoria e a prática a propósito das dimensões em avaliação. A validade de constructo é um julgamento com base em diferentes tipos de informação, por exemplo, os procedimentos seguidos na construção dos testes, a análise dos resultados no teste em condições experimentais específicas, a estrutura fatorial dos resultados em grupos de testes ou os padrões de correlação dos seus resultados com outras medidas (Almeida & Freire, 2003). Desta forma, foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), sobre a matriz de correlações, com extração dos fatores pelo método dos componentes principais e com rotação *varimax*.

A análise de componentes principais foi realizada através do teste de esfericidade de Bartlett e do teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) com os critérios de classificação definidos por Marôco (2011). Através destes testes, foi possível constatar que as variáveis estão correlacionadas e que existe homogeneidade.

A consistência interna corresponde ao nível de uniformidade e coerência existente entre as respostas dos/as participantes a cada um dos itens da prova, sendo utilizada para apreciação da garantia dos resultados (Almeida & Freire, 2003). Foi através da análise da consistência interna das escalas e das suas dimensões, medida através do *Alpha de Cronbach* que foi assegurada a fidelidade da escala (Marôco, 2011).

Para efeitos de descrição dos resultados foram utilizadas as medidas adequadas à natureza das variáveis, ou seja, frequências, percentagens, medidas de tendência central (média) e dispersão (desvio padrão), assim como os valores máximos e mínimos. Para a análise dos resultados das diferentes escalas é fundamental ter em conta que, no caso da EGV, quanto mais elevado o resultado das pessoas LGB menos visível é a sua orientação sexual, ou seja maior é a gestão feita em relação à visibilidade da orientação sexual. No caso da LGBIS quanto mais elevado o resultado na escala maiores serão as dificuldades em relação à identidade sexual.

As análises foram efetuadas com a totalidade dos dados sem exclusão de *outliers*. Para a análise das diferenças de grupos relativamente à gestão da visibilidade e identidade foram utilizados os testes *t* de Student e ANOVA (Marôco, 2010). Para facilitar a referida análise algumas variáveis foram transformadas em categorias com base em dados intervalares tornando mais clara as comparações entre variáveis, como foi o caso da posição religiosa, da posição política e do nível de visibilidade (Melo, 2000).

De modo a obter uma análise detalhada das diferenças entre as médias de mais de 2 grupos, recorreu-se ao teste HSD de Tukey (Marôco, 2011). Consideram-se estatisticamente significativas as diferenças entre as médias cujo valor de *p* se apresente inferior ou igual a 0.05, para os quais que se assume que existem diferenças significativas entre os grupos (Marôco, 2011). Foram realizadas Correlações de *Pearson – r*, de forma a compreender se existiam correlações entre a gestão da visibilidade e a identidade sexual. Este procedimento avalia se existem correlações (positivas ou negativas) entre duas ou mais variáveis intervalares (Martins, 2011). O coeficiente de correlação compreende um ponto numa escala entre -1 e 1, e quanto mais perto de um destes limites, mais forte é a relação entre as duas variáveis (Almeida & Freire, 2003).

3. Apresentação e Análise dos Resultados

3.1. Análise psicométrica da EGV

3.1.1. Análise Fatorial Exploratória EGV e Consistência Interna

O objetivo principal da AFE é atribuir um score (quantificação) a constructos ou fatores que não são diretamente observáveis, como é o caso da gestão da visibilidade (Marôco, 2011). Seguindo os procedimentos dos autores originais (Lasser, Ryser & Price, 2010), foram utilizados os 28 itens que compõem a escala. A primeira AFE permitiu-nos observar que alguns itens apresentavam cargas fatoriais em mais do que um fator. Desta forma foram utilizados alguns critérios de retenção de itens: itens cujos valores de saturação são superiores a 0.50 e com média dos valores das comunalidades superior a 0.50. Foram excluídos os itens com valores de saturação baixos e em mais que um fator, que tornavam a matriz fatorial pouco clara.

Segundo estes critérios foram retidos os itens 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e excluídos os itens 1, 6, 8 e 10.

Os resultados do Teste de Esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 4801.055$; g.l. = 276; $p < 0.001$) e a Medida de Adequação da Amostra (KMO = .921), demonstram que as variáveis são correlacionáveis e que a fatorabilidade da matriz de correlações apresenta um índice excelente (Marôco, 2011).

Após análise dos itens, consideram-se os fatores que apresentaram um valor próprio superior a 1 (Marôco, 2011), tendo obtido 3 fatores (comportamento inibido, comportamento ativo e contexto) explicativos de 57.72% da variância total.

A tabela 2 descreve a análise dos componentes principais e as respetivas cargas fatoriais de cada item.

Foi analisada a consistência interna dos 3 fatores obtidos através da análise fatorial exploratória, através do cálculo do alfa de Cronbach. O fator “Comportamento Inibido” obteve um alfa de 0.934, o fator “Comportamento Ativo” obteve um alfa de 0,860, e o alfa do fator “Contexto” foi de 0.70. Segundo a literatura (Peterson, 1994) estes valores de alfa significam que os fatores têm uma boa consistência interna.

Tabela 2: Estrutura Fatorial da Escala de Gestão da Visibilidade

Itens	Fatores		
	1	2	3
(*) 12. Preocupa-me que os outros descubram a minha orientação sexual.	,863		
21. Eu sinto-me confortável em partilhar a minha orientação sexual na maioria dos contextos.	,776		
(*) 25. Eu evito falar da minha orientação sexual com os outros.	,764		
(*) 11. Eu tenho receio que os outros me rejeitem se souberem que sou <i>gay/lésbica/bissexual</i> .	,751		
(*) 19. Quando conheço pessoas novas, não quero que elas saibam qual minha orientação sexual.	,750		
(*) 15. Eu faço um esforço para parecer ou passar por heterossexual.	,746		
14. Eu sinto-me confortável a falar da minha orientação sexual.	,738		
(*) 20. Eu evito atividades públicas que possam ser associadas a <i>gay/lésbica/bissexual</i> (ex.: Participar no dia do orgulho <i>gay</i>).	,730		
(*) 18. Eu esforço-me bastante para manter a minha orientação sexual privada.	,722		
(*) 9. Quando questionado sobre a minha orientação sexual eu evito falar sobre mim.	,714		
(*) 23. Eu guardo a minha orientação sexual para mim.	,686		
(*) 28. Eu sinto-me desconfortável com a ideia das pessoas saberem que sou <i>gay/lésbica/bissexual</i> antes de as conhecer.	,671		
17. Esforço-me para que saibam qual a minha orientação sexual.		,825	
16. É importante que os outros saibam qual a minha orientação sexual.		,800	
13. Eu faço o melhor que posso para que a maioria das pessoas saiba que sou <i>gay/lésbica/bissexual</i> .		,741	
5. Eu penso que é importante que os/as meus/minhas colegas de trabalho tenham conhecimento da minha orientação sexual.		,722	
3. Eu chamo atenção para minha orientação sexual.		,657	
7. Eu quero que os meus conhecidos saibam que eu sou <i>gay/lésbica/bissexual</i> .		,656	
24. Nos diferentes contextos tento pessoas saibam qual a minha orientação sexual.		,639	
2. Revelar a minha orientação sexual é libertador.		,511	-
(*) 26. Alguns contextos parecem mais seguros do que outros para partilhar a minha orientação sexual.			,811
(*) 22. Alguns contextos são mais apropriados para revelar a minha orientação sexual			,763
(*) 27. Quando decido que devo contar a alguém sobre a minha orientação sexual, tenho em conta se o contexto é apropriado para fazê-lo			,702
(*) 4. Em determinados contexto, eu não quero que a minha orientação sexual desvie a atenção de outras características minhas.			,552
Valores próprios	7,08	4,40	2,37
Percentagem de variância explicada	29,49	18,34	9,89
Alpha de Cronbach	0,93	0,86	0,70
Média	3,95	2,79	2,15
Desvio padrão	1,28	0,99	0,95
(*) Itens Recodifications			

3.2. Estatística Descritiva

3.2.1. EGV

Os resultados relativamente à Escala de Gestão da Visibilidade revelam, no que diz respeito ao fator “Comportamento Inibido”, que a média das respostas dos/as participantes é de 3.95, com desvio padrão de 1.28, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 6.

Relativamente ao fator “Comportamento Ativo”, a média é de 2.79, com desvio padrão de 0.99, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 6.

O fator “Contexto” tem como média das respostas dos/as participantes 2.15, com desvio padrão de 0.95, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 6.

3.2.2. LGBIS

Os resultados relativamente à Escala de Identidade Gay, Lésbica e Bissexual revelam, no que diz respeito à subescala “Insatisfação Identitária”, que a média das respostas dos/as participantes é de 2.47, com desvio padrão de 1.39, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 7.

Relativamente à subescala “Incerteza Identitária”, a média é de 2.05, com desvio padrão de 1.40, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 7.

A subescala “Sensibilidade ao Estigma” tem como média das respostas dos/as participantes 3.80, com desvio padrão de 1.91, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 7.

No que diz respeito à subescala “Centralidade da Identidade”, a média das respostas dos/as participantes é de 3.68, com desvio padrão de 1.47, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 7.

Relativamente à subescala “Dificuldades no Processo Identitário”, a média é de 3.49, com desvio padrão de 1.60, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 7.

A subescala “Motivação para Dissimulação Identitária” tem como média das respostas dos/as participantes 4.11, com desvio padrão de 1.76, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 7.

No que diz respeito à subescala “Superioridade Identitária”, a média das respostas dos/as participantes é de 1.60, com desvio padrão de 0.96, sendo o valor mínimo 1 e o valor máximo 7.

3.3. Análise Inferencial dos Resultados

3.3.1. EGV

No sentido de responder às questões de investigação, foram analisadas as diferenças entre grupos no que diz respeito à gestão da visibilidade e identidade sexual.

Através da análise dos resultados da EGV, verifica-se que existem diferenças entre sexos apenas no fator “comportamento inibido” como é possível observar na tabela 3.

Tabela 3: Médias e Desvios Padrão dos diferentes fatores da EGV em função do sexo (*Sample t-test*)

Fatores	Sexo		<i>p</i>	<i>t</i> (374)
	Feminino (<i>n</i> = 179) Média (<i>DP</i>)	Masculino (<i>n</i> = 197) Média (<i>DP</i>)		
“Comportamento Inibido”	2.89 (0.80)	3.31 (0.91)	.000***	4.71
“Comportamento Ativo”	2.81 (0.99)	2.76 (1.01)	.613	0.506
“Contexto”	4.87 (0.98)	4.83 (0.92)	.733	0.341

*** $p < .001$; ** $p < .01$; * $p < .05$

No que diz respeito ao facto dos/as participantes estarem ou não numa relação amorosa, verifica-se que há diferenças entre grupos no fator “Comportamento Inibido” ($F(3,372) = 5.83, p = .001$). As diferenças ocorrem entre os/as participantes que não estão numa relação amorosa e os/as que estão com alguém do mesmo sexo ($p = .006$), e os/as que estão numa relação com alguém de sexo diferente ($p = .006$). Também foram encontradas diferenças entre grupos no fator “Comportamento Ativo” ($F(3,372) = 6,038, p = .001$), entre os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém do mesmo sexo e com alguém de sexo diferente ($p = .001$), entre os/as participantes que não estão numa relação e os/as que estão numa relação com alguém do mesmo sexo ($p = .043$), e ainda entre os/as participantes que estão numa relação com alguém de sexo diferente e os/as participantes que não têm a certeza ($p = .020$). Não existem diferenças estatisticamente significativas entre grupos no que diz respeito ao fator “Contexto” como se verifica na tabela 4.

Tabela 4: Médias e Desvios Padrão dos fatores da EGV em função da existência de uma relação amorosa (ANOVA *oneway*).

Estar numa relação amorosa						
Fatores	Sim com alguém do mesmo sexo (n = 142) Média (DP)	Sim com alguém de sexo diferente (n = 39) Média (DP)	Não (n = 175) Média (DP)	Não tenho a certeza (n = 20) Média (DP)	p	F (3,372)
“Comportamento Inibido”	2.98 (0.82)	2.80 (0.88)	3.30 (0.88)	2.94 (1.02)	.001**	5.828
“Comportamento Ativo”	2.98 (0.96)	2.33 (0.99)	2.69 (0.94)	3.11 (1.35)	.001**	6.038
“Contexto”	4.83 (0.92)	4.91 (1.06)	4.88 (0.90)	4.54 (1.29)	.466	0.852

*** p < .001; ** p < .01; *p < .05

Relativamente à posição religiosa dos/as participantes e a gestão da sua visibilidade, os resultados indicam diferenças no fator “Comportamento Inibido” ($F(2,373) = 5,690, p = .004$). Os/as participantes religiosos/as têm um comportamento mais inibido do que os/as participantes nada ou pouco religiosos/as ($p = .015$). Não existem diferenças estatisticamente significativas entre grupos no que diz respeito ao fator “Comportamento Ativo” e “Contexto” como se pode observar na tabela 5.

Tabela 5: Médias e Desvios Padrão dos Fatores da EGV em função da Posição Religiosa (ANOVA *oneway*).

Posição Religiosa					
Fatores	Religiosos/as (n = 25) Média (DP)	Relativamente religioso/a (n = 90) Média (DP)	Nada/pouco religioso/a (n = 261) Média (DP)	p	F (3,373)
“Comportamento Inibido”	3.53 (1.06)	3.26 (0.99)	3.02 (0.80)	.004**	5.690
“Comportamento Ativo”	2.74 (0.89)	2.60 (1.06)	2.85 (0.98)	.114	2.183
“Contexto”	4.91 (1.16)	4.68 (1.07)	4.90 (0.87)	.156	1.865

*** p < .001; ** p < .01; *p < .05

Não existem diferenças estatisticamente significativas entre grupos no que diz respeito à posição política dos/as participantes em todos os fatores.

No que concerne a orientação sexual e a gestão da visibilidade, foram encontradas diferenças significativas entre grupos relativamente ao fator “Comportamento Ativo” ($F(3,372) = 7.592, p < .001$). Os resultados indicam que as participantes lésbicas têm um comportamento mais ativo que os/as participantes bissexuais ($p = .022$). Os/as participantes que revelam não ter a certeza acerca da sua orientação sexual ($M = 2.19$, têm um comportamento menos ativo que todos os/as outros/as participantes, nomeadamente lésbicas ($p < .001$), bissexuais ($p = .048$) e gays ($p = .001$). Não foram encontradas diferenças significativas nos restantes fatores como indicado na tabela 6.

Tabela 6: Médias e Desvios Padrão dos Fatores da EGV em função da orientação sexual (ANOVA *oneway*).

Fatores	Orientação Sexual				p	F (3,372)
	Lésbica (n = 70) Média (DP)	Gay (n = 144) Média (DP)	Bissexual (n = 128) Média (DP)	Não tenho a certeza (n = 34) Média (DP)		
“Comportamento Inibido”	2.99 (0.83)	3.22 (0.87)	3.00 (0.88)	3.30 (0.98)	.073*	2.336
“Comportamento Ativo”	3.09 (0.84)	2.88 (0.91)	2.67 (1.07)	2.19 (0.88)	.000***	7.592
“Contexto”	4.93 (0.90)	4.91 (0.92)	4.82 (0.93)	4.53 (1.17)	.178	1.646

*** p < .001; ** p < .01; * p < .05

Tendo em conta perceção dos/as participantes sobre o seu nível de visibilidade e a gestão da visibilidade, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre grupos em todos os Fatores da EGV. No que respeita ao fator “Comportamento Inibido” ($F(2,373) = 115.799, p < .001$), os resultados indicam que os/as participantes que consideram estar “no armário” têm um comportamento mais inibido do que os/as participantes que dizem estar “relativamente fora do armário” ($p = .000$). Os/as participantes que consideram estar “no armário” tem também um comportamento mais inibido do que os/as participantes que referem estar “fora do armário” ($p = .000$). Os/as participantes que consideram estar “relativamente fora do armário” têm um comportamento mais inibido do que os/as participantes que dizem estar “fora do armário” ($p < .001$). No fator “Comportamento Ativo” ($F(2,373) = 35.069, p < .001$), é possível observar que os/as participantes que referem estar “no armário” tem um comportamento menos ativo do que os/as participantes que consideram estar

“relativamente fora do armário” ($p < .000$) e os/as participantes que consideram estar “fora do armário” ($p < .000$). Os/as participantes que consideram estar “fora do armário” têm um comportamento mais ativo do que os/as que consideram estar “relativamente fora” ($p=.001$). Finalmente, no fator “Contexto” ($F(2,373) = 3.138$ $p=.045$) os resultados mostram que os/as participantes que consideram estar “relativamente fora do armário” têm mais em conta o contexto do que os/as participantes que referem estar “fora do armário” ($p = .039$) como se verifica na tabela 7.

Tabela 7: Médias e Desvios Padrão dos Fatores da EGV em função do nível de visibilidade da orientação sexual (ANOVA *oneway*).

Fatores	Nível de Visibilidade			p	F(2,373)
	No armário (n = 101) Média (DP)	Relativamente fora do armário (n = 144) Média (DP)	Fora do armário (n = 131) Média (DP)		
“Comportamento Inibido”	3.89 (0.86)	3.13 (0.69)	2.49 (0.53)	.000***	115.799
“Comportamento Ativo”	2.20 (0.86)	2.80 (0.84)	3.22 (1.04)	.000***	35.069
“Contexto”	4.81 (0.94)	4.10 (0.82)	4.72 (1.06)	.045*	3.138

*** $p < .001$; ** $p < .01$; * $p < .05$

3.3.2. LGBIS

Verificou-se que, relativamente ao sexo, existem diferenças entre grupos em todas as subescalas da LGBIS, como está descrito na tabela 8.

Tabela 8: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função do Sexo (*Sample t-test*)

Subescalas	Sexo		<i>p</i>	<i>t</i> (374)
	Feminino (<i>n</i> = 179) Média (<i>DP</i>)	Masculino (<i>n</i> = 197) Média (<i>DP</i>)		
“Insatisfação Identitária”	2.11 (0.97)	2.80 (1.62)	.000 ***	4.921
“Incerteza Identitária”	2.22 (1.45)	1.90 (1.32)	.024 *	2.273
“Motivação para a Dissimulação Identitária”	3.82 (1.79)	4.38 (1.69)	.002**	3.102
“Dificuldades no Processo Identitário”	3.24 (1.57)	3.71 (1.59)	.004**	2.858
“Centralidade da Identidade”	3.49 (1.35)	3.85 (1.55)	.017*	2.399
“Sensibilidade ao Estigma”	3.42 (1.80)	4.14 (1.95)	.000 ***	3.718
“Superioridade Identitária”	1.45 (0.75)	1.74 (1.10)	.003**	2.961

*** *p* < .001; ** *p* < .01; * *p* < .05

Os resultados relativamente à identidade sexual e o facto de os/as participantes estarem numa relação indicam diferenças estatisticamente significativas entre grupos nas subescalas “Incerteza Identitária”, “Motivação para a Dissimulação Identitária”, “Dificuldades no Processo Identitário”, “Centralidade da Identidade” e “Sensibilidade ao Estigma” como se verifica na tabela 9.

No que diz respeito à subescala “Incerteza Identitária” ($F(3,372) = 5.625$ $p = .001$) existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que estão numa relação com alguém do mesmo sexo e entre os/as participantes que estão numa relação com alguém de sexo diferentes ($p = .024$). Ainda nesta subescala, existem diferenças significativas entre os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém do mesmo sexo e os/as participantes que não estão numa relação ($p = .001$).

Tabela 9: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função da existência de uma relação amorosa (ANOVA *oneway*).

Subescalas	Estar numa relação amorosa				p	F (3,372)
	Sim com alguém do mesmo sexo (n = 142) Média (DP)	Sim com alguém de sexo diferente (n = 39) Média (DP)	Não (n = 175) Média (DP)	Não tenho a certeza (n = 20) Média (DP)		
“Insatisfação Identitária”	2.26 (1.23)	2.30 (1.25)	2.67 (1.48)	2.48 (1.78)	.056	2.549
“Incerteza Identitária”	1.68 (1.01)	2.39 (1.45)	2.27 (1.57)	2.10 (1.55)	.001**	5.625
“Motivação para a Dissimulação Identitária”	3.87 (1.70)	3.67 (1.79)	4.45 (1.73)	3.71 (1.95)	.006**	4.262
“Dificuldades no Processo Identitário”	3.39 (1.54)	2.92 (1.56)	3.68 (1.58)	3.64 (2.01)	.045*	2.713
“Centralidade da Identidade”	3.88 (1.49)	3.15 (1.47)	3.63 (1.47)	3.74 (1.01)	.045*	2.711
“Sensibilidade ao Estigma”	3.84 (1.87)	2.42 (1.70)	4.09 (1.85)	3.67 (2.10)	.000***	8.704
“Superioridade Identitária”	1.66 (1.02)	1.42 (0.86)	1.60 (0.96)	1.43 (0.71)	.463	0.858

*** p < .001; ** p < .01; *p < .05

Na subescala “Motivação para a Dissimulação Identitária” ($F(3,372) = 4.262$, $p = .006$) existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que estão numa relação com alguém do mesmo sexo e os/as participantes que não estão numa relação amorosa ($p = .019$). Na subescala “Dificuldades no Processo Identitário” ($F(3,372) = 2.713$, $p = .045$) existem diferenças entre os/as participantes que estão numa relação com alguém de sexo diferente e os/as que não estão numa relação amorosa ($p = .038$). Na subescala “Centralidade Identitária” ($F(3,372) = 2.711$, $p = .045$) existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém do mesmo sexo e os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém de sexo diferente ($p = .029$). Por último, na subescala “Sensibilidade ao Estigma” ($F(3,372) = 8.704$, $p < .001$) existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém do mesmo sexo e os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém de sexo diferente ($p < .001$), e entre os/as participantes que estão numa relação com alguém de sexo diferente e os/as que não estão numa relação amorosa ($p < .001$). Não foram encontradas diferenças significativas nas restantes subescalas.

Sobre as diferenças entre as posições políticas os resultados indicam a existência de diferenças significativas na subescala “Insatisfação Identitária” e na subescala “Sensibilidade ao Estigma” conforme indicado na tabela 10.

Relativamente à subescala “insatisfação Identitária”, existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que se posicionam politicamente à esquerda e os/as que se posicionam mais à direita ($p = .018$). Na subescala “Sensibilidade ao Estigma” as diferenças significativas são entre os/as participantes que se posicionam à esquerda e os/as participantes que se posicionam politicamente no centro ($p = .023$). Não foram encontradas diferenças significativas nas restantes subescalas.

Tabela 10: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função das posições políticas (ANOVA *oneway*).

Subescalas	Posição Política			<i>p</i>	<i>F</i> (2,373)
	Direita (<i>n</i> = 15) Média (<i>DP</i>)	Centro (<i>n</i> = 255) Média (<i>DP</i>)	Esquerda (<i>n</i> = 106) Média (<i>DP</i>)		
“Insatisfação Identitária”	3.32 (1.39)	2.50 (1.40)	2.28 (1.33)	.022*	3.874
“Incerteza Identitária”	2.50 (1.62)	2.03 (1.39)	2.04 (1.38)	.445	0.811
“Motivação para a Dissimulação Identitária”	4.35 (1.77)	4.16 (1.76)	3.96 (1.76)	.555	0.591
“Dificuldades no Processo Identitário”	3.68 (1.62)	3.52 (1.65)	3.37 (1.48)	.636	0.453
“Centralidade da Identidade”	3.58 (1.65)	3.71 (1.46)	3.63 (1.47)	.867	0.143
“Sensibilidade ao Estigma”	3.78 (2.52)	3.97 (1.86)	3.39 (1.90)	.031**	3.496
“Superioridade Identitária”	1.98 (1.42)	1.61 (0.92)	1.52 (0.98)	.221	0.152

*** $p < .001$; ** $p < .01$; * $p < .05$

No que diz respeito às posições religiosas os resultados indicam que existem diferenças significativas apenas na subescala “insatisfação identitária” ($F = 7.27$, $p = .001$). Os resultados indicam que os/as participantes relativamente religiosos/as ($M = 2.90$, $DP = 1.65$) estão mais insatisfeitos com a sua identidade do que os/as participantes nada/pouco religiosos/as ($M = 2.29$, $DP = 1.26$, $p = .001$). Não foram encontradas diferenças significativas nas restantes subescalas.

No que concerne a orientação sexual e identidade sexual, foram encontradas diferenças significativas relativamente às subescalas “Insatisfação Identitária”,

“Incerteza identitária, “Dificuldades no Processo Identitário”, “Centralidade da Identidade” e “Sensibilidade ao Estigma” como podemos observar na tabela 11.

Tabela 11: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função da orientação sexual (ANOVA *oneway*).

Subescalas	Orientação Sexual				<i>p</i>	<i>F</i> (3,372)
	Lésbica (<i>n</i> = 70) Média (DP)	Gay (<i>n</i> = 144) Média (DP)	Bissexual (<i>n</i> = 128) Média (DP)	Não tenho a certeza (<i>n</i> = 34) Média (DP)		
“Insatisfação Identitária”	2.02 (0.99)	2.63 (1.48)	2.36 (1.35)	3.14 (1.55)	.000***	6.234
“Incerteza Identitária”	1.62 (1.03)	1.49 (0.95)	2.33 (1.34)	4.24 (1.49)	.000***	57.202
“Motivação para a Dissimulação Identitária”	3.86 (1.84)	4.11 (1.63)	4.08 (1.84)	4.74 (1.73)	.114	1.995
“Dificuldades no Processo Identitário”	3.43 (1.67)	3.69 (1.53)	3.13 (1.62)	4.10 (1.40)	.003**	4.672
“Centralidade da Identidade”	3.80 (1.33)	4.06 (1.51)	3.30 (1.40)	2.25 (1.40)	.000***	7.467
“Sensibilidade ao Estigma”	3.59 (1.67)	4.27 (1.90)	3.36 (1.92)	3.89 (1.95)	.001**	5.666
“Superioridade Identitária”	1.47 (0.73)	1.74 (1.14)	1.56 (0.90)	1.40 (0.69)	.101	2.094

*** $p < .001$; ** $p < .01$; * $p < .05$

Ainda no que respeita à orientação sexual, na subescala “Insatisfação Identitária” existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes bissexuais e os/as participantes que dizem não ter a certeza relativamente à sua orientação sexual ($p = .017$), bem como entre os/as participantes gays e lésbicas ($p = .012$), e entre as participantes lésbicas e os/as participantes que não tem a certeza sobre a sua orientação sexual ($p = .001$). Na subescala “Incerteza Identitária” existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes bissexuais e os/as participantes gays ($p < .001$) e lésbicas ($p < .001$) e também, entre os/as participantes que dizem não ter a certeza da sua orientação sexual e bissexuais ($p < .001$), gays ($p < .001$) e lésbicas ($p < .001$). Na subescala “Dificuldades no Processo Identitário” foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes bissexuais e os participantes gays ($p = .021$). Ainda nesta subescala foram encontradas diferenças significativas entre os/as participantes bissexuais e os/as que não têm certeza sobre qual a sua orientação sexual ($p = .009$). Na subescala “Centralidade da Identidade” foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes bissexuais e os participantes gays ($p < .001$) e também entre os participantes gays e os/as participantes que não têm a certeza da

sua orientação sexual ($p = .018$). Por último na subescala “Sensibilidade ao Estigma” foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre bissexuais e gays ($p < .001$). Não foram encontradas diferenças significativas nas restantes subescalas.

Em relação à percepção dos/as participantes sobre o seu nível de visibilidade os resultados indicam que existem diferenças estatisticamente significativas em quase todas as subescalas da LGBIS, sendo a subescala “Superioridade Identitária” a única onde não foram encontradas diferenças significativas como é possível observar na tabela 12.

Na subescala “Insatisfação Identitária” foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que consideram estar “no armário” e os/as restantes participantes, nomeadamente os/as que referem estar “relativamente fora do armário” ($p < .001$) e os/as que referem estar “fora do armário” ($p < .001$). Ainda nesta subescala existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que considerem estar “relativamente fora do armário” e os/as que consideram estar “fora do armário”. Na subescala “Incerteza Identitária” existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que dizem estar “no armário” e os/as que referem estar “relativamente fora do armário” ($p < .001$) e também com os/as que referem estar “fora do armário” ($p < .001$). Na subescala “Motivação para a Dissimulação Identitária” existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que dizem estar “no armário” e os/as que referem estar “relativamente fora do armário” ($p < .001$) e com os/as que referem estar “fora do armário” ($p < .001$). Também existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que considerem estar “relativamente fora do armário” e os/as que consideram estar “fora do armário”. Na subescala “Dificuldades no Processo Identitário” foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que consideram estar “no armário” e os/as restantes participantes, nomeadamente os/as que referem estar “relativamente fora do armário” ($p < .001$) e os/as que referem estar “fora do armário” ($p < .001$). Na subescala “Centralidade da Identidade” foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que consideram estar “fora do armário” e os/as que consideram estar “no armário” ($p = .001$). Na subescala “Sensibilidade ao Estigma” foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que dizem estar “no armário” e os/as participantes que referem estar “relativamente fora do armário” ($p = .018$) bem como com os/as que referem estar “fora do armário” ($p < .001$). Também nesta subescala existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as

participantes que considerem estar “relativamente fora do armário” e os/as que consideram estar “fora do armário” ($p = .029$). Não foram encontradas diferenças significativas na subescala “Superioridade Identitária”.

Tabela 12: Médias e Desvios Padrão das diferentes Subescalas da LGBIS em função do nível de visibilidade da orientação sexual (ANOVA *oneway*).

Subescalas	Nível de Visibilidade			<i>p</i>	<i>F</i> (2,373)
	No armário (<i>n</i> = 101) Média (<i>DP</i>)	Relativamente fora do armário (<i>n</i> = 144) Média (<i>DP</i>)	Fora do armário (<i>n</i> = 131) Média (<i>DP</i>)		
“Insatisfação Identitária”	3.39 (1.67)	2.36 (1.19)	1.87 (0.93)	.000***	42.138
“Incerteza Identitária”	3.95 (1.73)	1.86 (1.11)	1.57 (1.03)	.000***	35.702
“Motivação para a Dissimulação Identitária”	5.53 (1.49)	4.24 (1.50)	2.87 (1.27)	.000***	101.371
“Dificuldades no Processo Identitário”	4.27 (1.46)	3.38 (1.54)	3.00 (1.55)	.000***	20.543
“Centralidade da Identidade”	3.30 (1.48)	3.64 (1.35)	4.01 (1.52)	.001**	7.039
“Sensibilidade ao Estigma”	4.48 (1.10)	3.82 (1.78)	3.25 (1.82)	.000***	12.545
“Superioridade Identitária”	1.45 (0.79)	1.63 (0.97)	1.68 (1.06)	.177	1.741

*** $p < .001$; ** $p < .01$; * $p < .05$

3.3.3. Correlações – Análise de relações entre as escalas EVG e LGBIS

Foram finalmente analisadas as correlações entre os fatores da EGV e as subescalas da LGBIS como podemos observar na tabela 13.

O fator “Comportamento Inibido” está correlacionado positivamente com a subescala “Insatisfação Identitária” ($r = .587, p < .001$), com a subescala “Incerteza Identitária” ($r = .254, p < .001$), com a subescala “Motivação para a Dissimulação Identitária” ($r = .723, p < .001$), com a subescala “Dificuldades no Processo Identitário” ($r = .389, p < .001$) e com a subescala “Sensibilidade ao Estigma” ($r = .486, p < .001$).

O fator “Comportamento Ativo” tem uma correlação negativa com a subescala “Insatisfação Identitária” ($r = -.335, p < .001$), com a subescala “Incerteza Identitária” ($r = -.176, p = .001$) e com a subescala “Motivação para a Dissimulação Identitária” ($r = -$

.354, $p < .001$), e uma correlação positiva com a subescala “Centralidade da Identidade” ($r = .413$, $p < .001$) e com a subescala “Superioridade Identitária” ($r = .102$, $p = .049$).

O fator “Contexto” correlaciona-se positivamente com a subescala “Motivação para a Dissimulação Identitária” ($r = .210$, $p < .001$), com a subescala “Sensibilidade ao Estigma” ($r = .240$, $p < .001$) e com a subescala “Superioridade Identitária” ($r = .104$, $p = .044$).

Ainda em correlação dos fatores da EGV entre eles, o fator “Comportamento Inibido” está correlacionado negativamente com o fator “Comportamento Ativo” ($r = -.347$, $p < .001$) e está correlacionado positivamente com o fator “Contexto” ($r = .147$, $p = .004$).

Relativamente à correlação entre as subescalas da LGBIS, os resultados indicam que a subescala “Insatisfação Identitária” correlaciona-se positivamente com as subescalas: “Incerteza Identitária” ($r = .336$, $p < .001$); “Motivação para a Dissimulação Identitária” ($r = .443$, $p < .001$); “Dificuldades no Processo Identitário” ($r = .451$, $p < .001$) e “Sensibilidade ao Estigma” ($r = .371$, $p = .001$). A subescala “Incerteza Identitária” correlaciona-se positivamente com as subescalas: “Motivação para a Dissimulação Identitária” ($r = .311$, $p < .001$); “Dificuldades no Processo Identitário” ($r = .286$, $p < .001$) e “Sensibilidade ao Estigma” ($r = .174$, $p = .001$). A subescala “Incerteza Identitária” correlaciona-se negativamente com a subescala “Centralidade da Identidade” ($r = -.151$, $p < .001$). A subescala “Motivação para a Dissimulação Identitária” correlaciona-se positivamente com a subescala “Dificuldades no Processo Identitário” ($r = .301$, $p < .001$) e com a subescala “Sensibilidade ao Estigma” ($r = .422$, $p < .001$) e tem também uma correlação negativa com a subescala “Centralidade da Identidade” ($r = -.174$, $p = .001$). A subescala “Dificuldades no processo Identitário” correlaciona-se positivamente com a subescala “Sensibilidade ao Estigma” ($r = .341$, $p < .001$). A subescala “Centralidade da identidade” tem uma correlação positiva com as subescalas, “Sensibilidade ao Estigma” ($r = .205$, $p < .001$) e “Superioridade Identitária” ($r = .163$, $p = .002$). Finalmente a subescala “Sensibilidade ao Estigma” correlaciona-se positivamente com a subescala “Superioridade Identitária” ($r = .163$, $p < .002$).

Tabela 13: Correlações de Pearson (r) entre os Fatores da EGV e as Subescalas da LGBIS

	Comportamento Inibido EGV	Comportamento Ativo EGV	Contexto EGV	Insatisfação Identitária LGBIS	Incerteza Identitária LGBIS	Motivação p/a Dissimulação Identitária LGBIS	Dificuldades no Processo Identitário LGBIS	Centralidade da Indentidade LGBIS	Sensibilidade ao Estigma LGBIS	Superioridade Identitária LGBIS
Comportamento Inibido EGV	-									
Comportamento Ativo EGV	-,347**	-								
Contexto EGV	,147**	,056	-							
Insatisfação Identitária LGBIS	,587**	-,335**	-,023	-						
Incerteza Identitária LGBIS	,254**	-,176**	-,050	,336**	-					
Motivação p/a Dissimulação Identitária LGBIS	,723**	-,354**	,210**	,443**	,311**	-				
Dificuldades no Processo Identitário LGBIS	,389**	-,046	,025	,451**	,286**	,301**	-			
Centralidade da Indentidade LGBIS	-,080	,413**	,096	-,018	-,151**	-,174**	,019	-		
Sensibilidade ao Estigma LGBIS	,486**	,073	,240**	,371**	,174**	,422**	,341**	,205**	-	
Superioridade Identitária LGBIS	,064	,102*	,104*	,056	,058	,033	,006	,163**	,163**	-

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Discussão Global de Resultados

Uma vez analisados os resultados, esta secção pretende fazer uma síntese dos mesmos.

Através da análise psicométrica dos resultados foi possível aferir a qualidade, validade e fiabilidade dos instrumentos utilizados, particularmente do instrumento que foi adaptado para português. Desta forma, parece-nos possível fazer algumas considerações com base nos resultados obtidos.

Relativamente à Escala da Gestão da Visibilidade (EGV), foi possível compreender que a escala mede com qualidade três aspetos importantes na gestão da visibilidade, nomeadamente, o comportamento inibido, o comportamento ativo e o contexto. Estes três aspetos correspondem aos três fatores que compõem a escala e parece-nos pertinente que assim seja uma vez que o comportamento é o fator chave para se poder avaliar a visibilidade e o contexto, um poderoso fator que interfere com esse comportamento (Lasser; Tharinger & Cloth, 2006; Gallor & Fassinger, 2010; Formby, 2011).

Procurando responder às questões de investigação, existem diferenças significativas entre sexos na gestão da visibilidade, sendo que os homens apresentam valores mais elevados do que as mulheres no fator “comportamento inibido”. O comportamento mais inibido nos homens poderá ser compreendido pela valorização social da masculinidade e virilidade, uma vez que as expectativas sociais do cumprimento dos papéis de género são mais exigentes para os homens, por culturalmente se entender a predominância dos homens sobre as mulheres (Lipkin, 2004). Por conseguinte, os homens *gays* são menos aceites do que as mulheres lésbicas pois representam uma maior ameaça à estrutura social central que assegura que os valores da masculinidade sejam dominantes (Perrin, 2002; Clarke, Ellis, Peel & Riggs, 2010; Davies, 2003).

Existem também diferenças tendo em conta a existência de uma relação amorosa. Nomeadamente na gestão da visibilidade, os/as participantes que não estão numa relação amorosa têm um comportamento mais inibido que os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém do mesmo sexo, ou mesmo do que aqueles/as que estão numa relação amorosa com alguém de sexo diferente. O facto de estar numa relação com alguém poderá ser gerador de alguma segurança. Os/as participantes que estão numa relação com alguém do mesmo sexo são aqueles/as que têm um comportamento mais ativo, o que poderá relacionar-se com o facto de já

estarem “fora do armário” o que diminui os sentimentos negativos em relação a si fazendo com que a pessoa se sinta mais confortável com a sua identidade sexual (Lipkin, 2004; Lasser & Tharinger, 2003).

No caso das pessoas que estão com alguém de sexo diferente, apenas uma participante é lésbica, todos/as as outras são bissexuais. Uma vez que os/as participantes bissexuais se encontram numa relação que vai ao encontro das normas sociais não existem tantas preocupações relativamente ao seu comportamento porque aqui mais do que nos outros casos podemos dizer que a característica orientação sexual se torna verdadeiramente invisível. No entanto estes/as participantes são também os que (à semelhança do que acontece com quem não está numa relação amorosa) tem um comportamento menos ativo. Isso poderá explicar-se porque não se assumindo como bissexuais poderão passar por heterossexuais e não sofrer qualquer tipo de discriminação. Segundo os autores Kuypers e Fokkema (2011), as pessoas bissexuais sofrem de dupla discriminação, por terem de lidar com atitudes negativas por parte de heterossexuais mas também de *gays* e lésbicas o que lhes cria maiores expectativas de virem a ser discriminadas e uma menor abertura em relação à sua identidade. Assim os/as bissexuais poderão ter um comportamento menos ativo para se protegerem de atitudes discriminatórias.

A posição política não tem para os/as participantes deste estudo implicações na forma como gerem a sua visibilidade o que poderá acontecer porque a maioria dos/as participantes diz posicionar-se no “centro”. O mesmo não acontece em relação à posição religiosa, em que os/as participantes mais religiosos/as parecem ter um comportamento mais inibido que os restantes o que eventualmente se relaciona com as suas crenças religiosas e a falta de abertura da igreja às questões da homossexualidade, como se a fé se tornasse incompatível com a sexualidade.

No caso da orientação sexual, os/as participantes que não têm certeza em relação à sua orientação sexual têm valores mais baixos no fator “comportamento ativo”. Uma vez que a maioria dos/as participantes que dizem não ter a certeza em relação à sua orientação sexual consideram estar “no armário” isso poderá justificar uma gestão mais restrita da sua visibilidade, gestão que tem implicações significativas no desenvolvimento da identidade (Lasser & Tharinger, 2003; D’Augelli, 2006; Sylva *et al.*, 2010).

Este aspeto relaciona-se com as diferenças que foram encontradas na forma como os/as participantes percecionam o seu nível de visibilidade e a forma como esta é gerida. Os/as participantes que dizem estar “no armário” têm um comportamento

mais inibido do que os/as participantes que referem estar “relativamente fora do armário” e os/as que referem estar “fora do armário”. São os/as participantes que dizem estar “fora do armário” que têm um comportamento mais ativo, comparando com os/as participantes que dizem ainda estar “no armário” e mesmo com os que dizem estar “relativamente fora”.

O contexto é mais significativo para os/as participantes que dizem estar “relativamente fora do armário”, o que poderá estar relacionado com um período de exposição reduzida onde ainda se selecionam cuidadosamente os espaços mais seguros e confortáveis para expor a orientação sexual, talvez optando inicialmente pelos grupos de pares. Os amigos (e também a família) desempenham um papel muito importante na forma como as experiências LGB são vividas (Lasser & Tharinger, 2003; Lasser; Tharinger & Cloth, 2006; Gallor & Fassinger, 2010; Formby, 2011; Collins & Callahan, 2012).

No que concerne à Identidade, existem diferenças tendo em conta o sexo. Os homens apresentam valores mais elevados nas subescalas “Incerteza Identitária”, “Motivação para a Dissimulação Identitária”, “Dificuldades no Processo Identitário”, “Centralidade da Identidade”, “Sensibilidade ao Estigma” e “Superioridade Identitária”. Assim os homens parecem ter mais problemas com a sua identidade do que as mulheres, o que deverá estar relacionado com o forte culto da figura masculina e da virilidade na nossa cultura, tal como foi já referido a propósito das diferenças entre sexos na gestão da visibilidade. Para os homens gays e bissexuais, a exigência do cumprimento dos papéis de género é transportada para a construção de uma identidade que balança entre o desejo social e os desejos próprios, desencadeando muitas vezes atitudes homofóbicas em relação a si e/ou receio de se assumir como homossexual ou bissexual (Miller, 2011; Linguardini, Baiocco & Nardelli, 2012). No caso das mulheres os resultados permitem-nos dizer que as mulheres tem mais incertezas identitárias do que os homens. A propósito desta questão é importante referir que os resultados vão ao encontro de outros estudos (Falco, 1990; Savin-Williams, 2001), segundo os quais homens e mulheres autodefinem-se como homossexuais em idades diferentes, sendo que geralmente as mulheres consciencializam a “diferença” sexual mais tarde do que os homens. Outra curiosidade em relação a este dado é o facto da maioria dos/das participantes bissexuais serem mulheres, o que poderá estar relacionado com uma identidade homossexual ainda em desenvolvimento, e possam vir a assumir-se apenas mais tarde (Lipkin, 2004). Para esta diferença de idades concorre um percurso histórico-social e coletivo que sempre deu aos homens mais

protagonismo do que às mulheres na afirmação da sua “diferença” sexual (Carneiro, 2009). Outra questão interessante relativamente às mulheres é o paradoxo que fica em aberto neste estudo, pois se por um lado têm mais incertezas em relação à sua identidade, por outro assumem um comportamento mais ativo na gestão da visibilidade da sua orientação sexual, como vimos anteriormente. Para responder a esta questão seria necessário aprofundar mais a análise estatística, procurando esmiuçar os resultados obtidos.

À semelhança do que acontece na gestão da visibilidade foram encontradas diferenças significativas tendo em conta a existência de uma relação amorosa. Os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém do mesmo sexo apresentaram valores mais elevados nas subescalas “Centralidade da Identidade” e “Sensibilidade ao estigma”, o que faz sentido se pensarmos que estão mais expostos a atitudes discriminatórias. Por outro lado, os/as participantes que estão numa relação amorosa com alguém de sexo diferente revelaram valores mais elevados nas subescalas “Incerteza Identitária”. Este aspeto, está relacionado com as relações amorosas dos/as participantes bissexuais, que apesar de (à partida) se sentirem atraídos por pessoas de ambos os sexos, estão mais incertos em relação à sua identidade sexual, quando se encontram numa relação com alguém do sexo oposto. E finalmente, os/as participantes que não estão numa relação amorosa tiveram valores mais elevados nas subescalas “Motivação para a Dissimulação Identitária” e “Sensibilidade ao Estigma”.

Este estudo permitiu-nos perceber que o posicionamento político/ideológico poderá estar relacionado com a identidade em algumas das subescalas avaliadas. Assim, em relação à “Incerteza Identitária” as pessoas de direita distinguem-se das pessoas de esquerda uma vez que apresentam valores mais elevados nesta subescala. Também foram encontradas diferenças relativamente à “Sensibilidade ao Estigma”, em que os/as participantes que se posicionam à esquerda se distinguem das pessoas que se posicionam ao centro. As pessoas de centro são mais sensíveis ao estigma.

Em função da religiosidade, foram encontradas diferenças significativas entre os/as participantes que dizem ser relativamente religiosos/as e os que não são religiosos/as, estando estes últimos menos insatisfeitos do que os primeiros.

Podem ainda observar-se diferenças estatisticamente significativas entre gays, lésbicas e bissexuais ao nível da identidade sexual. Os/as participantes que dizem não ter a certeza em relação à sua orientação sexual revelaram valores mais elevados

relativamente à “Insatisfação Identitária” do que os/as participantes bissexuais e as participantes lésbicas. Possivelmente porque os/participantes que ainda não estão certos sobre a sua orientação sexual se encontram numa fase de muitas dúvidas e inseguranças, em que se sentem diferentes da maioria e ainda não se encontraram nessa diferença.

Ainda na subescala “Insatisfação Identitária”, os participantes *gays* revelaram resultados mais elevados do que as participantes lésbicas, o que vai ao encontro do que é referido noutros estudos, anteriormente referidos. Os/as participantes que não tem a certeza em relação à sua orientação sexual apresentam valores mais elevados do que as participantes lésbicas, os participantes *gays* e os/as participantes bissexuais na subescala “Incerteza Identitária”. Relativamente a esta dimensão da identidade, os/as participantes bissexuais distinguem-se dos participantes *gays*, estando os primeiros mais incertos em relação à sua identidade do que os segundos. Este último dado, vem no seguimento de outros anteriores reforçando a incerteza identitária como sentimento bastante presente nas pessoas bissexuais. A bissexualidade tem merecido a atenção de alguns autores (Rust, 2009; Fox, 2003) que procuram mostrar que bissexualidade se constitui como uma identidade à semelhança do que acontece com as identidades *gay* e lésbica. No entanto, os resultados obtidos neste estudo levam-nos a repensar esta questão, uma vez que se verifica que os/as participantes bissexuais tem mais incertezas em relação à sua identidade sexual que os restantes. Sabe-se que o desenvolvimento da identidade sexual pode ser uma tarefa de uma vida (Lipkin, 2004), e os/as participantes que participaram neste estudo são na sua maioria relativamente jovens, e como tal podem ainda estar numa fase de questionamento, incerteza e descoberta em relação à sua identidade sexual. A bissexualidade pode em muitos casos ser a materialização dessas dúvidas em que a pessoa oscila entre relacionamentos heterossexuais e homossexuais. Isso poderá fazer sentido se pensarmos que a pessoa pode ir procurando cumprir os papéis que a sociedade lhe atribui e que são aceites (heterossexismo) enquanto se descobre num mundo de relações à margem da heteronormatividade. Coloca-se a seguinte questão: será que numa sociedade livre de preconceitos onde os papéis de género não tivessem o peso cultural que lhes é atribuído, continuaríamos a falar de bissexualidade? A questão permanece em aberto, ficando apenas a reflexão. Segundo Mohr e Fassinger's (2006 cit in Oliveira, *et al.*, 2012) “*identity is seen as both selfidentification and collective identification with beliefs, values or traits and behaviours and attachments*”. Não será a bissexualidade a exploração dessas

identificações, numa descoberta marcada por ambiguidades, entre identificações pessoais e as identificações coletivas? A LGBIS é uma escala baseada no modelo multidimensional da identidade, que procura precisamente compreender a diversidade das identidades sexuais (Oliveira, *et al.*, 2012), mas a riqueza dos resultados obtidos não deixam de suscitar questões que merecem ainda mais atenção em estudos futuros.

Relativamente aos participantes *gays* distinguem-se dos/das participantes bissexuais na subescala “Dificuldades no Processo Identitário”, uma vez que os participantes *gays* apresentam valores mais elevados nesta subescala. Volta a ser evidente o peso cultural do masculino, o que cria maiores dificuldades aos homens *gays* no desenvolvimento da sua identidade e na exposição da sua orientação sexual (Collins & Callahan, 2012).

Os/as participantes que não têm a certeza da sua orientação sexual, parecem ter mais dificuldades no processo identitário do que os participantes *gays*. Relativamente à subescala “Centralidade da Identidade” os participantes *gays* apresentam valores mais elevados do que os/as participantes bissexuais e do que os/as participantes que dizem não ter a certeza em relação à sua orientação sexual. Finalmente, os participantes *gays*, de acordo com os resultados obtidos neste estudo, são mais sensíveis ao estigma do que os/as participantes bissexuais.

Existem diferenças entre forma como os/as participantes percebem o seu nível de visibilidade e a identidade. Nomeadamente, os/as participantes que consideram estar “no armário” revelam valores mais elevados na subescala “Insatisfação identitária” do que os/as participantes que entendem estar “relativamente fora do armário” e “fora do armário”. Ainda sobre esta subescala, os/as participantes que referem estar “relativamente fora do armário” estão mais insatisfeitos com a sua identidade do que os/as que referem estar “fora do armário”. Nas subescalas “Incerteza Identitária”, “Motivação para a Dissimulação Identitária”, “Dificuldades no Processo Identitário” e “Sensibilidade ao Estigma” os/as participantes que referem estar “no armário” revelam valores mais elevados do que os/as participantes que entendem estar “relativamente fora do armário” e “fora do armário”. Os/as participantes que referem “relativamente fora do armário” distinguem-se dos/das participantes que consideram estar “fora do armário” nas subescalas “Motivação para a Dissimulação Identitária” e “Sensibilidade ao Estigma”, onde revelam valores mais elevados. Esses resultados poderão evidenciar a necessidade de uma primeira intervenção junto de pessoas LGB no sentido de facilitar o processo de *coming out* e até mesmo, num

primeiro momento, do próprio processo de gestão da visibilidade (Ritter & Terndrup, 2002). Não podemos ignorar o peso do estigma, da discriminação, da cultura heteronormativa no desenvolvimento de identidades homossexuais e bissexuais. Muitas vezes o *stress*, o medo associado à exposição da sua orientação sexual, a discriminação, o preconceito mais evidente ou mais subtil geram na pessoa sentimentos de insatisfação e incerteza em relação a si e alimentam as dificuldades no processo identitário, questões que muitas vezes são difíceis de significar sem a ajuda de um profissional que possa facilitar a compreensão desses sentimentos.

Neste estudo foi também possível observar as relações existentes entre a gestão da visibilidade e a identidade LGB. Neste sentido foi possível observar que quando mais elevados os valores ao nível do comportamento inibido relativamente à sua orientação sexual mais elevados são os valores nas subescalas: “Insatisfação Identitária”, “Incerteza Identitária”, “Motivação para a Dissimulação Identitária”, “Dificuldades no Processo Identitário” e “Sensibilidade ao Estigma”.

Relativamente ao comportamento ativo verifica-se quanto mais elevados forem os valores neste facto menor são os valores nas subescalas: “Insatisfação Identitária”, “Incerteza Identitária” e “Motivação para a Dissimulação Identitária”. Ainda sobre o fator comportamento ativo, quanto mais elevados forem os valores neste fator mais elevados serão os valores nas subescalas “Centralidade da Identidade” e “Superioridade Identitária”.

No que diz respeito ao contexto foi possível verificar que quanto maiores forem os valores neste fator maior serão os valores nas subescalas: “Motivação para a Dissimulação Identitária”, “Sensibilidade ao Estigma” e “Superioridade Identitária”. O contexto assume particular importância uma vez que poderá ser facilitador ou não da descoberta e afirmação da orientação sexual, uns contextos serão libertadores e outros inibidores (Lasser & Tharinger, 2003).

Conclusões

Em Portugal, à semelhança do que acontece no universo científico por todo o mundo são crescentes os estudos sobre a vivência LGB (Carneiro, 2009; Oliveira, *et. al.*, 2012; Gato, Freitas & Fontaine, 2012; Gato & Fontaine, 2012; OPP, 2013). Estudos, que requerem cada vez mais exigência e mais proximidade com experiência individual das múltiplas identidades sexuais não normativas e que dão preferência às particularidades dessas experiências. Por esta razão, este estudo centrou-se sobretudo na gestão da visibilidade por ser um constructo recentemente formulado.

Estudar a gestão da visibilidade obriga-nos a pensar um conjunto de questões que embora possam partir da experiência individual de lésbicas, gays e bissexuais, da forma como se descobrem, se constroem e se mostram, obriga-nos inevitavelmente a pensar num patamar muito mais abrangente, o da história, da cultura e da política. Embora a gestão da visibilidade subentenda uma opção da pessoa para tornar visível ou não a sua orientação sexual, é o contexto sociocultural e também político que dá contornos a essa “opção” que é no fundo uma imposição. É a sociedade que obriga as pessoas LGB a posicionarem-se de alguma forma em relação à sua homossexualidade, é a sociedade que sobrevaloriza a não heterossexualidade discriminando o que dela se distingue. Em pelo século XVII Rousseau afirmava “*deve ser base de qualquer sistema de legislação (...) estes dois objetivos principais: a liberdade e a igualdade*”. A nossa legislação, relativamente às questões relacionadas com a orientação sexual, apresenta inúmeras lacunas que vão perpetuando a incapacidade da sociedade responder em pleno a estes dois princípios. Mais grave do que isso, essas omissões guiadas por ideias preconceituosas e pouco fundamentadas vão impedito todos os dias que milhares de pessoas vivam a sua vida em pleno. São estas leis que por não existirem criam um vazio que legitima o heterossexismo e o preconceito. E voltando a citar uma frase que faz todo o sentido quando se coloca o foco no social e não na pessoa que é diferente, *Continuamos a considerar o “armário” como uma circunstância particular que se confunde, intencionalmente, com a intimidade e que, deste modo, nos impede de percebermos que em torno deste armário, existe uma estrutura social e ideológica que pretende encerrar e silenciar todo um coletivo. “Sair do armário” deixará apenas de ser um ato politicamente significativo quando não houver armário do qual sair*” (Llamas e Vidarte, 2001). Porque o armário é resposta social à intolerância, e é esse armário e esta sociedade que devem ser intervencionados. Este estudo é o estudo da invisibilidade das pessoas LGB e da

coragem que lhes permite assumir-se e afirmar-se. É o estudo da forma como essas identidades se constroem e em que moldes se expõem ou se escondem.

Os resultados obtidos neste estudo permitem-nos perceber que há de facto uma relação significativa entre a identidade homossexual e bissexual e a gestão da visibilidade e que essa relação se torna mais forte quanto mais “no armário” a pessoa se encontrar.

Os desafios identitários tem um peso muito maior nos homens, pelo papel que culturalmente lhes é atribuído. Esse peso cultural estende-se à experiência pessoal de cada um onde esse homem “viril, forte e insensível” que é fantasiado coletivamente se esbate num “eu” que é diferente e é rejeitado. É por essa razão que nas investigações sobre homem e suicídio há uma forte evidência que o risco de suicídio (incluindo ideação, planos e comportamento) é mais elevado entre homens *gays* e bissexuais (Russel & Toomey, 2010). Embora seja exigente o desafio de homens *gays* e bissexuais (e também daqueles que hoje ainda não tem a certeza), são as mulheres quem leva mais tempo a assumir a sua identidade sexual pelo silêncio a que a sociedade as condena. O feminino continua ainda a ser diluído na onnipotência do masculino mesmo quando falamos de orientação sexual.

Este estudo permite também compreender como as crenças e ideologias políticas dão outro colorido às identidades LGB tornando em muitos casos o processo de desenvolvimento de identidades LGB e o processo de “*coming out*” extremamente stressantes psicologicamente (Russel & Toomey, 2010). Também as relações de amizade, familiares e amorosas assumem uma importância extrema neste processo. No presente estudo foi possível observar que o envolvimento num relacionamento amoroso, sobretudo se com alguém do mesmo sexo, representa um maior conforto e segurança em relação à sua identidade e uma menor necessidade de esconder a sua orientação sexual.

Uma importante questão deste estudo prende-se com a população que compõe a amostra, na sua grande maioria jovem, sendo a mediana de idades de 24 anos. Consideramos que os jovens são um riquíssimo reflexo de uma sociedade que se encontra em mudança. Uma sociedade que acompanha novos olhares sobre pessoas LGB e que em simultâneo exige destes uma postura mais participativa, reivindicativa e afirmativa. Uma sociedade que coloca mais abertamente os assuntos que dizem respeito à vivência LGB na ordem do dia, quer na discussão política, quer no debate público. O que traz avanços do ponto de vista das conquistas e recuos do ponto de vista dos preconceitos ainda presentes e da discriminação mais ou menos

subtil resultante de uma maior visibilidade da homossexualidade e da bissexualidade. Assim ter uma população maioritariamente jovem assume-se como uma vantagem para este estudo, trazendo-nos a visão mais atual dos que são fruto e simultaneamente participantes neste processo de transformação da sociedade. Por estas razões e pela própria composição da amostra, considerou-se importante, que este fosse um estudo sobre os jovens *gays*, *lésbicas* e *bissexuais*.

Para terminar, e porque essa mudança de mentalidades tem sido lenta e exigente, cito a frase de uma jovem que por não ser heterossexual se vê obrigada a abdicar de uma parte de si, porque há momentos em que é mais fácil esconder, "*É difícil, porque tu sabes que não és tu da mesma forma*" (Denise, *lésbica*, 18 cit in Lasser, Tharinger & Cloth, 2006).

Limitações do estudo

Uma limitação tem que ver com o contacto com as empresas, uma vez que foram contactadas mas nunca obtivemos resposta e por isso foi difícil abranger mais jovens adultos/as em situações e fases de vida diferentes dos/as jovens universitários/as. Outra limitação tem que ver com a necessidade de um tratamento estatístico mais aprofundado dos dados para melhor responder a algumas questões emergentes do estudo.

Sugestões para estudos futuros

No futuro seria importante replicar este estudo de forma a aprofundar algumas questões aqui levantadas e validar a Escala de Gestão da Visibilidade para a população portuguesa.

Implicações para a prática

Este estudo é mais um no universo da psicologia que procura sensibilizar os profissionais da área para o trabalho com pessoas LGB. O acompanhamento de pessoas LGB poderá facilitar o processo identitário. Com a apresentação da EGV, pretende-se dar mais uma ferramenta ao trabalho do/a psicólogo/a, facilitando a compreensão da problemática da pessoa bem como o desenvolvimento da própria intervenção. É fundamental olhar a gestão da visibilidade como uma tarefa inerente às identidades não normativas, tarefa que na maior parte das vezes é muito exigente.

Nestes casos, o/a psicólogo/a deve servir de catalisador de processos de desconstrução de estereótipos decorrentes das idealizações e fantasias em torno da “espectável” família heterossexual (Carneiro, 2009). O objetivo fundamental do/a psicólogo/a deve ser a redução da homofobia internalizada e do heterossexismo internalizado, com vista à aceitação, por parte do indivíduo, dos seus desejos e das suas experiências na descoberta da sua própria identidade (Sophie, 1987 *cit in* Carneiro, 2009).

REFERÊNCIAS

- Acosta, K. L. (2011). The Language of (In)Visibility: Using In-Between Spaces as a Vehicle for Empowerment in the Family. *Journal of Homosexuality*, 58 (6-7), 883-900.
- Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia da educação* (3ª ed). Braga: Psiquilibrios Edições.
- American Psychological Association (2000). Guidelines for psychotherapy with lesbian, gay, and bisexual clients. *American Psychologist*, 55(12), 1440-1451
- American Psychological Association. (2008). *Answers to your questions: For a better understanding of sexual orientation and homosexuality*. Washington, DC: Author.
- Bohan, J.; Russel, G. (1999). Implications for Psychological Research and Theory Building. In Russel, J; Bohan, G. (eds). *Conversations about Psychology and Sexual Orientation*. New York: New York University Press.
- Blackburn, P. J., (2010). Creating space for preferred identities: narrative practice conversations about gender and culture in the context of trauma. *Journal of Family Therapy*, 32, 4-26.
- Brown, B. (2004). Coming out of My Closet. *Journal of Lesbian Studies*, 8 (3), 21-23.
- Brown, R.; Smith III, R. & Tedeschi, J. (1975). First Impressions and Expectancies. *The Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, 89 (2), 313-323.
- Cass, V. (1984). Homosexual identity formation: Testing a theoretical model. *Journal of Sex Research*, 20 (2), 143-167.
- Cass, V. (1990). The implications of the homosexual identity formation for the Kinsey Model and Scale of Sexual Preference. In McWhierter, D.; Sanders, S.; Reinisch, J. (eds). *Homosexuality/Heterosexuality: concepts of sexual orientation*. Oxford: Oxford University Press.
- Calhoun, C. (1995). *Critical social theory: Culture, History and challenge of difference*. Cambridge: Blackwell.
- Carneiro, N.S. (2009). *"Homossexualidades". Uma psicologia entre ser, pertencer e participar*. Porto: Livpsic.

- Clarke, E.; Ellis, S.; Peel, E.; Riggs, D. (2010). *Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Queer Psychology: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press
- Coleman, E. (1990). Toward a synthetic understanding of sexual orientation. In McWhirter, D.; Sanders, S.; Reinsch, J. (eds). *Homosexuality/ Heterosexuality: concepts of sexual orientation*. Oxford: Oxford University Press.
- Collins, J. & Callahan, J. (2012): Risky business: gay identity disclosure in a masculinized industry, *Human Resource Development International*, 15:4, 455-470.
- Chamie, J. & Mirkin, B. (2011). Same-Sex Marriage: A New Social Phenomenon. *Population and Development Review*, 37 (3), 529-551.
- D'Augelli, A. (2006). Coming out, Visibility, And creating Change: Empowering Lesbian, Gay and Bisexual People in Rural University Community. *AM J Community Psychol*, 37, 203-210.
- D'Augelli, A. R.; Grossman, A. H.; Salter, N. P.; Vasey, J. J.; Starks, M. T., & Sinclair, K. O. (2005). Predicting the suicide attempts of lesbian, gay, and bisexual youth. *Suicide Life Threat Behav*, 35(6), 646-660.
- D'Augelli, A. R. & Patterson, C. J. (2011). *Lesbian, Gay, and Bisexual Identities and Youth. Psychological Perspectives*. New York: Oxford University Press
- Davies, D. (2003). Working with people coming out. In Neal, C.; Davies, D. (eds). *Pink Therapy: a guide for counselors and therapists working with lesbian, gay and bisexual clients*. Maidenhead: Open University Press.
- Degges-White, S.; Rice, B.; Myers, J. (2000). Revisiting the Cass theory of sexual identity formation: a study of lesbian development. *Journal of Mental Health Counseling*, 22(4), 318.
- Diamond, M. (2000). Sex and Gender: Same or different? *Feminism & Psychology*, 10, 46-54
- Duran, A.; Renfro, L.; Waller, M. & Trafimow, D. (2007). Perceptions of Sexual Orientation: A Hierarchically Restrictive Trait. *Sex Roles*, 57, 763-773.
- Dragowski, E.; Scharrón-del Rio, M. & Sandigorsky, A. (2011). Childhood Gender Identity...Disorder? Developmental, Cultural, and Diagnostic Concerns. *Journal of Counseling & Development*, 89, 360 – 366.

- Evans, M. & Barker, M. (2010): How do you see me? Coming out in counselling, *British Journal of Guidance & Counselling*, 38:4, 375-391.
- Falco, K. (1990). *Psychotherapy with lesbian clients*. New York, Brunner/Mazel.
- Filax, G. (2006). *Queer Youth in the Province of the "Severely Normal"*. Canada: UBC Press.
- Fish, J. (2009): Invisible No More? Including Lesbian, Gay and Bisexual People in Social Work and Social Care, *Practice: Social Work in Action*, 21:1, 47-64.
- Formby, E. (2011): Sex and relationships education, sexual health, and lesbian, gay and bisexual sexual cultures: views from young people, *Sex Education: Sexuality, Society and Learning*, 11:3, 255-266
- Fox, R. (2003). Bisexual Identities. In Faderman, L. & Gross, L. (2003). *Psychological Perspectives on Lesbian, Gay, and Bisexual Experiences* (pp. 86-129). New York: Columbia University Press.
- Gallor, S.& Fassinger, R. (2010): Social Support, Ethnic Identity, and Sexual Identity of Lesbians and Gay Men, *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 22:3, 287-315.
- Gato, J. & Fontaine, A. M. (2012). Anticipation of sexual and gender development of children adopted by same-sex couples. *International Journal of Psychology*, 1-10.
- Gato, J., Freitas, D. & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social. *Psicologia*, XXVI (1), pp. 71-95.
- Garrido, M.; Garcia-Marques, L.; Jerónimo, R. & Ferreira, M. (2013). Formação de Impressões e representações cognitivas de pessoas. In Vala, J. & Monteiro, M. (2013). *Psicologia Social – 9ª edição revista e atualizada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 43 – 98.
- Herek, G. (2009). Sexual Stigma and Sexual Prejudice in the United States: a conceptual framework. In Hope, D. (eds). *Contemporary perspectives on lesbian, gay and bisexual identities*. New York: Springer.
- Hershberger, S. (2001). Biological factors in the development of sexual orientation. In Augelli, A.; Patterson, C. (eds.) *Lesbian, gay and bisexual identities and youth: psychological perspectives*: New York: Oxford University Press.

- Hetzel, C. (2011). Exploring the Relationship Between Public Opinion and Personal Attitudes and Behavior Toward Lesbians and Gay Men: Social Conformity Revisited, *Journal of Homosexuality*, 58 (10), 1421-1441.
- King, M., Semlyen, J., Tai, S. S., Killaspy, H., Osborn, D., Popelyuk, D., (2008). A systematic review of mental disorder, suicide, and deliberate self-harm in lesbian, gay and bisexual people. *BMC Psychiatry*, 8, 17.
- Kuyper, L. & Fokkema, T. (2011). Minority Stress and Mental Health among Dutch LGBs: Examination of Differences between Sex and Sexual Orientation. *Journal of Counseling Psychology*, 58, (2). 222-233.
- Lasser, J. (2005). Visibility management and the school psychologist, *School Psychology International*. 26, 44 – 54.
- Lasser, J.; Ryser, G. & Price, L. (2010). Development of a Lesbian, Gay, Bisexual Visibility Management Scale, *Journal of Homosexuality*, 57:3, 415-428.
- Lasser, J. & Tharinger D. (2003). Visibility management in school and beyond: A qualitative study of gay, lesbian, bisexual youth, *Journal of Adolescence*, 26, 233–244.
- Lasser, J., Tharinger, D. & Cloth, A. (2006). *Gay, Lesbian, and Bisexual Youth*. In G. G. Bear, K. M. Minke, & A. Thomas (Eds), *Children's Needs III: Development, Problems, and Alternatives* (pp. 349-357), Bethesda Maryland: National Association of School Psychologists.
- Leary, M. R.; Allen, A. B. & Terry, M. (2011). Managing social images in naturalistic versus laboratory settings: Implications for understanding and studying self-presentation. *European Journal of Social Psychology*, 41, 411-421.
- Lev, A. (2010). How Queer! – The Development of Gender Identity and Sexual Orientation in LGBTQ – Headed Families. *Family Process*, 49 (3), 268- 290.
- Leyens, J.& Yzerbyt, V. (2004). *Psicologia Social*. Nova edição revista e aumentada. Lisboa: Edições 70.
- Lingiardi, V., Baiocco, R. & Nardelli, N. (2012). Measure of Internalized Sexual Stigma for Lesbian and Gay Men: A New Scale, *Journal of Homosexuality*, 59:8, 1191-1210.
- Lipkin, A. (2004). *Beyond diversity day: a Q&A on gay and lesbian issues in schools*. Lanham: Rowan & Littlefield Publishers, INC.

- Marcus, E. (2005). *Is it a choice? Answers to the most frequently asked questions about gay and lesbian people*. San Francisco: Harper-Collins.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS statistics*. Pero Pinheiro: Report Number.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS. Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psíquilibrium Edições.
- Melo, M. (2000). *Quid Petis? Um estudo sobre o processo de doutoramento*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Évora.
- Melo, M. & Pereira, T. (2011). Novos paradigmas de intervenção psicológica em contextos educativos e qualidade de vida. In M. E. Chaleta, N. R. Santos & M. L. Grácio (coords.), *II Congresso Internacional Interfaces da Psicologia - Qualidade de Vida... Vidas de Qualidade*. Évora: Universidade de Évora (edição em CD; ISBN: 978-989-8339-11-9).
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129, 674–697.
- Messinger, L. (2006). A historical perspective. In Morrow, D.; Messinger, L. (eds.). *Sexual orientation & gender expression in social work practice: working with gay, lesbian, bisexual and transgender people*. New York: Columbia University Press.
- Miller, S. (2011): African-American Lesbian Identity Management and Identity Development in the Context of Family and Community, *Journal of Homosexuality*, 58:4,547-563.
- Msibi, T. (2011): They are worried about me: I am also worried, *Agenda: Empowering women for gender equity*, 25:1, 22-28.
- Murray, S. (2000). *Homosexualities*. Chicago: The Chicago University Press.
- Neary, A. (2012): Lesbian and gay teachers' experiences of 'coming out' in Irish schools, *British Journal of Sociology of Education*, doi: 10.1080/01425692.2012.722281.
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In Nogueira, C.; Oliveira, J. M.; Almeida, M. V.; Costa, C. G.; Rodrigues, L.; & Pereira, M. (Eds.) *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 9-17). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

- Oliveira, J. M. (2010). Orientação Sexual e Identidade de Género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In Nogueira, C.; Oliveira, J. M.; Almeida, M. V.; Costa, C. G.; Rodrigues, L.; & Pereira, M. (Eds.) *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 19-44). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Oliveira, J. M., Pereira, M. Costa, C. & Nogueira, C. (2010). *Pessoas LGBT – Identidades e Discriminação*. In Nogueira, C.; Oliveira, J. M.; Almeida, M. V.; Costa, C. G.; Rodrigues, L.; & Pereira, M. (Eds.) *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 149-209). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Oliveira, J. M., Lopes, D., Costa, C. & Nogueira, C. (2012). Lesbian, Gay, and Bisexual Identity Scale (LGBIS): Construct Validation, Sensitivity Analyses and other Psychometric Properties, *The Spanish Journal of Psychology*, 15 (1), 334-347.
- Oliveira, S. (2013, Julho, 30). Estudo indica que casais gay são menos stressados a cuidar dos filhos. *Jornal PÚBLICO*, pp. 10.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013). *Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais*. Lisboa, retirado de:
<https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/documentos>
- Perrin, E. (2002). *Sexual orientation in child and adolescent health care*. New York: Kluwer Academic Publishers.
- Perry, D. & Pauletti, R. (2011). Gender and Adolescent Development. *Journal of Research on Adolescence*, 21 (1), 61-74.
- Peterson, R. (1994). A Meta-Analysis of Cronbach's Coefficient Alpha. *The Journal of Consumer Research*, 21 (2), 381-391.
- Pontari, B. & Schlenker, B (2000). The influence of cognitive load on self-presentation: Can cognitive busyness help as well as harm social performance? *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 1092-1108.
- Rieger, G. & Savin-Williams, R. (2012). Gender Nonconformity, Sexual Orientation, and Psychological Well-Being. *Arch Sex Behav*, 41, 611-621.
- Riggle, E.; Rostosky, S. & Danner, F. (2009). LGB Identity and Eudaimonic Well Being in Midlife. *Journal of Homosexuality*, 56 (6), 786-798.
- Ritter, K.; Terndrup, A. (2002). *Handbook of affirmative psychotherapy with lesbians and gay men*. New York: The Guilford Press.

- Rosario, M., Schrimshaw, E. & Hunter, J. (2010): Different Patterns of Sexual Identity Development over Time: Implications for the Psychological Adjustment of Lesbian, Gay, and Bisexual Youths, *Journal of Sex Research*, 48:1, 3-15.
- Rousseau, J. (2008). *O Contrato Social*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Rudoe, N. (2010). Lesbian teachers' identity, power and public/private boundary. *Sex Education: Sexuality, Society and Learning*, 10 (1), 23-36.
- Russel, G. & Bohan, J. (1999). Implications for public policy. In Bohan, J.; Russell, G. (Eds). *Conversations about Psychology and Sexual Orientation*. New York: New York University Press.
- Russel, T. S., & Toomey, R. B., (2010). Men's sexual orientation and suicide: Evidence for U.S. adolescent-specific risk. *Social Science & Medicine*, 74, 523-529.
- Rust, P. (2009). *Bisexuality in a House of Mirrors: Multiple Refl ections, Multiple Identities*, In Hammack, P.; Cohler, B. (Eds). *The story of sexual identity: narrative perspectives on the gay and lesbian life course* (pp. 107-130). Oxford: Oxford University Press.
- Santos, A. C. (2002). Sexualidades Politizadas: Ativismo nas áreas da AIDS e da orientação sexual em Portugal. *Cadernos de Saúde Pública*, 18 (3), 595-611.
- Savin-Williams, R. (2001). Suicide attempts among sexual-minority youths: Population and measurement issues. *Journal of Counseling and Clinical Psychology*. 69(6), 983-991.
- Savin-Williams, R. (2009). How many gays are there? It depends. In Hope, D. (eds). *Contemporary perspectives on lesbian, gay and bisexual identities*. New York: Springer.
- Schneider, M. (2001). Toward a reconceptualization of the coming-out process for adolescent females. In Augelli, A.; Patterson, C. (eds.) *Lesbian, gay and bisexual identities and youth: psychological perspectives*: New York: Oxford University Press.
- Sylva, D.; Rieger, G.; Lisenmeier, J. & Bailey, J. (2010). Concealment of Sexual Orientation. *Arch Sex Behav*, 39, 141-152.
- Tharinger, D. (2008). Maintaining the Hegemonic Masculinity Through Selective Attachment, Homophobia, and Gay-Baiting in Schools: Challenges to Intervention, *School Psychology Review*, 37 (2), pp. 221-22.

- Vlassoff, C. & Moreno, C. (2002). Placing gender at the center of health programming challenges and limitations. *Social Science & Medicine*, 54, 1713 – 1723.
- Vogt, W. P. (1997). *Tolerance & education: Learning to live with diversity and difference*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Weill, C. (2009). *Nature's Choice. What Science Reveals About the Biological Origins of Sexual Orientation*. New York: Routledge.
- Wilton, T. (2004). *Sexual (Dis)Orientation: gender, sex, desire and self-fashioning*. New York: Palgrave MacMillan.
- Zietsch, B.; Verweij, K.; Bailey, J.; Wright, M. & Martin, N. (2011). Sexual Orientation and Psychiatric Vulnerability: A Twin Study of Neuroticism and Psychoticism. *Arch Sex Behav*, 40, 133-142.
- Zucker, K.; Mitchell, J.; Bradley, S.; Takchuck, J.; Cantor, J.& Allin, S. (2006). The Recalled Childhood Gender Identity/Gender Role Questionnaire: Psychometric Properties. *Sex Roles*, 54, 469-483.

Anexos

Anexo I: Questionário (EGV e LGBIS)



Questionário sobre Gestão da Visibilidade em relação à Orientação Sexual

1. Este estudo insere-se numa investigação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, da Universidade de Évora.
2. Estes dois questionários têm como objetivo compreender de que forma as pessoas gerem a visibilidade da sua Orientação Sexual.
3. As perguntas destes questionários estão construídas para que apenas tenha que assinalar uma cruz para responder.
4. Não existem respostas certas ou erradas, o que se pretende é simplesmente obter a sua opinião pessoal. Procure responder a todas as questões utilizando uma caneta ou marcador azul ou preto.
5. **Os dados recolhidos são confidenciais e anónimos**, exclusivamente utilizados para análise estatística, no contexto do objeto de estudo.

OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

Caracterização Pessoal

1) Idade: _____ 2) Sexo: Masculino Feminino Outro

3) Orientação Sexual:

Heterossexual Bissexual Gay Lésbica Não tenho a certeza

4) Região do país onde vive (por distrito): _____

5) Ocupação Profissional:

Estudante Trabalhador (*) Trabalhador Estudante (*) Desempregado Reformado
Outro

(*) Se assinalou trabalhador ou trabalhador estudante por favor indique se trabalha por conta própria ou por conta de outrem.

Por conta própria

Por conta de outrem

6) Habilitações Literárias/ Grau de Ensino Frequentado. Indique por favor o grau de ensino que frequentou:

1º Ciclo ensino básico (1º ao 4º ano de escolaridade)

2º Ciclo ensino básico (5º e 6º ano de escolaridade)

3º Ciclo ensino básico (7º ao 9º ano de escolaridade)

Ensino Secundário / Ensino Profissional (10º ao 12º ano)

Ensino Superior:

Licenciatura: Pré-Bolonha Bolonha

Mestrado: Pré-Bolonha Bolonha

Doutoramento

Escala da Gestão da Visibilidade

(Lasser, Ryser & Price, 2010; Tradução e Adaptação Correia & Melo, 2013)

- 1 = Discordo Totalmente;
 2 = Discordo;
 3 = Parcialmente em desacordo;
 4 = Parcialmente de acordo;
 5 = Concordo;
 6 = Concordo Totalmente.

		1	2	3	4	5	6
1	Quando falo com vizinhos, guardo a minha orientação sexual para mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	Revelar a minha orientação sexual é libertador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Eu chamo a atenção para a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	Em determinados contextos, eu não quero que a minha orientação sexual desvie a atenção de outras características minhas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	Eu penso que é importante que os meus colegas de trabalho tenham conhecimento da minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	Quando as pessoas assumem que eu sou heterossexual, eu corrijo-as.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	Eu quero os meus conhecidos saibam que eu sou gay/lésbica/bissexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8	Eu considero apropriado falar da minha orientação sexual junto de pessoas que têm valores conservadores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9	Quando questionado/a sobre a minha orientação sexual eu evito falar sobre mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	Eu gosto de falar sobre a minha sexualidade com amigos gays/lésbicas/bissexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	Eu tenho receio que os outros me rejeitem se souberem que sou gay/lésbica/bissexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	Preocupa-me que os outros descubram a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	Eu faço o melhor que posso para que a maioria das pessoas saiba que eu sou gay/lésbica/bissexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	Eu sinto-me confortável a falar da minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	Eu faço um esforço para parecer ou passar por hétero.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	É importante que os outros saibam qual a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	Esforço-me para que saibam qual a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	Eu esforço-me bastante para manter a minha orientação sexual privada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	Quando conheço pessoas novas, não quero que elas saibam qual a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	Eu evito atividades públicas que possam ser associadas a gay/lésbica/bissexual (ex: Participar no dia do orgulho gay).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	Eu sinto-me confortável em partilhar a minha orientação sexual na maioria dos contextos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	Alguns contextos são mais apropriados para revelar a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	Eu guardo a minha orientação sexual para mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	Nos diferentes contextos tento que as pessoas saibam qual a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	Eu evito falar da minha orientação sexual com os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	Alguns contextos parecem mais seguros do que outros para partilhar a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	Quando decido que devo contar a alguém sobre a minha orientação sexual, tenho em conta se o contexto é apropriado para fazê-lo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	Eu sinto-me desconfortável com a ideia das pessoas saberem que sou gay/lésbica/bissexual antes de as conhecer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

LGBIS

(Oliveira, J., Lopes, D., Costa, C. & Nogueira C., 2012)

- 1 = Discordo Totalmente;
 2 = Discordo;
 3 = Parcialmente em desacordo;
 4 = Não concordo nem Discordo
 5 = Parcialmente de acordo;
 6 = Concordo;
 7 = Concordo Totalmente.

		1	2	3	4	5	6	7
1	A minha vida seria mais preenchida se eu fosse heterossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	Se pudesse escolher, preferia ser heterossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Quem me dera ser heterossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	Acho que é injusto sentir-me atraído/a por pessoas do mesmo sexo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	Fico feliz por ser uma pessoa LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	Sinto-me orgulhoso de ser parte da comunidade LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	Não estou totalmente certo/a de qual é a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8	Mudo frequentemente de opinião sobre qual a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9	Não sei dizer se sou bissexual ou gay/lésbica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	Sinto-me bastante confuso/a quando tento perceber a minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	Tento manter um controlo cuidado de quem sabe sobre as minhas relações com pessoas do mesmo sexo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	A minha orientação sexual é um assunto muito pessoal e privado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	Prefiro manter as minhas relações com pessoas do mesmo sexo privadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	Penso muito antes de me assumir como LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero) a alguém.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	Senti-me confortável com a minha identidade de género desde o início.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	Admitir para mim mesmo/a que sou LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero) foi um processo muito doloroso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	Admitir para mim próprio/a que sou uma pessoa LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero) foi um processo muito lento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	O meu desenvolvimento enquanto LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero) tem sido um processo bastante natural para mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	A minha orientação sexual é um aspeto central da minha identidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	A minha orientação sexual é uma parte insignificante para definir quem eu sou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	Ser LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero) é um aspeto bastante importante da minha vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	Para me compreenderem como pessoa é necessário saber que sou LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	Pergunto-me regularmente se os outros me julgam pela minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	Penso bastante sobre o quanto a minha orientação sexual afeta a forma como os outros me vêem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	Não me sinto confortável sabendo que outros me julgam negativamente por causa da minha orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	Sinto que as pessoas LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero) são superiores às pessoas heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	Olho para heterossexuais com ar de superioridade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	As pessoas heterossexuais têm vidas mais aborrecidas que as pessoas LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual, transgénero).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Obrigada pela Colaboração!